Consolidação, combina comigo



Relatório & Contas 2021

ÍNDICE

Órgãos Sociais 3
Direções 4
Mensagem do Conselho de Administração 5
Principais Indicadores 11
1- Enquadramento da Atividade 12
1.1- Economia Internacional 12
1.2- Economia Nacional 19
1.3- A Caixa em 2021 – Principais Destaques 25
2- Atividade da Caixa 29
2.1- Áreas de Negócio 32
2.2- Gestão dos Ativos e Passivos 44
2.3- Gestão de Risco 47
3- Áreas de suporte ao negócio 52
3.1- Gestão de Recursos Humanos 52
3.2- Recursos Tecnológicos e Informáticos 54
3.3- Gestão de Qualidade 55
3.4- Marketing 56
4- Caixa Sustentável 58
5- Análise Económica e financeira 62
5.1- Resultados 62
5.2- Balanço 65
5.3- Indicadores Económicos, Financeiros e Prudenciais 66
6- Proposta de Aplicação de Resultados 70
7- Notas Finais 71
8- Demonstrações Financeiras 72
9- Anexos, Relatórios e Pareceres às Contas 75

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Raquel Helena Lopes Spencer Medina
Vice-Presidente	Zilmar Darilson Silva Lopes
Primeiro Secretário	Dulce Sofia Dupret Fonseca

Conselho de Administração

Presidente	Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira
Vice-Presidente	Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira
Vogal	Domingos Veiga Mendes *
Vogal	Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo
Vogal	António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Célia Maria Barreto dos Santos
Vogal	Antão Miguel de Morais Lima Chantre

***** A partir de fevereiro de 2021

Conselho Fiscal

Presidente	Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes
Vogal	João Augusto Barros Pina
Vogal	Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares
Suplente	António Pedro Gomes Silva

Direções

	Cargo	Nome
Direção Financeira e Internacional	Diretor	Manuel Júnior
Direção de Informática, Comunicação e Segurança	Diretor	Abel Cardoso
Direção Comercial Norte	Diretor	Manuel Henrique Almeida
Direção Comercial Sul	Diretora	Denise Santos
Direção Administrativa e Recursos Humanos	Diretora	Fátima Bernardino
Direção Operacional	Diretora	Ariana Ribeiro
Direção de Gestão de Risco	Diretor	João Carlos Lopes
Gabinete de Acompanhamento e Recuperação de Crédito	Coordenador	Carlos Pereira
Gabinete de Assuntos Jurídicos	Coordenadora	Dulia Ferreira
Gabinete de Auditoria Interna	Coordenadora	Carmen Varela
Gabinete de Marketing	Coordenadora	Elga Vieira
Gabinete de Organização, Estudos e Projetos	Coordenador	José Luis Silva
Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	Coordenadora	Vera Lima
Gabinete de Função Compliance	Coordenador	Domingos Semedo
Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária	Coordenador	Oriana Lima
Gabinete de Auditoria de Sistemas de Informação	Coordenador	Jorge Lima
Gabinete Secretariado e Relações-Públicas	Coordenadora	Nancy Cardoso

Mensagem do Conselho de Administração

Estimados Acionistas, Clientes e Parceiros,

A conjuntura externa em 2021 ficou marcada pelos sinais encorajadores de retoma económica, com o Produto Interno Bruto global a crescer 5,9% em 2021 e perspetiva de crescimento de 4,4% em 2022, um crescimento, contudo, revisto em baixa face às últimas previsões, em parte justificada pelos efeitos da variante Delta do Corona Vírus e pelas interrupções na cadeia de abastecimento. Contudo, mediante a guerra na Ucrânia e a escalada de preços dos commodities energéticos e não energéticos, o crescimento da economia mundial deverá ser revisto em baixa novamente.

Em 2021, assistiu-se a uma retoma de crescimento desigual, variando em função do país. No caso dos países em desenvolvimento de baixo rendimento, em particular, esta inflexão reflete o agravamento da dinâmica da pandemia, uma queda que, contudo, será parcialmente compensada por perspetivas mais fortes de curto prazo em alguns mercados emergentes exportadores de matérias-primas e economias em desenvolvimento.

No caso do mercado de trabalho dos principais parceiros de Cabo Verde verificou-se em 2021 melhorias, com as taxas de desemprego a atingirem valores mais baixos, tanto na Área do Euro como nos Estados Unidos e no Reino Unido. Tal facto, associado a solidariedade dos emigrantes cabo-verdianos, favoreceu o crescimento das remessas de emigrantes que cresceu 27,0%.

Registou-se um agravamento das pressões inflacionistas apresentadas pelos principais parceiros do país, após um período que já comportava alguma pressão provocada pelo "Mis match" entre a procura e a oferta nas áreas da indústria automóvel e das tecnologias, pelo aumento nos preços dos commodities, assim como pela utilização da poupança constituída durante o confinamento. As taxas de variação média anuais dos índices de preços ao consumidor da Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido aumentaram, em 2021, para os 2,6, 4,7 e 2,6 %. Para 2022, com as tensões geopolíticas anteriormente existentes, acrescidas da invasão da Ucrânia pela Rússia e as pressões em cima dos preços das commodities, espera-se uma aceleração da inflação global, incluindo nos principais parceiros.

A nível nacional, verificou-se alguma recuperação da atividade económica após o choque externo sem precedentes ligado à paralisação do turismo internacional devida à pandemia da covid-19, com o encerramento total das principais unidades hoteleiras do país e das atividades associadas ao turismo, o PIB contraiu na ordem dos 14,8% em 2020. Em 2021 registaram-se sinais animadores de retoma, com o PIB a registar um crescimento de 7,0%, resultante do efeito base, tendo o governo aliviado algumas restrições à atividade económica.

Pese embora a captação das receitas fiscais continuar a um nível consideravelmente baixo, limitando severamente a capacidade de intervenção do Governo, este manteve um esforço considerável para contenção da propagação do vírus, assim como para a proteção das empresas e das famílias impactadas pela crise económica, mantendo o mecanismo de "layoff", concedendo facilidades fiscais como adiamento do pagamento das contribuições sociais e fiscais, etc.;

Persiste-se o elevado endividamento de alguns segmentos do setor empresarial, devido ao longo período de redução drástica das receitas durante a pandemia, agravado com a moratória e o financiamento da linha Covid-19

A taxa de inflação acelerou em 2021, contudo mantendo-se num nível baixo, atingindo uma taxa média anual de 1,9%, sendo o valor mais alto desde 2012, refletindo alguma pressão de demanda internamente e os efeitos do preço do petróleo no mercado internacional, tendo a inflação dos bens e serviços energéticos atingindo 9,1%.

O Banco Central conseguiu manter um nível confortável de reservas externas líquidas, importante instrumento de defesa do *peg* unilateral com o Euro, garantindo 7,9 meses de importação de bens e serviços.

A nível do sector bancário, mantiveram-se as medidas de política monetária e prudenciais de exceção, aprovadas em 2020 para fazer face aos impactos da crise económica causada pela pandemia da Covid-19, através do Aviso 4/2021, que aprova novas medidas de flexibilização prudencial e do Decreto-Lei 54/2021, que procede à quinta alteração do Dec. Lei 38/2020, de 31 de março, que estabelece medidas excecionais, permitindo:

- A manutenção da redução de todas as taxas de referência do Mercado Monetário no âmbito das medidas de mitigação do impacto da crise desde 2019;

- A manutenção do instrumento novo de cedência de liquidez a longo prazo denominado Operação Monetária de Financiamento a Longo Prazo (OMF), ligado do valor da dívida pública detida por cada banco (colateral);
- A moratória nos contratos de créditos em carteira dos bancos até ao fim do ano, com sucessivas prorrogações (última alteração até 31 de março de 2022).

A Caixa continuou a sua aposta na transformação digital, tendo disponibilizado a facilidade de pedido de crédito online.

Os bancos comerciais da praça, persistiram na concorrência baseada no preço para a captação dos melhores clientes e das melhores operações de crédito, além da compra dos créditos habitação na carteira dos bancos concorrentes, o que vem exercendo uma pressão crescente sobre a margem financeira.

O sistema bancário continua com excesso de liquidez, sem alternativas rentáveis e sustentáveis de aplicação, embora em menor proporção.

Permaneceram ainda no balanço dos bancos, ativos improdutivos e que já atingiram o prazo limite de permanência sem impacto nos fundos próprios.

O nível de crédito vencido no sistema bancário continua elevado, tendo-se registado um agravamento associado à crise económica e financeira provocada pela Covid-19, apesar das medidas de proteção implementadas pelo Governo.

Persistiu a instabilidade a nível das taxas ativas praticadas pelos bancos com tendência para a redução da taxa média das operações ativas e consequentemente da margem financeira.

O desempenho da Caixa no ano de 2021 esteve em linha com o dos anos anteriores, tendo registado algumas melhorias que contribuíram para o reforço da robustez dos seus indicadores.

O Ativo Líquido registou um decréscimo de 2,30% (1.838.007 contos) em relação a dezembro de 2020 atingindo 78.085.322 contos, explicado sobretudo pela diminuição de Aplicações em Instituições de Crédito.

Os Depósitos Totais, incluindo os Títulos da Dívida Pública, conheceram um decréscimo de 3,82% (-2.778.688 contos) atingindo 69.976.932 contos em dezembro de 2021, contra 72.755.621 contos em dezembro de 2020.

O Crédito Bruto a Clientes, incluindo as obrigações "corporate", registou um crescimento de 1,96% (+ 838.344 contos), atingindo 43.599.447 contos em dezembro de 2021 contra 42.761.103 contos em dezembro de 2020, refletindo o efeito do "write off" efetuado no valor de 1.777.012 contos.

O Crédito Total Líquido, incluindo as obrigações "corporate", a Dívida Pública, as despesas e juros vencidos, registou um crescimento de 5,46% (+2.702.313 contos), atingindo 52.228.102 contos em dezembro 2021, contra 49.525.789 contos em dezembro 2020.

O acompanhamento da carteira de crédito, a prevenção e a gestão do incumprimento, bem como a busca de soluções para os ativos recebidos em pagamento continuaram a merecer uma atenção reforçada da Administração da Caixa Económica, face às incertezas ainda existentes em relação à evolução da carteira de crédito após o fim oficial da moratória prevista para março de 2022.

Os indicadores da qualidade da carteira de crédito, registaram uma melhoria significativa em relação a 2020, tendo o rácio de crédito vencido evidenciado uma diminuição de 4,74 p.p., passando de 13,04% em 2020 para 8,30% em 2021, como resultado do "write off" (abate ao ativo) efetuado e dos continuados esforços de recuperação do crédito vencido.

O Resultado Líquido do Exercício atingiu o valor de 967.854 contos em dezembro de 2021 evidenciando um crescimento de 37,81% (+265.543 contos) em relação a 2020.

A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) em 2021 foi de 15,42%, evidenciando um aumento de 2,51p.p. em relação a 2020.

Os Capitais Próprios da Instituição atingiram 6.760.934 contos em 2021, contra 5.793.080 contos em 2020, evidenciando um aumento de 967.854 contos (+16,71%), explicado pelos Resultados Líquidos.

O Rácio de Solvabilidade registou um aumento de 2,44p.p. passando de 18,89%, em dezembro de 2020, para 21,33% em dezembro de 2021, nível confortavelmente superior ao mínimo regulamentar em vigor que é de 12% e que no âmbito das medidas de mitigação dos impactos da Covid-19, foi reduzido temporariamente para 10%, refletindo o reforço dos Fundos Próprios em 17,79% (980.375 contos), situando nos 6.491.871 contos.

O rácio de "Cost to income", medida de eficiência dos bancos, fixou-se em 49,31%, evidenciando uma degradação de 2,30p.p. em relação a 2020, explicado essencialmente pela diminuição do produto bancário em resultado da diminuição da margem financeira.

O Banco continua a enfrentar o desafio de encontrar oportunidades de crédito enquadráveis na sua Declaração de Apetite ao Risco para a aplicação da sua liquidez que continua a nível confortável, traduzido num rácio de liquidez geral de 30,94% no final do 2021, apesar da assinalável diminuição de 4,83p.p. registada em relação a 2020.

O empenho, a dedicação e a competência de todos os Colaboradores constituíram os fatores determinantes de diferenciação e da melhoria do desempenho da Caixa, fato pelo qual expressamos aqui o nosso apreço e reconhecimento.

A Caixa continuará empenhada em criar as condições técnicas, organizacionais e humanas necessárias para a melhoria contínua do seu funcionamento e do seu desempenho.

O Conselho de Administração

_____

Presidente – Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira

_____

Vice-Presidente – Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

Vogal – António Carlos Moreira Semedo

Vogal - Antão Miguel de Morais Lima Chantre

Vogal – Célia Maria Barreto dos Santos

Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

Vogal – Domingos Veiga Mendes

Principais Indicadores

	Unidade	2021	2020	Variação 2021	
				Absoluta	%
1. Dimensão					
- Ativo Líquido	Contos	78 085 322	79 923 329	-1 838 007	-2,30%
- Recursos Próprios (Capital + Reservas + Resultado)	Contos	6 760 934	5 793 080	967 854	16,71%
- Crédito s/ Clientes (Bruto)	Contos	56 511 520	55 226 838	1 284 682	2,33%
- Crédito s/ Clientes (líquido)	Contos	52 228 102	49 525 789	2 702 313	5,46%
- Recursos de Clientes	Contos	70 369 243	73 412 965	-3 043 722	-4,15%
- Trabalhadores Ativos		371	362	9	2,49%
- Agências e outras formas de Representação	Unid	37	37	0	0,00%
- Balcões	Unid	34	34	0	0,00%
- Delegações nos Correios	Unid	3	4	-1	-25,00%
- Caixas Automáticas ATM's ativas	Unid	42	42	0	0,00%
- POS	Unid	2 280	2 060	220	10,68%
2. Rendibilidade					
- Resultados Líquidos do Exercício	Contos	967 854	702 311	265 543	37,81%
- Cash Flow do Exercício	Contos	1 555 166	1 720 546	-165 380	-9,61%
- ROA (Resultado Líquido/Ativo Líquido Médio)	%	1,23	0,89	0,34	
- ROE (Resultado Líquido/Capitais Próprios Médios)	%	15,42	12,91	2,51	
3. Prudenciais					
- Fundos Próprios (Aviso 3/2007)	Contos	6 491 871	5 511 496	980 375	17,79%
- Rácio de Solvabilidade (Aviso 4/2007)	%	21,33	18,89	2,44	
- Rácio do Imobilizado Líquido (F.Próprios/Imobilizado Líq.)	%	306,89	257,06	49,83	
- Rácio Transformação (Crédito/Depósitos _ótica Liquidez)	%	77,42	65,93	11,50	
- Conversão Depósitos de Clientes em Crédito c/Títulos	%	80,74	76,28	4,46	
- Liquidez Geral	%	30,94	35,77	-4,83	
- Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	%	8,30	13,04	-4,75	
- Imparidades Crédito Vencido/Créd Vencido (s/Títulos)	%	116,75	102,42	14,34	
- Imparidades Crédito Vencido/Créd Vencido (c/Títulos)	%	123,89	107,00	16,90	
- Qualidade Crédito (Circular Série "A" nº195 de 20181221)	%	5,69	9,36	-3,66	
- Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	%	10,28	10,31	-0,03	
- Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	%	14,79	13,58	1,21	
4. Funcionamento					
- Custos Operativos/Produto Bancário (cost to income)	%	49,31	47,01	2,30	
- Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	Contos	8 300	8 710	-410	-4,70%
- Margem Complementar/Custo Com Pessoal	%	29,41	25,40	4,01	
- Cash Flow/ Nº Médio Trabalhadores	Contos	4 243	4 793	-549	-11,46%
- Cash Flow/ Recursos Próprios médio	%	24,78	31,62	-6,84	
- Cash Flow/ Ativo Líquido Médio	%	1,97	2,18	-0,21	

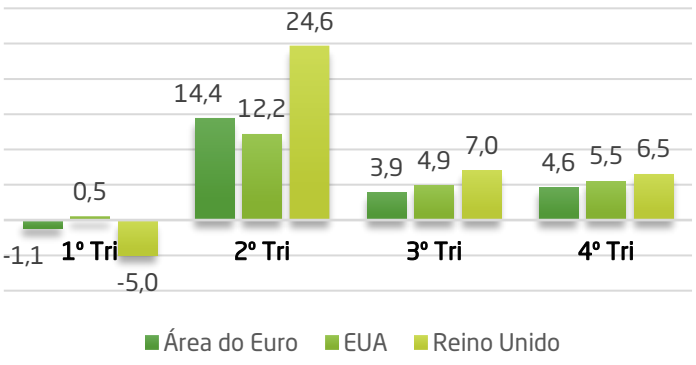
1- Enquadramento da Atividade

1.1- Economia Internacional

A Economia Mundial desde 2020 está sendo fortemente abalada pela pandemia da Covid-19, com descidas sem precedentes do PIB mundial. Após o choque de 2020, o ano de 2021 foi marcado pela recuperação da atividade económica, ainda que gradual e desigual, tendo como prioridade a estratégia de implementação da vacina contra Covid-19 para vencer a pandemia. Graças às medidas de política económica adotadas pelos Governos e Bancos Centrais e os rápidos progressos na vacinação, foi possível o aumento da confiança dos agentes económicos e mitigar os efeitos negativos da pandemia, permitindo assim a recuperação económica.

Não obstante a previsão de continuação da recuperação da economia mundial, observa-se que a mesma é desigual entre as economias e entres os sectores. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) referem que as economias emergentes e em desenvolvimento apresentam uma recuperação mais atrasada comparativamente as economias desenvolvidas, explicada pelos atrasos no processo de vacinação e a fraca capacidade de resposta das entidades públicas, com menos medidas de apoios económicos. O BM prevê que até 2023 todas as economias avançadas terão atingido uma completa recuperação, mas para as economias emergentes e em desenvolvimento, a taxa de crescimento continuará 4% abaixo do índice pré-pandemia.

Evolução do PIB real em 2021 (%)



Fonte: Dados BCV, Indicadores Económicos e Financeiros, fevereiro de 2022

De acordo com o FMI, o crescimento do PIB mundial no **1º semestre de 2021** foi acima dos valores previstos, período que foi marcado pelo início da vacinação contra a Covid-19.

No entanto, o impulso foi enfraquecido no **3º trimestre**, devido ao surgimento de novas variantes da Covid-19, associado a outros fatores adversos que continuam a persistir como os estrangulamentos no lado da oferta, num contexto de forte procura principalmente nas economias avançadas e no setor da indústria transformadora.

O **4º trimestre de 2021**, voltou a colocar o mundo em alerta, com o surgimento da variante Ómicron da Covid-19, que impôs novamente restrições a mobilidade e confinamento geral em alguns países, mantendo-se a desaceleração do crescimento económico. No entanto, a atividade económica nos Estados Unidos recuperou ligeiramente face ao 3º trimestre, com a procura por parte dos consumidores a ser transferida para os serviços, afastando-se dos bens duradouros, e diminuição dos tempos de espera e dos custos do transporte marítimo com a China. Para o Reino Unido, a atividade económica também apresentou melhorias após os fracos resultados no 3º trimestre, dado as perturbações na oferta, escassez de mão de obra devido às condições mundiais e ao Brexit. Para a Zona Euro, prevê-se que a continuação da recuperação económica seja impulsionada por uma procura interna mais robusta, tendo em conta que mercado de trabalho está a melhorar e a perspetiva de aumento do rendimento das famílias e do consumo. Quanto a China, a atividade económica desacelerou consideravelmente devido à escassez de energia e mão de obra e à turbulência no setor imobiliário destinado à habitação.

Nesse contexto, o FMI fez uma revisão em baixa da perspetiva de crescimento para a economia mundial considerando o impacto da variante ómicron do vírus (quadro abaixo). Em outubro de 2021, o crescimento do PIB real mundial foi estimado em 5,9% com previsão de crescimento para 4.9% em 2022. No entanto. em janeiro de 2022, a previsão de crescimento do PIB para 2022 foi revista para 4,4%, menos 0,5 ponto percentual (pp), indicando uma desaceleração do crescimento mundial. O FMI refere que a revisão em baixa das perspetivas de crescimento económico mundial reflete em grande parte as reduções previstas para o crescimento do PIB nos Estados Unidos e na China a partir de 2022. Nos Estados Unidos, a perspetiva de crescimento económico em 2022 foi revista em baixa para 4%, menos 1,2 pp, levando em conta

fatores como a possível remoção do pacote de política fiscal e da acomodação monetária com a crescente inflação, bem como as persistentes perturbações na oferta.
Estas projeções serão seguramente revistas para baixo face ao conflito armado na Ucrânia que impactará consideravelmente o preço dos produtos energéticos e alimentares.

Na China, a perspetiva de crescimento económico em 2022 foi revista em baixa para 4,8%, menos 0,8 pp, tendo em conta o impacto da política de tolerância zero ao COVID-19 com restrições na mobilidade, levando a escassez de mão de obra e as inquietações no setor imobiliário destinado a habitação.

Perspetivas de Crescimento Económico Mundial

	2020	2021E	2022P	2023P
Produto Mundial	**-3,1**	**5,9**	**4,4**	**3,8**
Economias Avançadas	**-4,5**	**5,0**	**3,9**	**2,6**
EUA	**-3,4**	**5,6**	**4,0**	**2,6**
Japão	**-4,5**	**1,6**	**3,3**	**1,8**
Reino Unido	**-9,4**	**7,2**	**4,7**	**2,3**
Zona Euro	**-6,4**	**5,2**	**3,9**	**2,5**
Alemanha	**-4,6**	**2,7**	**3,8**	**2,5**
França	**-8,0**	**6,7**	**3,5**	**1,8**
Itália	**-8,9**	**6,2**	**3,8**	**2,2**
Espanha	**-10,8**	**4,9**	**5,8**	**3,8**
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	**-2,0**	**6,5**	**4,8**	**4,7**
Brasil	**-3,9**	**4,7**	**0,3**	**1,6**
Rússia	**-2,7**	**4,5**	**2,8**	**2,1**
Índia	**-7,3**	**9,0**	**9,0**	**7,1**
China	**2,3**	**8,1**	**4,8**	**5,2**
Africa Sub-Sahariana	**-1,7**	**4,0**	**3,7**	**4,0**
Nigéria	**-1,8**	**3,0**	**2,7**	**2,7**
Africa do Sul	**-6,4**	**4,6**	**1,9**	**1,4**

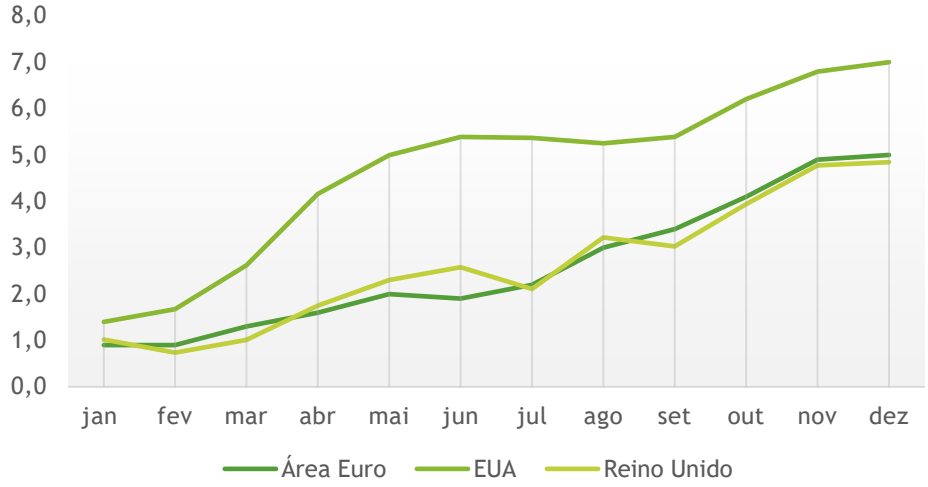
Fonte: FMI, World Economic Outlook, janeiro de 2022

O **comércio internacional**, de acordo com as Nações Unidas, em 2021 cresceu 13% em relação ao nível pré-pandemia, o ano de 2019, registando um recorde, em grande parte resultado do aumento dos preços das *commodities*. As Nações Unidas referem também que as exportações dos países menos desenvolvidos superaram os países mais avançados no último trimestre de 2021, em termos homólogos.

Para além do curso da pandemia, uma grande incerteza para o mundo nos últimos meses tem sido as projeções para a **inflação**, que foram revistas em alta em dezembro de 2021. A inflação

continuou a crescer em 2021 e espera-se que permaneça elevada no curto prazo, aumentando as pressões salariais no último trimestre de 2021.

Evolução da Inflação Homóloga 2021 (%)



Fonte: Dados BCV, Indicadores Económicos e Financeiros, fevereiro 2022

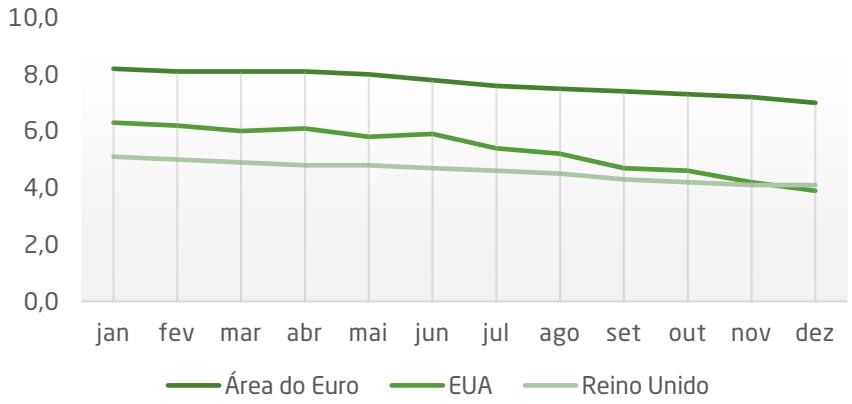
São os vários fatores, que combinados levaram a subida da inflação. De acordo com o Banco Mundial, em 2021 o preço do petróleo aumentou em 67% face a 2020, consequentemente o preço da energia também aumentou, principalmente o gás natural e o carvão. Os preços dos produtos agrícolas aumentaram em média 23 % em 2021, resultado das pressões da procura global face a oferta mais limitada dos principais produtores e exportadores dada as condições climatéricas adversas. O preço do metal estabilizou no segundo semestre de 2021, após forte aumento no primeiro semestre. Em dezembro de 2021, o preço médio do barril de *brent* aumentou 49,1%, em termos homólogos, fixando-se em 75 USD.

O FMI prevê que no curto prazo a inflação cresça, em média, 3,9% nas economias avançadas e 5,9% nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento. Os principais bancos centrais afirmam que as pressões inflacionistas são transitórias, embora com sinais de maior persistência, mas o aumento dos preços dos produtos energéticos e o desequilíbrio entre a procura e oferta são riscos que devem ser tidos em conta.

Quanto ao **mercado do trabalho mundial**, o FMI refere que em 2021 começou a recuperar, apresentando melhorias das taxas de desemprego, principalmente nos Estados Unidos, Europa

e Reino Unido, o que impulsionou o aumento do rendimento das famílias e do consumo, bem como a poupança. No entanto, espera-se que o emprego permaneça ainda abaixo do seu nível pré-pandemia.

Taxa de desemprego em 2021 (%)



Fonte: Dados BCV, Indicadores Económicos e Financeiros, fevereiro 2022

As medidas de **política monetária e orçamental** implementadas em 2021 permitiram assegurar a estabilidade financeira e mitigar os efeitos adversos da pandemia sobre os mercados financeiros, que se mantiveram estáveis. A maioria dos estímulos fiscais e monetários foram mantidos em 2021, principalmente nos países mais avançados, com medidas contra cíclicas e execução de uma política monetária expansionista, como é o caso da Reserva Federal nos Estados Unidos e do Banco Central Europeu. **As taxas de juro de curto prazo** mantiveram-se em níveis historicamente baixos e as condições de financiamento da economia mantiveram-se favoráveis. De acordo com o BCE, os bancos da área do euro reforçaram os balanços, com os rácios de fundos próprios mais elevados e menos créditos não produtivos, com uma posição mais rentável, e as condições de financiamento dos bancos mantiveram-se também favoráveis. Para o início de 2022, prevê-se uma redução dessas medidas nas economias avançadas, tendo em conta que as pressões inflacionistas persistem. Por outro lado, em muitas economias emergentes verificou-se em 2021 uma redução das medidas fiscais e políticas monetárias menos acomodatícias, como é caso do Brasil e da Rússia.

Os **mercados acionistas** nos primeiros trimestres de 2021, apresentaram uma melhoria dos principais indicadores e do sentimento dos investidores, com uma tendência de valorização, acompanhado de lucros robustos. Contudo, essa tendência foi abalada em dezembro de 2021, apresentando alguma exuberância nos mercados. Nos **mercados cambiais**, no último trimestre, o euro depreciou-se face à maioria das principais moedas. Em setembro de 2021, o euro depreciou 2,3% em termos efetivos nominais e 4,0% face ao dólar, e em termos homólogos depreciou 4,6 % em termos efetivos nominais e 7,1% face ao dólar (dados BCV).

No início da crise pandémica, a preocupação dos principais bancos centrais e instituições financeiras internacionais era garantir que o sistema financeiro fosse capaz de apoiar o funcionamento da atividade económica. Igualmente recomendou-se o reforço das medidas macro prudenciais com o objetivo de aumentar a resiliência do sistema financeiro perante a choques e possíveis riscos sistêmicos cíclicos, de forma a garantir a estabilidade financeira. Nesse contexto, os bancos desempenharam um papel crucial, com medidas de apoio como moratórias aos créditos, concessão de novas linhas de crédito a particulares e empresas para suavizar o impacto da crise económica na liquidez e solvabilidade, entre outras medidas.

Grande parte destas medidas foram implementadas numa fase em que a maioria dos países se encontravam em confinamento e com as fronteiras encerradas. Foi através dos canais digitais que as famílias e as empresas conseguiram aceder aos serviços financeiros. Assim, a pandemia veio acelerar a mudança digital, promovendo uma alteração no modelo de negócio e estratégia dos bancos. Novos produtos, novos processos, orientados para a inovação digital e investimento em tecnologias digitais.

Principais Riscos e Incertezas

A incerteza em torno do curso da pandemia continua a ditar o ritmo da recuperação económica e das projeções económicas, tendo em conta que o verdadeiro impacto da pandemia só se concretizará no médio longo prazo, após a suspensão da maioria dos apoios económicos. De acordo com o FMI, a estabilidade económica não será possível, enquanto a dinâmica na vacinação contra a Covid-19 for bastante divergente no mundo, com os países menos devolvidos a apresentarem uma baixa taxa de vacinação, traduzindo-se num grande fator de

risco para o mundo, pois será mais provável surgirem novas variantes do vírus, arrastando por mais tempo a pandemia.

O BM avança que com a rápida propagação da variante Ómicron, a pandemia de Covid-19 continuará tendo um impacto negativo a médio prazo e a desaceleração económica nas principais economias, como a China e os Estados Unidos, terá um impacto na procura externa das economias emergentes, sendo que irá coincidir com uma grande divergência nas taxas de crescimento entre economias. E para além da pandemia, as economias no mundo terão que lidar com as incertezas sobre a evolução da inflação, que afetará as condições financeiras globais e igualmente, deverão contar que os riscos de tensões geopolíticas, permanecerão altas. Consequentemente a recuperação da economia ficará 7,5% abaixo dos valores pré pandemia, enquanto nos países insulares, o índice ficara abaixo 8,5%. Outro fator, não menos importante, trata-se da emergência climática que indica uma probabilidade elevada de grandes desastres naturais.

Para o **Setor Bancário**, o Banco Central Europeu (BCE) acresce que a crise agravou diversas vulnerabilidades estruturais, nomeadamente relacionadas com a sustentabilidade dos modelos de negócio e a governação interna das instituições de crédito, que exigem medidas eficazes e atempadas por parte das instituições de crédito e das autoridades de supervisão. A **qualidade dos ativos das instituições de crédito e a materialização do risco de crédito continuam a ser um motivo de preocupação.** Para além disso, o setor bancário deve contar com a materialização dos **riscos de mercado associados ao aumento das taxas de juro de longo prazo, com impacto na desvalorização dos ativos financeiros em carteira como é caso da dívida pública**, com a dificuldade em assegurar uma rendibilidade adequada, dado o contexto de taxas de juro baixas e a expansão limitada do mercado de crédito doméstico e concorrência acrescida de intermediários em segmentos mais rentáveis. Deve-se contar também com os riscos associados ao processo de digitalização da atividade bancária, ligados a cibersegurança e a transição para uma economia sustentável.

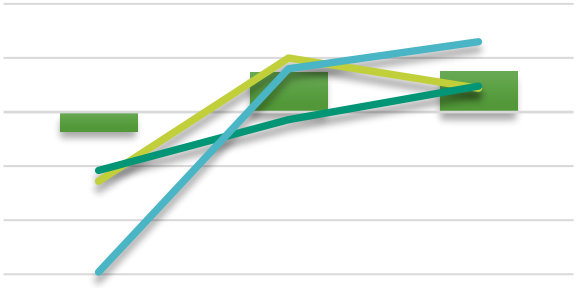
1.2- Economia Nacional

Em abril de 2021, no Relatório das Perspetivas Económicas Regionais: África-Subsariana, o FMI avançou que a região da África-Subsariana seria a região com um crescimento económico mais fraco no mundo, tendo em conta o acesso limitado às vacinas e dificuldades na implementação das políticas económicas. No entanto, as trajetórias de crescimento são heterógenas para os diferentes países da região.

De acordo com os estudos do Banco Africano do Desenvolvimento, o crescimento económico contraiu mais para as economias dependentes do turismo. Portanto, a recuperação desses países em 2021, estaria fortemente ligada com a retoma das viagens internacionais e do turismo. Cabo Verde, no grupo dos países de rendimento médio baixo, foi um dos países com maior contração na atividade económica em 2020, com uma taxa de crescimento negativa do **PIB real em 14,8%**, explicado pela paralisação na atividade turística, um dos sectores com maior peso no PIB, muito característico dos países insulares. A paralisação do setor do turismo, por sua vez arrastou os demais setores associados, com uma forte contração no consumo privado, na sequência da aplicação de medidas de confinamento e distanciamento para controlo da propagação do vírus COVID-19.

Para 2021, o FMI estima que Cabo Verde tenha um crescimento de 4%. Esse crescimento, comparativamente com o da região e o de alguns países ricos em recursos naturais, apresenta-se como um crescimento mais dinâmico. Na verdade, a atividade económica em Cabo Verde está a recuperar gradualmente com o auxílio das ajudas externas financeiras e ajudas no processo de vacinação contra a Covid-19, num período em que se verificou uma redução das medidas confinamento e restrições a mobilidade, que permitiu a retoma da atividade turística, embora abaixo dos níveis pré-pandemia.

Perspetivas de Crescimento do PIB real Região África Subsariana (%)



	2020	2021	2022
Africa SubSahariana	-1,7	3,7	3,8
Africa do Sul	-6,4	5	2,2
Angola	-5,4	-0,7	2,4
Cabo Verde	-14,8	4	6,5

Fonte: FMI, outubro de 2021[1]

As estimativas trimestrais das Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatísticas (INE)[2], indicam que o PIB em volume, em termos homólogos, cresceu 5,6% no 1º semestre de 2021, sendo de salientar que no 2º trimestre cresceu em 30,8 %, em termos homólogos. De acordo com o Banco de Cabo Verde (BCV), um fator determinante para a performance da economia nacional no **1º semestre de 2021**, foi o aumento da **procura interna**, no valor de 11,7%, principalmente pelo do aumento do investimento e do consumo público, que cresceram 28,7% e 23,5%, respetivamente. O aumento do **investimento** deveu-se sobretudo aos projetos de investimentos externos nos setores do turismo e imobiliária e de investimentos públicos em alguns programas do estado, impulsionados pelo aumento do crédito à economia, no âmbito das medidas de combate aos efeitos da pandemia. O **consumo público** também aumentou em consequência do aumento das despesas públicas, no reforço das estruturas de saúde, aplicação de medidas de controlo sanitário e apoios sociais.

Relativamente ao **2º semestre de 2021**, de acordo os dados do INE, no 3º trimestre o PIB em volume cresceu apenas 9% em termos homólogos, reflexo da queda do investimento em 25,4% em termos homólogos. O inverso se verificou para a **procura externa líquida**, que apresentou uma evolução favorável nas exportações, principalmente de serviços. O BCV aponta que a recuperação económica no 4º trimestre foi ainda mais comedida do que no 3º trimestre, uma

[1] P - Projeções de Outubro de 2021, 2022 E - Estimativas de Outubro de 2021, https://data.worldbank.org/country/cabo-verde
[2] Dados apresentados de acordo com a informação disponível até 25/03/2022

vez que o crescimento da procura interna foi mais moderado, dada a redução do investimento e um menor ritmo de crescimento do consumo, conforme sugerem os indicadores quantitativos. Verificou-se uma redução do Indicador de Confiança dos Consumidores nos últimos trimestres, refletindo a apreciação negativa da situação económica no país. Por outro lado, o Indicador de Clima Económico apresentou uma melhoria da confiança dos agentes económicos.

O **consumo privado** em 2021 apresentou uma evolução positiva, embora no 1º trimestre tenha tido um crescimento negativo, refletindo ainda os efeitos do confinamento, do encerramento das atividades recreativas e limitação de viagens pessoais e de negócios, diminuição do rendimento dos colaboradores em regime de layoff, evolução do mercado trabalho e da constituição de poupanças por motivos de precaução.

Com recuperação da economia nacional favorável, embora ainda moderada, e a expetativa de retoma do turismo, as projeções do BCV indicam que o PIB deverá crescer em torno de 6,6% para 2021 e para 2022, 5,6% no cenário base e 4,7% no cenário adverso.

Evolução dos Principais Indicadores Económicos Nacionais

Indicadores	Uni.	2019E	2020E	2021P	2022P Out -21	
					CB	CA
Setor Real						
PIB real	Var. em %	5,7	-14,8	6,6	5,6	4,7
Setor Externo						
Défice Corrente	Em % do PIB	0,2	15,9	18,1	15,7	16,5
RIL/Importações	Meses	6,9	7,8	6,7	5,2	5,0
Setor Monetário						
Índice Preço no Consumidor	V.M.A. em %	1,1	0,6	1,6	1,9	2,7
Ativo Externo Líquido	Var. em %	24,8	-9,9	-12,2	-22,5	-26,5
Crédito à Economia	Var. em %	3,9	4,8	6,0	5,2	4,8

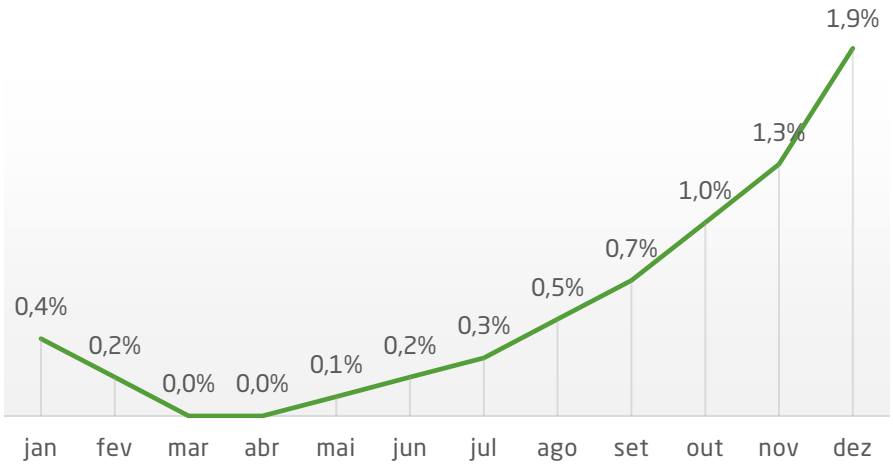
Fonte: BCV, Relatório de Política Monetária, outubro 2021.[3]

O contexto internacional levou ao aumento das pressões inflacionistas no país em 2021 e ao aumento das incertezas, apresentando um perfil ascendente do índice de Preços no

[3] E-Estimativa; P – Projeções de outubro de 2021; v.m.a. - var. média anual; CB - cenário base; CA - cenário adverso. Últimos dados disponíveis até data de execução do relatório.

Consumidor. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, em dezembro de 2021 a **inflação média foi de 1,9%.**

Evolução da Inflação média Nacional em 2021 (%)



Fonte: Dados Instituto Nacional de Estatística[4]

Relativamente as contas externas, no 1º semestre de 2021, o BCV indica que a **Balança Corrente** registou um aumento do défice para o valor de 14.475,3 milhões de escudos (aproximadamente 8,1% do PIB) comparativamente ao valor do défice de 9.460 milhões de escudos no 1º semestre em 2020, refletindo ainda os efeitos negativos da pandemia, principalmente nas exportações dos serviços de viagens e de transportes, com uma redução de 76,6% e 52,6 %, respetivamente. **As remessas dos emigrantes**, mantiveram a sua evolução positiva, com um crescimento de 31,2% e contribuíram favoravelmente para o défice da balança corrente. As remessas dos emigrantes são provenientes na maioria dos EUA, com um crescimento das transferências em divisa de 31%, de Portugal com um crescimento de 34 % e da França com um crescimento de 36,9 %.

O **Investimento Direto Estrangeiro** no 1º semestre perfez o valor de 4.378,4 milhões de escudos, com um crescimento de 37,9% face ao período homólogo, proveniente principalmente de Portugal e Espanha, que corresponde a retoma de projetos de investimentos, em fase de conclusão, na sua maioria nos setores do turismo e imobiliária turística nas ilhas de Santiago, São Vicente e Boa Vista.

[4] INE, Série IPC, 2018, dezembro 2021

Para o 2º semestre, os dados apontam para uma melhoria das contas externas prevendo-se uma redução do défice da balança corrente, destacando-se o aumento esperado das exportações de viagens de turismo. No 4º trimestre o stock das reservas internacionais líquidas aumentou, passando a garantir 7,9 meses de importações de bens e serviços.

Entre dezembro de 2020 a agosto de 2021 de acordo com o BCV, verificou-se uma diminuição da **oferta monetária** expressa pelo agregado M2 no valor de 1,2%. A redução da liquidez na economia deveu-se principalmente pela diminuição dos depósitos à ordem em moeda nacional e da circulação monetária em 5,9% e 1,4%, respetivamente. Por outro lado, verificou-se o aumento dos depósitos a prazo em moeda nacional e depósitos de poupança em 5,9% e 9,6 %, respetivamente, suportados possivelmente pela diminuição dos gastos de residentes em viagens pessoais e de negócios, lazer e entretenimento. A partir de setembro de 2021, a massa monetária evolui positivamente e de acordo com os dados provisórios e**m dezembro de 2021**, estimou-se que **a massa monetária**, expressa pelo agregado M2, cresceu 3,1 %, em termos homólogos.
Em dezembro de 2021 os depósitos a prazo em moeda nacional, depósitos de poupança e depósitos de emigrantes, cresceram em 4,9%, 11,3% e 1,6 %, respetivamente face a dezembro de 2020. Quanto aos depósitos à ordem em moeda nacional e pela moeda em circulação aumentaram, respetivamente, 3,0% e 2,7 % face a dezembro de 2020 e em termos homólogos, 6,2% e 11,4%.

O crédito à economia cresceu consideravelmente no 2º semestre de 2021, impulsionado pelas medidas excecionais de proteção da liquidez das empresas e do rendimento das famílias, como é o caso das moratórias ao crédito, concessão de novas linhas de crédito garantidas pelo Estado. Em dezembro de 2021, em termos homólogos, o crédito à economia cresceu 6,0%.

Quanto ao **Sector Público**, de acordo com o BCV, no 1º semestre de 2021, continuamos com agravamento do **défice,** que atingiu o valor de 8.084,1 milhões de escudos, 4,6 % do PIB.
O Ministério das Finanças, avança que o saldo global provisório de 2021 foi negativo em 14.371,2 milhões de escudos, que corresponde a um défice de 8,1% do PIB projetado e o saldo

corrente primário atingiu o montante de -6.267,5 milhões de escudos, 3,5% do PIB. O rácio stock da dívida pública sobre o PIB acelerou provisoriamente para 157,1%, tendo a dívida externa atingido 111,3% do PIB e dívida interna 45,7% do PIB.

Relativamente a **Política Monetária**, a semelhança dos principais bancos centrais, o BCV em 2020 definiu um pacote de medidas excecionais de estímulo monetário e medidas prudenciais, de forma a amortecer os impactos negativos da pandemia no sistema financeiro e garantir a estabilidade. Em 2021 o BCV continuou com uma política monetária acomodatícia, mantendo as taxas de referência baixas, bem como o alargamento dos ativos elegíveis como colaterais para as Operações Monetárias de Financiamento (OMF), com a inclusão dos créditos ou carteiras de créditos concedidos a empresas públicas ou participadas do Estado detidos pelas instituições de crédito garantidos ou com avales do Estado de Cabo Verde.

De acordo com os dados do BCV, relativamente aos principais indicadores do sistema bancário nacional em setembro de 2021, o mesmo encontra-se numa situação mais sólida, com um rácio de solvabilidade de 20,94%, face ao valor de 18,59%, no período homólogo.

Para o futuro, o BCV refere que, na ausência de pressões capazes de colocar em risco os objetivos de garantir a estabilidade de preços e a credibilidade do regime cambial de *peg* unilateral ao Euro, a política monetária continuará a ter uma postura acomodatícia, com **as taxas das facilidades permanentes de cedência de liquidez, de absorção da liquidez, bem como a taxa diretora e o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa**, em 0,5 %, 0,05%, 0,25% e 10%, respetivamente, desde que a inflação permaneça em níveis baixos e estáveis e que o *stock* de reservas internacionais líquidas continue a garantir pelo menos cinco meses de importações de bens e serviços. As moratórias ao serviço de crédito bancário continuarão pelo menos até 31 de março de 2022.

No entanto, face as incertezas relacionadas com a pandemia e as projeções da inflação, o BCV continuará atento à evolução dos riscos macrofinanceiros, com reforço dos seus mecanismos de acompanhamento e de mitigação dos seus efeitos na economia nacional.

No **mercado de capitais,** o Banco de Africano de Desenvolvimento aprovou em outubro de 2021, uma subvenção no valor de 350 mil dólares do Fundo Fiduciário para desenvolvimento dos Mercados de Capitais e aumentar a liquidez de seus mercados de renda fixa. O objetivo é ajudar

a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC) a desenvolver o primeiro Plano Diretor dos Mercados de Capitais de Cabo Verde e estimular a liquidez nos mercados secundários de títulos.

1.3- A Caixa em 2021 – Principais Destaques

Evolução

A Caixa mantém a sua posição de destaque no sistema bancário nacional, com uma quota de mercado global de 31 %.

A sua estrutura acionista não sofreu nenhuma alteração em 2021, apresentando o capital social a seguinte distrição em 31 de dezembro:

Entidade	Nº de Ações	Percentagem
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)	657 200	47,21%
Ministério Finanças - Estado de Cabo Verde	381 904	27,44%
Correios de Cabo Verde	210 749	15,14%
Outros Subscritores e Colaboradores	142 147	10,21%
Total	**1 392 000**	**100,00%**

Cultura Corporativa da Caixa

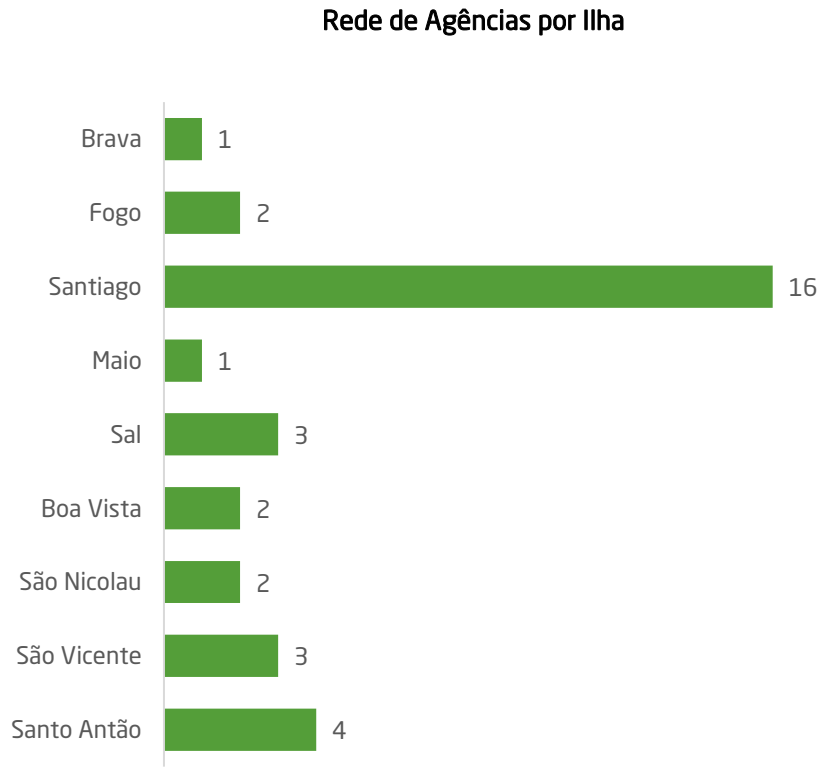
A Caixa tem como **missão:** "Prestar um serviço financeiro global de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento económico sustentável do país e promover a inclusão financeira."

Para isso tem como **visão**, ser reconhecido como o Banco de referência no sistema financeiro cabo-verdiano, sustentado na inovação tecnológica e comercial, com uma gestão prudente e criteriosa do risco, e que mais se identifique com Cabo Verde.

No exército da sua atividade, a Caixa e os seus colaboradores têm como **valores** **a integridade, o rigor, a diligência, a competência, a transparência e a responsabilidade.**

Rede de Cobertura da Caixa

No final de 2021, a Caixa contava com 34 agências/balcões e 3 delegações, distribuídas pela região Norte e Sul. Em parceria com os Correios de Cabo Verde, foram abertas mais duas delegações, uma em São Salvador do Mundo, na Ilha de Santiago e outra em Santa Catarina na Ilha do Fogo.



Para além da rede de agências físicas, os clientes puderam contar com o atendimento online via email e plataformas digitas (Website da Caixa, Website do Caixanet e App Caixa Mobile) e ainda por telefone através dos contactos disponibilizados no Website da instituição.

Quanto ao número de ATM's à disposição dos clientes, a Caixa contava no final de 2021, com 42 máquinas no território nacional.

Transformação Digital

A pandemia veio acelerar a transformação digital no setor bancário. Assim, para além dos serviços e dos produtos que os bancos ofereciam aos seus clientes, a oferta de um banco digital passou a ser uma necessidade crucial para as empresas e famílias tendo em conta o contexto que se vive. A Caixa em 2021 continuou a inovar na oferta digital, com novas soluções digitais e adoção de uma estratégia Omnicanal para uma melhor relação com o seu cliente.

Inovação nos Produtos da Caixa



No âmbito da comunicação externa, a estratégia em 2021 era promover a Caixa como "O banco digital de Cabo Verde", tendo como foco principal a presença nas redes digitais, posicionando a marca Caixa no mercado cabo-verdiano como o banco que oferece aos seus clientes a possibilidade de fazerem a gestão da sua vida financeira sem terem de se deslocar a uma agência.

Prémios: Caixa, o melhor banco de Cabo Verde

A Caixa em 2021 foi eleita pela Revista Global Finance Magazine como o **"Melhor Banco de Cabo Verde"**. Segundo a Global Finance, "os bancos vencedores são os que melhor atuam no mercado global e que atendem as necessidades especializadas do setor, ou seja, não os maiores mais sim os melhores, que no geral se preocupam com a qualidade exigida pelas empresas, que procuram os melhores fornecedores".

Principais Resultados: A Caixa cresceu em 2021

- O Resultado Líquido alcançado em 2021 foi 967.854 contos, com um ROE de 15,42%, um crescimento de 2,51 p.p. face a 2020;
- Os Fundos próprios em 2021 perfizeram o valor de 6.491.871 contos, aumentando em 17,79% (980.375 contos) face a 2020, situando o Rácio de Solvabilidade em 21,33%, também com um aumento face a 2020, de 2.44p.p, confirmando a adequação do capital e solidez da Caixa;
- Melhoria na qualidade dos ativos: o rácio de qualidade de crédito reduziu de 9,36% em 2020 para 5,69% em 2021, igualmente aumentamos a cobertura do crédito vencido com títulos para 123,89% e sem títulos para 116,75%, e o rácio do crédito vencido reduziu para 8,30%;
- Mantivemos bom nível de eficiência com o rácio de cost to income situando nos 49,31%;
- A carteira de clientes da Caixa em 2021 totalizava 393.371 clientes, contando com mais 16.231 clientes, correspondendo a 2.638 clientes empresas e 13.593 clientes particulares, dos quais 1.142 emigrantes;
- A carteira de depósitos dos particulares aumentou em 5,81% (2.537.090 contos), com um peso de 66% no total da carteira de depósitos da Caixa, que atingiu o valor de 69.976.932 contos;
- A carteira de depósitos dos emigrantes também aumentou, com crescimento de 5,56% (1.150.311 contos), totalizando o valor de 21.822.201 contos;
- Crescimento no crédito às empresas[5] de 4,61% (873.872 contos) face a 2020, com uma carteira de Crédito no valor de 19.830.412 contos;
- O Rácio de transformação aumentou de 65,93% em 2020 para 77,42% em 2021;
- No final de 2021, as moratórias abrangeram cerca 660 operações ativas no montante de 6.301.752 contos;
- Em 2021 registamos um forte crescimento no negócio digital, com um aumento de 26,26% nos contratos de adesão ao Serviço Caixanet, mais 9.617 contratos, com um

[5] Não inclui, Dívida Pública, Juros a Receber, Despesas de crédito, Receitas e Custos diferido e Títulos Corporate.

total de 65.276 contratos ativos. Foram realizadas 94.925.877 operações no Serviço Caixanet e Caixa Mobile, que corresponde a um crescimento de 55%;

- De forma a prestar um melhor serviço em 2021 a Caixa aumentou o seu número de colaboradores. No total contava com 371 colaboradores ativos, registando um aumento de 2,49% face a 2020. O índice de tecnicidade também aumentou, atingindo o valor de 66% o que revela o compromisso da Caixa na valorização dos seus recursos humanos;
- No âmbito da responsabilidade social, os apoios concedidos pela Caixa em 2021 ascenderam a um total de 3.025 contos, distribuídos por diferentes áreas de intervenção. Para além disso o valor realizado em patrocínios foi de 6.313 contos, com realce aos vários patrocínios concedidos na área do desporto, entres outras;
- Caixa Microcrédito, aposta no domínio das microfinanças, para promoção da inclusão financeira do segmento de clientes com baixo rendimento e que possuem negócios informais ou formais, que não tem acesso ao crédito bancário tradicional.

Como consequência do "write off" (abate ao ativo) efetuado, por um lado, e por outro, a redução da carteira de depósitos, a posição da Caixa no sistema baixou com a sua quota de mercado global a fixar-se em 31%.

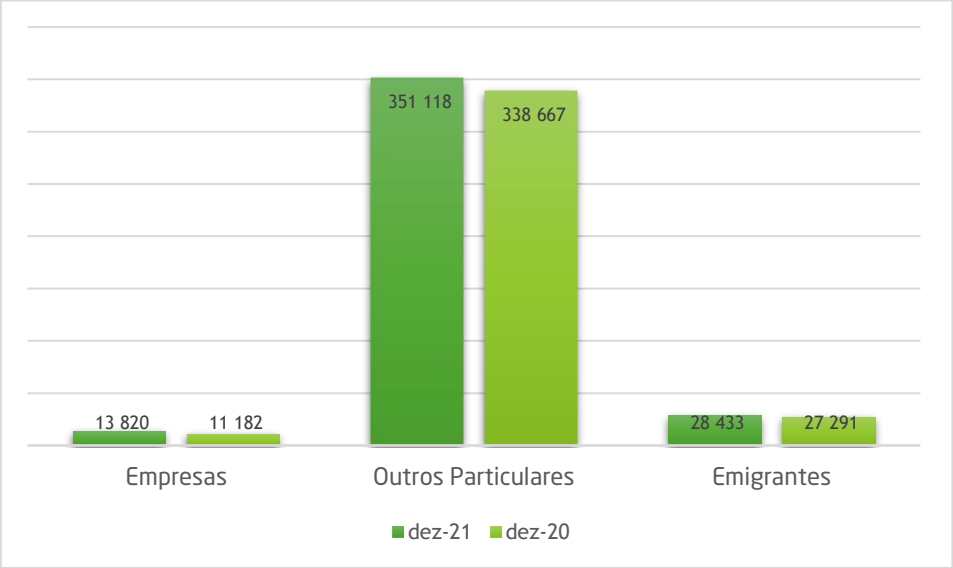
2- Atividade da Caixa

A atividade bancária da Caixa está centrada na Banca de Retalho com oferta de produtos e serviços financeiros para os Particulares e Empresas. A nível de produtos, destacamos produtos poupança como Conta Poupança Caixanet, Conta Especial Emigrante, Continha da Caixa e Gestão Integrada de Tesouraria e os produtos de crédito como o Crédito pessoal (Credicaixa), Habitação, Investimento, Tesouraria, Microcrédito, Cartões de Crédito, entres outros. A nível de serviços destacamos, o Private Banking, os terminais de pagamento (POS), cartões Vinti4 e Visa, intermediação financeira, garantias bancárias, Western Union, entres outros.

Em 2021 a Caixa contava com 393.371 clientes, sendo 379.551 clientes do segmento particulares, onde podemos destacar 28.433 clientes emigrantes e os restantes 13.820,

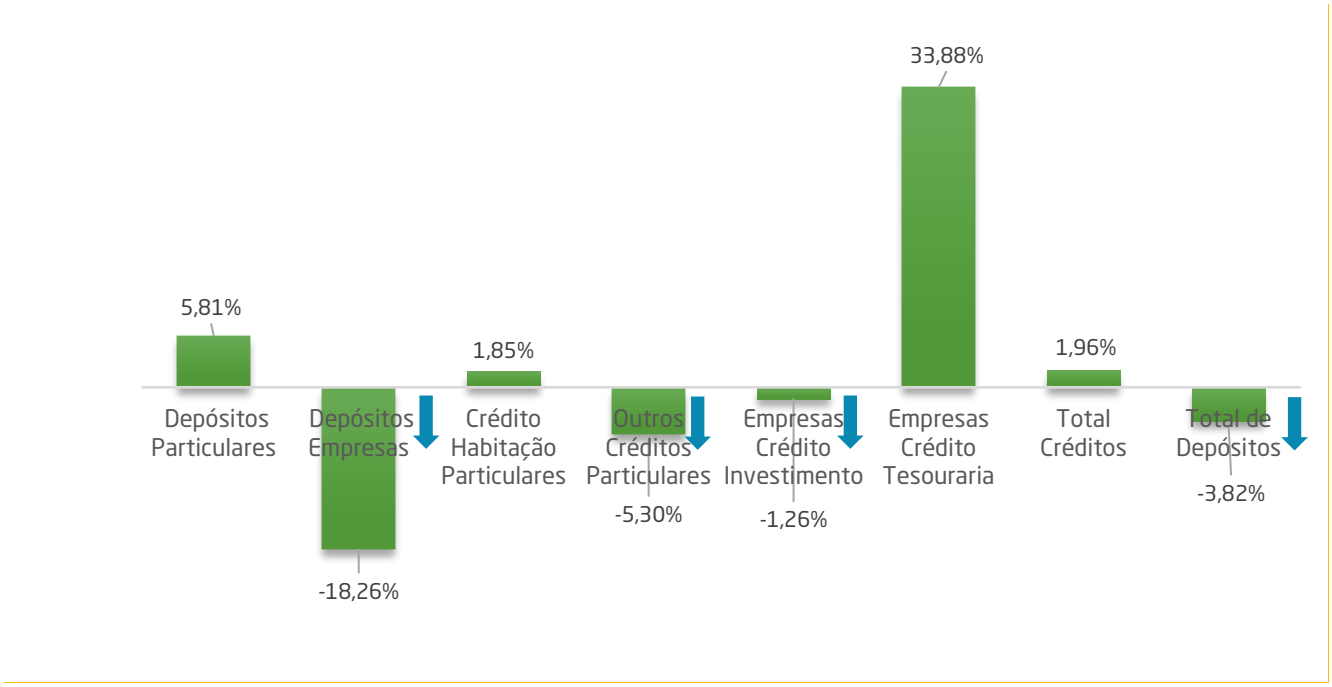
clientes empresas. Registou-se um crescimento de 4,3% do número de clientes, o que em termos absolutos corresponde a mais 16.231 clientes.

Evolução da Carteira de Clientes



Relativamente ao Portfólio de Produtos da Caixa em 2021, onde estão incluídos os produtos de **depósito** (inclui depósitos de clientes e instituições de crédito, títulos do mercado secundário e não inclui outros recursos e juros) e **crédito** (inclui carteira de crédito e títulos Corporate e não inclui, dívida pública, juros a receber, despesas de crédito, receitas e custos diferidos), perfez o valor de 113.576.379 contos, apresentando uma redução em 2% face a 2020. No entanto, destaca-se o crescimento positivo dos depósitos particulares em 5,81%, do crédito habitação em 1,85% e crédito às empresas tesouraria em 33,88%.

É de salientar que os produtos que cresceram em 2021, exceto o crédito tesouraria, são os produtos que apresentaram maior peso na carteira de negócios da Caixa.



O peso dos depósitos particulares era de 41% e o peso do Crédito Habitação de 13%. Por outro lado, o Crédito Investimento para Empresas, que também tem um peso considerável de 15%, apresentou uma redução de 1,26%.



De seguida, iremos apresentar as áreas de negócio da Caixa mais detalhadamente, de forma a consolidar as conclusões apresentadas no ponto acima.

2.1- Áreas de Negócio

Depósitos

Em dezembro de 2021, em termos globais, a carteira de depósitos da Caixa, incluindo os títulos e os depósitos de instituições de crédito, totalizava o valor de 69.976.932 contos, registando uma redução de 3,82% (2.778.688 contos) face a 2020.

A carteira de depósitos considerando os segmentos de clientes por residência apresentou a seguinte evolução:

- A carteira do segmento **residentes** (inclui os depósitos de particulares e empresas), com um peso de 68,82% no valor de 48.154.731 contos, apresenta uma redução em 7,54% em termos globais. Destaque-se negativamente o decréscimo em 10,79% nos Depósitos a Ordem no valor de 3.636.116 contos e positivamente o crescimento nas poupanças dos residentes em 1,73%, totalizando uma carteira de 18.078.133 contos;
- Quanto ao segmento **emigrantes**, a carteira de depósitos cresceu 5,56% (1.150.311 contos), com um peso relevante de 31,18% e o valor da carteira perfez 21.822.201 contos, em linha com a evolução positiva das remessas dos emigrantes no país. Neste segmento, os depósitos à ordem revelaram um incremento de 17,81% e os depósitos a prazo em 2,28%.

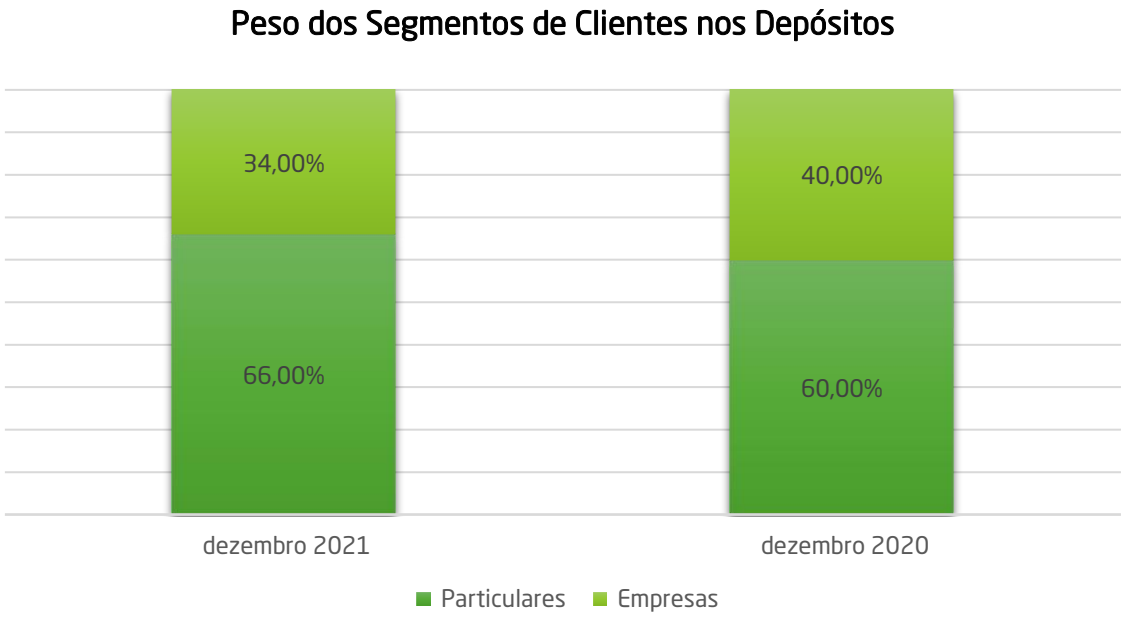
Carteira de Depósitos Por Segmento de Residência (contos)

Designação	dez-21		dez-20		Variação 2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Residentes	**48 154 731**	**68,82%**	**52 083 731**	**71,59%**	**-3 929 000**	**-7,54%**
Depósito à Ordem	30 076 598	42,98%	33 712 714	46,34%	-3 636 116	-10,79%
Depósito a Prazo	18 078 133	25,83%	17 771 017	24,43%	307 116	1,73%

Bilhetes Tesouro	0	0,00%	600 000	0,82%	-600 000	-100,00%
Emigrantes	**21 822 201**	**31,18%**	**20 671 890**	**28,41%**	**1 150 311**	**5,56%**
Depósito à Ordem	5 145 083	7,35%	4 367 266	6,00%	777 817	17,81%
Depósito a Prazo	16 677 118	23,83%	16 304 623	22,41%	372 494	2,28%
Depósitos Totais	**69 976 932**	**100,00%**	**72 755 621**	**100,00%**	**-2 778 688**	**-3,82%**

1) inclui, Depósitos de clientes e Instituições de crédito, Títulos do Mercado Secundário. Não inclui, Outros Recursos e Juros.

Em 2021, o segmento dos particulares, continuava com um maior peso na carteira de depósitos da Caixa, 66%. Quanto as empresas, apresentavam um peso de 34%, com redução face a 2020, onde detinham um peso de 40%.



Noutra perspetiva, a carteira de depósitos por segmentos de clientes apresentou o seguinte perfil:

- A carteira de depósitos dos particulares aumentou em 5,81% (2.537.090 contos) em 2021, totalizando o valor de 46.188.112 contos;
- Quanto as empresas, apresentaram uma queda relevante nos depósitos em 18,26% (5.315.779 contos), com uma carteira de 23.788.820 contos.

Carteira de Depósitos Por Segmento de Clientes – Particulares e Empresas (contos)

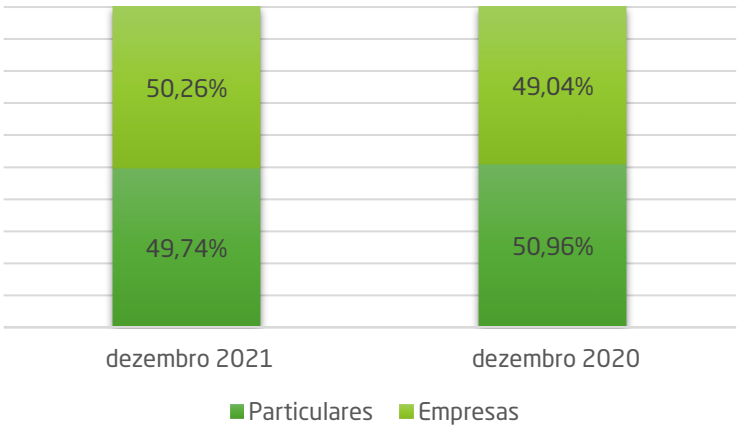
Depósitos	dez-21		dez-20		Variação 2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	46 188 112	**66,00%**	43 651 022	**60,00%**	2 537 090	**5,81%**
Empresas	23 788 820	**34,00%**	29 104 599	**40,00%**	-5 315 779	**-18,26%**
Total	**69 976 932**	**100,00%**	**72 755 621**	**100,00%**	**-2 778 688**	**-3,82%**

Créditos

A atividade creditícia da Caixa em 2021, considerando o crédito bruto, que inclui os títulos empresas e que exclui os títulos do tesouro e as despesas de crédito vencido e juros, apresentou uma evolução positiva, com um crescimento de apenas 1,96% (838.344 contos), tendo em conta o impacto dos **créditos abatidos ao ativo em novembro de 2021** limitou o crescimento, registando a carteira em final de dezembro o valor de 43.599.447 contos. Os créditos abatidos ao ativo perfizeram o valor de 1.777.269 contos, distribuídos por empresas no valor de 1.373.189 contos e por particulares no valor de 404.079 contos.

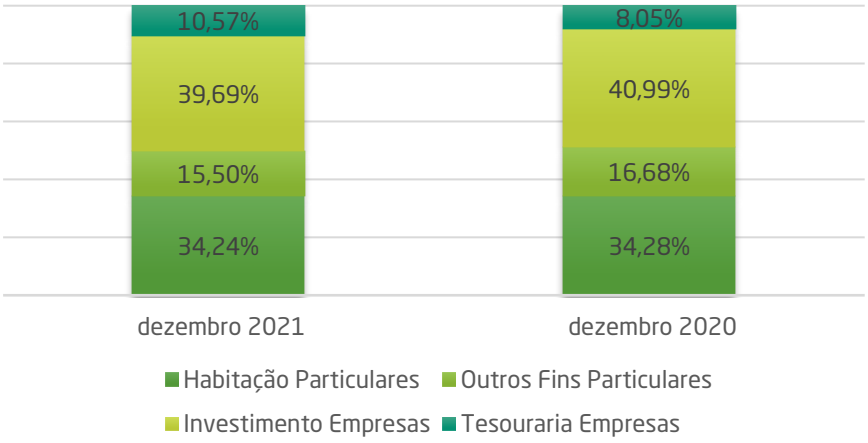
Relativamente ao peso dos segmentos de clientes no crédito, contrariamente aos depósitos, as empresas detêm um maior peso, no valor de 50,26%, registando um crescimento no peso comparativamente ao valor de 49,04% em 2020. Quanto as particulares, reduziram o seu peso face a 2020, com um valor de 49,74%.

Peso dos Segmentos de Clientes no Crédito Bruto



O peso dos créditos por finalidade também constitui um importante fator para caraterização da carteira de crédito, revelando o gráfico abaixo que, o crédito habitação e o crédito ao investimento ainda continuam a representar a maior fatia da carteira, com 34,24% e 39,69%, respetivamente. Em comparação ao ano passado, o peso dos créditos habitação e investimento reduziram, bem como do crédito particular para outros fins. Revertendo esta tendência, temos o crédito tesouraria empresas que aumentou o peso de 8,05% para 10,57% em 2021.

Peso dos Créditos por Finalidade no Crédito Bruto



Após apresentação da representatividade dos segmentos de clientes no crédito bruto, abaixo expomos a evolução da carteira em 2021, bem como o quadro representativo:

- A carteira de créditos das empresas totalizou o valor de 21.912.715 contos, com um crescimento de 4,51% (944.674 contos), sendo o valor de 17.304.949 contos correspondente ao crédito investimento incluindo títulos corporate e 4.607.766 ao crédito tesouraria. Destaca-se o crescimento do crédito tesouraria em 33,88% (1.165.935 contos), embora com peso reduzido na carteira e crédito investimento reduziu ligeiramente, em 1,26%;
- A carteira de créditos dos particulares totalizou o valor de 21.686.732 contos, apresentando-se menos dinâmico do que carteira das empresas. Registou um decréscimo de apenas 0,49% em termos globais, embora tenha mantido o crescimento no negócio

do crédito habitação, em 1,85% (271.535 contos). O crédito particular para outros fins reduziu expressivamente em 5,30% (377.866 contos);

- Para a evolução positiva da carteira de crédito em 2021, contribuiu o impacto das medidas excecionais de apoio e proteção das famílias e empresas, decretadas pelo Governo para mitigar os efeitos económicos negativos decorrentes da pandemia da Covid-19, nomeadamente as Linha com Garantia do Estado como **Linha de Crédito PróGarante** e a renovação das moratórias no serviço da dívida;
- Relativamente ao impacto da moratória na carteira de crédito, os juros capitalizados atingiram 372.266 contos em dezembro de 2021, representando 44,40% do crescimento da carteira;

Carteira de Crédito Bruto Por Tipo de Crédito (contos)

Créditos	dez-21		dez-20		Variação 2021		
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa	
Particulares	**21 686 732**	**49,74%**	**21 793 062**	**50,96%**	**-106 331**	**-0,49%**	**-12,68%**
Habitação	14 930 130	34,24%	14 658 595	34,28%	271 535	1,85%	32,39%
Outros Fins	6 756 602	15,50%	7 134 468	16,68%	-377 866	-5,30%	-45,07%
Empresas	**21 912 715**	**50,26%**	**20 968 041**	**49,04%**	**944 674**	**4,51%**	**112,68%**
Investimento	17 304 949	39,69%	17 526 210	40,99%	-221 261	-1,26%	-26,39%
Tesouraria	4 607 766	10,57%	3 441 831	8,05%	1 165 935	33,88%	139,08%
Total Créditos	**43 599 447**	**100,00%**	**42 761 103**	**100,00%**	**838 344**	**1,96%**	**100,00%**

Crédito Normal, Vencido e Moratórias

Neste ponto destacamos a evolução dos créditos em situação normal e vencido, e apresentamos a situação das moratórias de crédito ativas em dezembro de 2021, com exclusão da Dívida Pública, dos Juros a Receber, Despesas de crédito, Receitas e Custos diferido e Títulos Corporate.

Analisando a distribuição do **crédito em situação normal** por prazo, constamos que em 2021 o **crédito de médio e longo prazo** (superior a 1 ano) continuava a representar uma maior fatia, com peso de 96,54% e totalizando o valor de 36.757.128 contos, com um crescimento de 11,80% (3.880.568 contos). Por sua vez, o **crédito normal de curto prazo** reduziu o seu peso para 3,46%, comparativamente ao peso de 7,22% em 2020, totalizando o valor de 1.316.003 contos. Em termos globais o crédito em situação normal, apresentou um crescimento de 7,45% (2.638.429 contos), somando o valor de 38.073.130 contos.

Evolução de Crédito Normal Por Prazos (contos)

Crédito	dez-21		dez-20		Variação 2021	
	valor	%	valor	%	Absoluta	Relativa
Curto Prazo	1 316 003	3,46%	2 558 142	7,22%	-1 242 139	-48,56%
Médio e Longo Prazo	36 757 128	96,54%	32 876 560	92,78%	3 880 568	11,80%
Total Créditos	**38 073 130**	**100,00%**	**35 434 701**	**100,00%**	**2 638 429**	**7,45%**

Relativamente ao **crédito vencido**, em dezembro de 2021 totalizou o valor de 3.444.013 contos, com um decréscimo considerável de 35,20% (1.870.888 contos). O segmento de particulares é o que tem maior peso na carteira de crédito vencido, como indica o quadro abaixo. Conforme ressalvado acima, essa redução deve-se em grande parte aos créditos abatidos ao ativo em novembro de 2021. O Crédito vencido nas empresas totalizou o valor de 974.994 contos e nos particulares o valor de 2.469.019 contos.

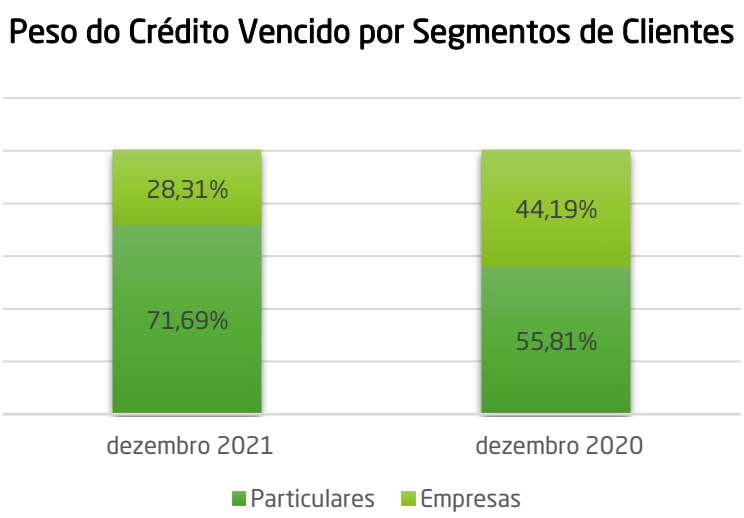
O segmento que apresentou uma maior melhoria no crédito vencido foram as empresas, com uma redução de 58,49%. Quanto aos particulares, este reduziu em apenas 16,76%.

Evolução de Crédito Vencido Por Segmento de Clientes (contos)

Créditos	dez-21				dez-20			
	Normal	Vencido	Total	% Vencido	Normal	Vencido	Total	% Vencido
Particulares	**19 217 713**	**2 469 019**	**21 686 732**	**11,38%**	**18 827 030**	**2 966 033**	**21 793 062**	**13,61%**
Habitação	13 239 663	1 690 467	14 930 130	11,32%	12 879 120	1 779 408	14 658 528	12,14%
Outros Fins	5 978 050	778 552	6 756 602	11,52%	5 947 910	1 186 624	7 134 534	16,63%
Empresas	**18 855 417**	**974 994**	**19 830 412**	**4,92%**	**16 607 672**	**2 348 868**	**18 956 540**	**12,39%**
Investimento	14 560 691	661 955	15 222 646	4,35%	13 959 579	1 555 130	15 514 709	10,02%
Tesouraria	4 294 727	313 039	4 607 766	6,79%	2 648 093	793 738	3 441 831	23,06%
Total Créditos	**38 073 130**	**3 444 013**	**41 517 143**	**8,30%**	**35 434 701**	**5 314 901**	**40 749 602**	**13,04%**

2) Carteira de crédito não titulado. Não inclui, Dívida Pública e Corporate, Juros a Receber, Despesas de crédito, Receitas e Custos diferido;

Em 2021, o crédito vencido particulares representou 71,69% da carteira de crédito vencido, verificando um aumento significativo, uma vez que no ano passado esse valor era de 55,81%. As empresas só representaram 28,31%, enquanto em 2020 representavam 44,19% da carteira.



Relativamente **à carteira de moratórias de crédito** concedidas ao abrigo do Decreto-Lei nº 38/2020 de 31 de março e respetivas alterações, que definiram os critérios de elegibilidade dos clientes para beneficiarem da moratória Covid-19, em 2021 totalizavam 660 créditos

ativos, com uma redução face a dezembro de 2020, que contava com 840 créditos. A 31 de dezembro 2021, as moratórias ativas ascendiam a 6.301.752 contos, correspondendo a 15,2% da carteira de crédito não titulado da Caixa a 31 de dezembro 2021. Da carteira de moratórias ativas constavam 138 créditos de médio longo prazo no segmento das empresas, no valor de 5.324.138 contos e 522 créditos no segmento particulares, sendo 122 créditos habitação e 400 para outros fins, somando o valor total de 977.614 contos.

Moratórias Ativas de Créditos por Segmento (DLei)

Crédito	Nº Créditos	Saldo dez-21	Juros Capitalizados em 2021	Juros Capitalizados Acumulados
Empresas	**138**	**5 324 138 374**	**280 535 459**	**606 904 049**
Curto Prazo	0	0	0	0
M/Lprazo	138	5 324 138 374	280 535 459	606 904 049
Entidades Públicas	19	1 131 011 965	49 851 673	102 707 103
Outras Empresas	119	4 193 126 409	230 683 786	504 196 946
Particulares	**522**	**977 613 995**	**64 120 560**	**144 554 056**
Habitação	122	509 536 600	31 576 851	70 506 850
Outros Fins	400	468 077 396	32 543 709	74 047 206
Carteira Moratórias Ativas	**660**	**6 301 752 370**	**344 656 019**	**751 458 105**

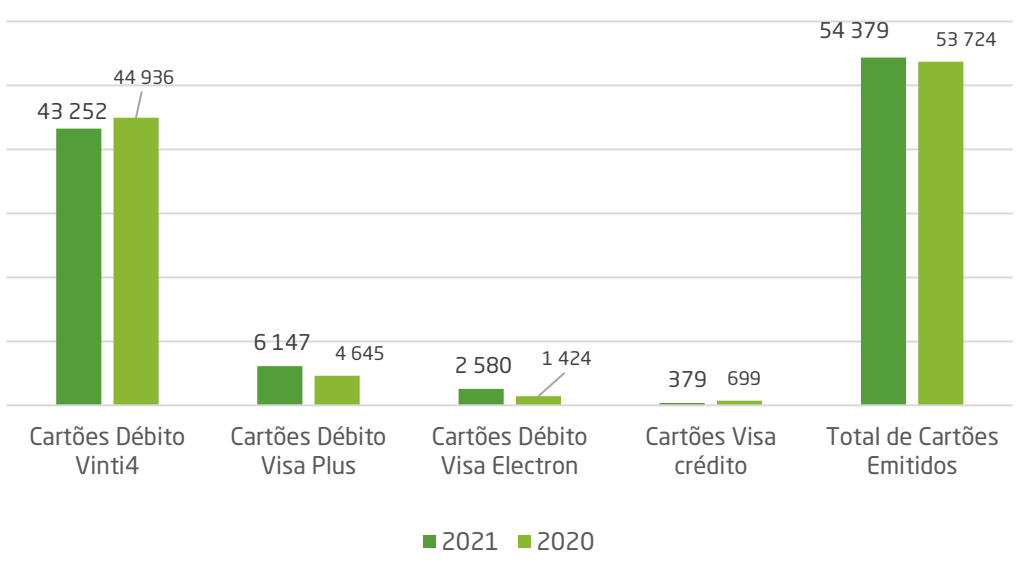
Por sua vez, avaliando as moratórias ativas por stage conclui-se que em 31 de dezembro cerca de 91% se encontrava no Stage 3, não obstante estarem em situação normal por via das moratórias. Tal facto deve-se ao tratamento dado pelo modelo de imparidades às múltiplas restruturações.

Moratórias Ativas de Créditos por Stage (Dlei)

Crédito	Nº Créditos	Saldo dez-21	Juros Capitalizados em 2021	Juros Capitalizados Acumulados
Empresas	**138**	**5 324 138 374**	**280 535 459**	**606 904 049**
Stage 1	16	1 106 934 158	48 680 796	100 411 929
Stage 2	7	840 359 656	43 134 370	45 212 798
Stage 3	115	3 376 844 561	188 720 293	461 279 322
Particulares	**522**	**977 613 995**	**64 120 560**	**144 554 056**
Stage 2	37	197 807 007	11 854 420	28 135 309
Stage 3	485	779 806 988	52 266 140	116 418 747
Carteira Moratórias Ativas	**660**	**6 301 752 370**	**344 656 019**	**751 458 105**

Cartões

Na **área de meios e canais de pagamentos**, conforme indicado no gráfico abaixo, em 2021 foram emitidos 51.979 cartões de débito (rede vinti4, Pré-Pago Plus e visa Electron) e 379 cartões de crédito (visa gold e classic). Relativamente ao ano passado, registou-se um aumento em 1,91% na emissão de cartões de débito, que corresponde a 974 cartões.



No entanto, em 2021 foram emitidos menos cartões de débito da rede vinti4 que registou uma baixa de 3,75% e menos cartões de crédito, que registou uma queda em 45,78%. Quanto aos cartões Visa Electron, mais indicados para utilização no exterior, o número de cartões emitidos aumentou para 2.580. Importa referir que devido as restrições impostas pela pandemia Covid 19, foram prorrogadas as datas de validade dos cartões até outubro 2021. Adicionalmente, continuaram em vigor até o final de 2021 a isenção de cobrança das transferências interbancárias via Internet Banking.

Relativamente aos Cartões Visa Pré-Pago Plus, ideal para as compras on-line e para estudantes, aumentou o número de cartões emitidos para 6.147 e com um volume de transações de 667.906 operações, equivalente ao montante transacionado de 3.393.293 contos. Como era de esperar, com a retoma da maioria das atividades económicas no mundo e no país, o volume de transações e montante transacionado com o cartão Visa Pré-Pago Plus aumentaram consideravelmente em 2021, em 45,14% e 52,85%, respetivamente.

Em termos de cartões ativos, a Caixa registou em dezembro de 2021 o valor de 122.282 cartões ativos, aumentando a quota de mercado para 45,93%, relativamente a quota atingida em 2020 de 45,34%, que totalizava o valor de 120.830 cartões.

POS

No que respeita aos **terminais de pagamento automático (POS),** em dezembro de 2021 a Caixa tinha 2.280 POS ativos, um aumento em 10,68% face a 2020, que apresentava 2060 POS ativos. As operações realizadas nos POS da Caixa aumentaram em 12,3% em 2021, ou seja, foram realizadas mais 495.541 operações comparativamente ao ano passado, no valor total de 4.509.535 operações, representando uma quota de mercado de apenas 20,47% e movimentado o valor de 9.656.168 contos, que aumentou em 13,5%. Em 2021 a Caixa na qualidade do banco emissor e banco de apoio, recebeu um total de 17.899 contos relativas a comissão de 1,50 escudos por cada compra nos POS.

ATM

Em relação ao número de ATM, em 2021 a Caixa manteve o número de 42 máquinas, o que resultou numa quota de mercado de 20,19%, em relação ao sistema nacional com 208 ATM. Em

termos de utilização dos ATM da Caixa, foram realizadas 3.795.632 operações com cartões nacionais, com um acréscimo em 9,92%, ou seja, mais 342.673 operações, mantendo a quota de mercado sensivelmente igual 26,08%. O valor transacionado em 2021 foi 11.094.264 contos, aumentando em 13,21%, correspondendo a uma quota de mercado de 24,47%.

De evidenciar que em 2021, foram realizadas 39.528 operações com VISA internacional (mais 5.010 operações face a 2020) e 26.849 operações com Mastercard (mais 3.900 operações) em ATM da Caixa.

Relativamente as comissões das ATM, as mesmas continuam deficitárias, registando em 2021 aproximadamente 32.155 contos de comissões líquidas pagas. Esta situação resulta em grande medida do facto dos clientes da Caixa recorrerem mais aos ATM da concorrência.

Serviço de Banca Digital

A Caixa disponibiliza o serviço Homebanking Caixanet e o App Caixa Mobile, com os quais os clientes podem gerir as suas contas on-line. Em 2021 foram registados 9.617 novos contratos de subscrição do Serviço Caixanet, registando um aumento de 26,26% comparativamente ao ano passado e assim, o total de contratos ativos perfazia 65.276. Em termos de operações realizadas on-line, ascenderam ao valor de 94.925.877. As principias operações realizadas on-line são as transferências nacionais e internacionais, carregamentos de telemóveis e pagamento de serviços.

Para além do Homebanking Caixanet e o App Caixa Mobile, a Caixa disponibiliza também aos seus clientes a Plataforma Crédito Digital e o App Microcrédito.

Mercado de Capitais

A Caixa realiza o serviço de **intermediação financeira na área de mercado de capitais**, onde as transações são efetuadas no programa Sifox e as emissões de Títulos de Tesouro na plataforma da Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC). Através do Sifox Deal são transacionadas as operações do mercado secundário, ou seja, os títulos existentes no mercado e livremente transacionados entre os investidores. Quanto a plataforma do BCV, são transacionados títulos do mercado primário, emitidos pela primeira vez no mercado, sendo a maioria das transações de Títulos do Tesouro. Com menos regularidade, registam-se emissão de Títulos Corporate e

Municipais, como se verificou no final do ano, com uma grande dinâmica nas emissões Títulos Corporate.

Em 2021 foram lançadas 50 ordens de compra e venda de títulos na Plataforma de Leilões (mercado primário) e no Sifox (mercado secundário). O total, e mais 2 ordens de 2020, resultaram em negócio, onde foi transacionado valor de 5.211238 contos, valor superior a 2020 que foi de 1.952.972 contos e onde foram lançadas 50 ordens, mas apenas 38 resultaram em negócio.

Operações com o Estrangeiro

Operações em numerário estrangeiro: a compra de moeda e notas estrangeira aumentou quer em termos de volume, quer em termos de montantes na ordem dos 65,57% aos 103,92% respetivamente; por sua vez, a venda de moeda e notas estrangeira também aumentou quer em termos de volume e montantes na ordem dos 45,78% e 38,51% respetivamente, comparativamente a 2020.

Cheques s/ estrangeiro: a compra de cheques sobre o estrangeiro reverteu a tendência decrescente em relação a 2020 na ordem de 12,29% em termos de volume e 64,90% em montantes; as emissões também aumentaram nesse periodo em 181,55% e 172,10% em termos transações e montantes respetivamente, na sua maioria são processos referentes ao pedido de nacionalidade portuguesa.

Ordens de pagamento s/ estrangeiro: as transferências recebidas (OPR's) continuaram a tendência decrescente em termos dos montantes, no valor de 98,79% e em termos de volume reverteu-se a tendência decrescente em 2,56% face 2020. Apesar da diminuição nos valores recebidos, a captação dos recursos permitiu cobrir as necessidades com os pagamentos internacionais; nas transferências emitidas (OPE's) a tendência decrescente continuou nos montantes na ordem dos 20,93% enquanto em termos de volume registou-se um aumento na ordem dos 6,61%; as transferências via a Banca Digital continuaram com a tendência crescente, 58,77% e 49,31%, em termos de volume e montantes respetivamente. Em 2021 as solicitações via a Banca virtual (OPE_NET), corresponderam a 3,46% das solicitações comparativamente ao 1,83% do ano anterior.

Operações de pagamento serviços e salários

Em 2021, as adesões ao **pagamento de serviços** reverteram a tendência decrescente do ano anterior, tendo aumentado na ordem dos 12,07%. Quanto ao **pagamento de salários**, em relação a número de empresas que aderiram ao serviço tivemos um aumento de 8,21%, tendo diminuído, no entanto nos montantes na ordem de 3,87%, cujo valor foi 8.236.713 contos.

Serviço de Western Union

Contrariamente aos anos anteriores em que havia uma tendência crescente nas comissões brutas arrecadadas no Western Union (WU), em 2021 houve uma ligeira diminuição de 4,98%, somando o valor de 55.756 contos. A Caixa continua a receber mais transferências WU (202.986 recebimentos) do que envio (11.060 envios) e termos de montante, houve aumento de 9,10% nas recebidas e 21,20% nos envios. A Atividade ABMT, Western Union por telefone, após o pico de adesões em 2020 dada as medidas confinamento por causa pandemia da Covid-19, em 2021 o volume das adesões diminui para mais de metade, em 52,87%.

2.2- Gestão dos Ativos e Passivos

A Caixa desde 2013, manteve os seus níveis de liquidez adequados aos compromissos da Instituição, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos. Em 2021 registou-se grandes oscilações nos depósitos, mas a Caixa não teve a necessidade recorrer ao Mercado Monetário Interbancário e nem de utilizar, por exemplo, a linha de crédito disponibilizada pelo Banco Central (OMF). Os rácios de liquidez, apesar do abrandamento da economia, permanecem elevados, superiores a 30% e o Coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa manteve-se em 10%.

Assim, na Gestão dos Ativos e Passivos manteve-se a aposta nos instrumentos de rentabilidade existentes no mercado nacional e internacional, com destaque para os tradicionais instrumentos do mercado monetário, no entanto com retornos em queda livre.

Operações de Mercado de Intervenção

As operações do mercado aberto materializaram-se em 2021, na emissão de Títulos de Regulação Monetária (TRM) e Títulos de Intervenção Monetário (TIM). As taxas mantiveram-se em 0,25% durante todo o ano e os prazos foram de 14 dias e de 30 a 368 dias.

Em 2021 foram emitidos pelo BCV cerca de 11.600.000 contos em TIM, com uma diminuição de 1.200.000 contos em relação ao ano 2020 e a participação nos TIM foi de 100%. Quanto aos TRM, os valores emitidos ascendiam os 1.200.000 contos, mesmo valor emitido em 2020 e a Caixa teve uma participação de quase 100 % nos leilões de TRM.

Dos Leilões efetuados, a Caixa conseguiu aplicar cerca de 4.953.000 contos em TIM, que correspondeu a 42,70% dos totais das emissões e os juros recebidos ascenderam a 5.780,55 contos. Nos TIM, o valor aplicado foi superior ao valor aplicado no período homólogo, de 4.102.000 contos, mas os juros recebidos foram menores dada a redução da taxa.

Também conseguiu aplicar 368.000 contos em TRM, representando 30,67% dos totais das emissões, com um aumento em relação ao período homologo que foi de 109.000 contos e rendeu cerca de 35 contos de juros, uma diminuição em relação ao período homologo.

Facilidade Permanente de Liquidez, Depósitos Overnigth

As aplicações dos excedentes de fundos da Caixa nos Depósitos Overnigth em dezembro de 2021 totalizaram o valor de 1.638.200.000 contos, verificando-se uma diminuição em 1.056.500.000 contos, em relação ao período homólogo, que se deveu a diminuição do saldo na conta junto ao BCV. Foram recebidos 3.929 contos em juros dos depósitos overnigth, comparando com o mesmo período em 2020, registou uma diminuição em 3.895 contos. A taxa de Absorção de liquidez manteve-se em 0,05%.

Mercado de Capitais

Em 2021 foram emitidos no mercado primário 55 Títulos no total, que corresponderam a 15 Bilhetes do Tesouro (BT), no montante de 7.100.000 contos, 38 Obrigações do Tesouro (OT) no valor de 16.988.700 contos e 2 Obrigações Corporate. As emissões de OT e BT aumentaram face a 2020, registando mais 5.117.595 contos e mais 5.900.000 contos, respetivamente.

A Caixa teve uma participação bastante positiva nos leilões realizados em 2021, sendo que relativamente ao BT conseguiu subscrever 3.251.290 contos, representando 45,8% do total das emissões. Quanto as OT a Caixa conseguiu subscrever o montante de 1.747.609 contos, que representou 10,28% das emissões.

As taxas médias para os leilões realizadas em títulos com maturidade de 2 a 10 anos fixaram-se em 2,9901%, aproximadamente 3%.

Relativamente as Obrigações Corporate a Caixa subscreveu duas emissões, no valor total de 231.863 contos a taxa de 3,5% e 55.000 contos a taxa de 5%.

Do total de títulos emitidos no mercado, foram subscritos através da Caixa o valor de 15.731.162 contos, sendo que a maioria se encontra depositada na carteira títulos de particulares, com um total de 10.445.399 contos, que renderam em comissão um total de 357 contos em 2021.

Em 2021 a taxa de rentabilidade esperada dos Títulos Corporate foi de 4,48%, foram remunerados 89.660 contos em juros líquidos e taxa de rentabilidade esperada da carteira de Títulos de Tesouro foi de 4,46%, cujos juros líquidos ascenderam 531.708 contos.

Gestão da Posição Cambial

Consiste fundamentalmente na gestão diária da posição e exposição cambial visando a maximização dos ganhos cambiais. As relações e negócios internacionais em 2021 continuaram a ser afetadas pela pandemia da Covid-19, que se traduziu na diminuição dos pagamentos em moeda estrangeira, particularmente o EUR e USD. Por outro lado, verificou-se o crescimento dos influxos via correspondente (em 30%) e um crescimento expressivo dos stocks de divisas cash (em 103%).

Na sequência, em 2021 a Caixa registou-se um resultado líquido cambial de 87.982 contos, que resultou dos ganhos totais de 262.716 contos e perdas totais de 174.733 contos. Comparativamente ao ano passado, o resultado líquido aumentou em 133% e deveu-se sobretudo a valorização do câmbio do dólar (USD).

2.3- Gestão de Risco

A Caixa adota um sistema de gestão global de riscos, consubstanciado num conjunto integrado de processos de caráter permanente que assegurem uma compreensão apropriada da natureza e da magnitude dos riscos adjacentes a atividade desenvolvida, possibilitando assim, uma implementação adequada da estratégia e o seu cumprimento. Neste contexto, a Instituição dedica um esforço contínuo nas ações de gestão dos riscos, tendo em vista uma gestão adequada e eficaz do risco assente na identificação, avaliação, monitorização da exposição dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacionais, entre outros.

Tendo por base o modelo de governo e estrutura orgânica adotados pela Caixa para a sua atividade, assim como a necessidade de garantir a correta implementação da Política de Risco, a Caixa adota um modelo de governação e responsabilidades que comtempla a participação de diversos órgãos da Caixa, nomeadamente o Conselho de Administração, a Comissão Executiva, a Direção de Gestão de Risco, o Gabinete de Auditoria Interna, o Gabinete de Compliance, Comités de Risco e Comité de Gestão de Ativos e Passivos. A Gestão de Riscos deve ser aplicada a toda a instituição, nas suas várias áreas e níveis, a qualquer momento, bem como a funções, atividades e projetos específicos.

No âmbito política de risco, a Caixa adota a Framework de Apetite ao Risco (RAF) que pretende quantificar o nível de risco que uma instituição está preparada para aceitar na prossecução dos seus objetivos estratégicos. Não existe uma metodologia formal de estabelecimento do apetite ao risco, mas devem ser observadas um conjunto de características como a estratégia global do negócio, os objetivos, a expectativa dos acionistas, a capacidade de recursos e tecnologia necessários para gerir e monitorizar o risco, entres outras. O apetite ao risco pode mudar ao longo do tempo e deverá ser ajustado pela envolvente de mercado, ambições e expectativas, pelo menos anualmente. O RAF é complementado pela declaração de apetite ao risco (RAS) e pela política de risco.

Na estrutura da Caixa, cabe ao Conselho de Administração (CA) a aprovação da Declaração de Apetite ao Risco (RAS) que deverá ter por base um envolvimento alargado da Comissão Executiva (CE), da Direção de Gestão de Risco (DGR) e dos Diretores/Coordenadores de outras

áreas funcionais e de negócio, estando prevista a sua revisão anualmente. Por sua vez, a sua monotorização e reporte está confiada à Direção de Gestão de Risco.

Assim, no âmbito da sua Declaração de Apetite ao Risco (RAS), a Caixa define quais os níveis de risco que está disposta a assumir tendo em consideração a sua estratégia de risco e de negócio, pelo que inclui métricas quantitativas e declarações qualitativas. O RAS é constituído por um conjunto de indicadores considerados relevantes e representativos dos riscos classificados como materiais no processo de identificação dos riscos.

Para cada um dos indicadores / métricas estão estabelecidos até 4 parâmetros:

- Objetivo - nível de risco ótimo estabelecido a nível do planeamento, por forma a cumprir com os objetivos estratégicos;
- Tolerância – nível de risco considerado preocupante e relevante para a Caixa, que pode resultar na definição de medidas corretivas;
- Limite – indica um nível de risco que representa uma ameaça séria ao negócio e por isso requer uma ação imediata;
- Trigger – representa um nível de risco associado à necessidade de lançamento de medidas extraordinárias ou do Plano de Recuperação;

Risco de Crédito

É o risco resultante da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respetivas obrigações financeiras nos termos contratados, à desvalorização de contrato de crédito decorrentes da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

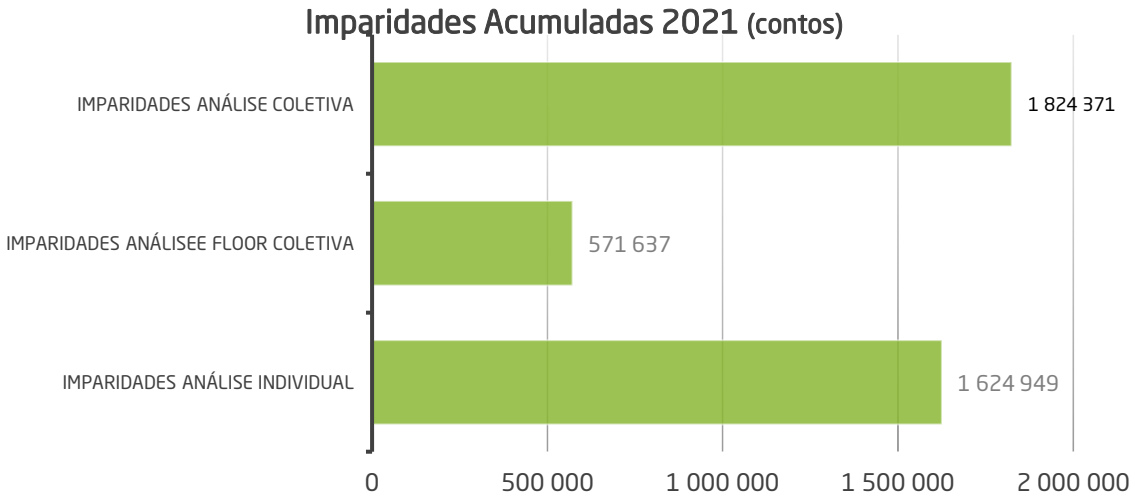
No âmbito da sua política e do plano estratégico, a Caixa sempre teve uma grande atenção ao risco de crédito e no que refere a sua materialidade e a exposição global ao risco, a sua relevância é evidente, dada a natureza da atividade bancária. Para de gestão do risco de crédito

a Caixa adota normas e procedimentos internos, bem como dos órgãos reguladores e órgãos internacionais. A análise das operações ativas e extrapatrimonial é suportada por uma análise qualitativa e quantitativa e são ainda considerados na avaliação específica do risco, a concentração da exposição, os limites aos grandes riscos na perspetiva prudencial.

A Caixa tem tido uma gestão assente numa política de provisionamento, baseada no cálculo das imparidades através da análise coletiva e individual dos créditos. Para o efeito, são definidos os conceitos, princípios e regras a serem observados durante a vida do crédito, incluindo na fase de recuperação e são ainda considerados na avaliação específica do risco a concentração da exposição, os limites aos grandes riscos na perspetiva prudencial. Foram introduzidos através da política de risco e da declaração de apetite ao risco indicadores e limites, de modo a termos um maior controle e mitigação dos riscos que a Caixa está exposta, indicadores estes, que são monitorizados mensalmente e comunicados aos órgãos competentes trimestralmente.

Imparidades

As imparidades acumuladas de crédito em dezembro de 2021 registaram um total de 4.020.957 contos, apresentando um decréscimo em 26,1%, em relação a dezembro 2020, sendo que 45% das imparidades foram calculadas através da análise coletiva, 41% da análise individual e 14% Floor Coletiva.



Em termos de segmento de clientes, as operações ativas das empresas absorveram maior fatia de imparidade, com 55%, seguindo os particulares no crédito Habitação 23% e crédito ao consumo 11%.

A Caixa na sua política de risco aprovou os seus indicadores de apetite ao risco, indicadores esses que são monitorizados mensalmente e são reportados trimestralmente ou sempre que necessário. O acompanhamento feito, permitiu concluir que, em 2021, indicadores estabelecidos, em regra, continuaram a apresentar resultados confortáveis e dentro dos limites definidos.

Medidas de Mitigação Pós Moratórias

Num contexto de grandes incertezas quanto a normalização das atividades económicas no país, em particular no setor do turismo, o aumento de endividamento mesmo por via da capitalização dos juros das moratórias, poderá traduzir-se na incapacidade efetiva dos beneficiários da moratória em cumprir com o seu serviço da dívida no fim das medidas apoio às famílias e empresas. Assim, com vista a minimizar possíveis impactos negativos, nomeadamente a degradação da carteira de crédito com o aumento do crédito vencido, com efeitos incertos nos proveitos, nas imparidades e consequentemente na rentabilidade e na solvabilidade, a Caixa vem identificando um conjunto de medidas de acompanhamento da situação económica e financeira desse segmento de clientes para identificação dos indícios de risco de incumprimento e ajustar o plano de reembolso dos créditos à capacidade efetiva de pagamento das empresas.

Risco Mercado e Liquidez

O Risco de mercado, é resultante da probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, nomeadamente provocados por flutuações em cotações de ações, preços e mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. E o Risco de Liquidez, é o risco inerente a atividade bancária que consiste na possibilidade de ocorrência de incapacidade por parte de uma instituição em cumprir com as obrigações e os compromissos financeiros que assumiu, por falta de fundos disponíveis. A gestão do risco mercado e liquidez

da Caixa é levado a cabo tendo em conta a política de risco da Instituição, a estratégia e objetivos definidos e pelas normas prudenciais nacionais e internacionais.

Os principais indicadores considerados relevantes e representativos dos riscos de mercado e liquidez evoluíram favoravelmente em 2021, dentro dos limites do apetite ao risco e em consonância com a conjuntura de crise. No entanto, o rácio de transformação de depósitos em créditos aumentou de 65,93% em 2020 para 77,42% em 2021, ultrapassando o limite do apetite ao risco. Igualmente a concentração de depósitos ainda se encontra muito elevada, mas dentro dos níveis de tolerância propostos.

Risco Operacional

O Risco Operacional é o risco resultante da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externo. O processo de gestão de risco operacional adotado pela Caixa é assente no modelo das Três Linhas de Defesa, que consiste em identificar e atribuir responsabilidades específicas às Unidades Orgânicas, de forma que as tarefas essenciais de gestão do risco operacional sejam realizadas de forma integrada e coordenada.

Os Eventos operacionais identificados durante o Ano 2021 foram classificados em Categoria (Nível I) e Tipologia (Nível II), conforme os instrumentos de gestão de risco em vigor na instituição. Os eventos de Risco Operacional caraterizam-se pela ocorrência de incidentes que podem provocar perdas financeiras à Caixa, e são classificados em várias categorias.

Em 2021, foram identificados e monitorizados 188 eventos, sendo que a categoria de Gestão de Processos registou o maior número de eventos, com um peso de 67%. A categoria Práticas de Emprego e Saúde, que teve um peso de 13% e refere-se aos colaboradores da instituição que foram infetados pela pandemia COVID 19.

Dando cumprimento ao disposto no Aviso nº 04/2007 do Banco de Cabo Verde, a Caixa adotou medidas para controlar os riscos inerentes a sua atividade e verificar a sua capacidade de absorção de perdas inesperadas apurando deste modo, o Valor Equivalente em Ativos Ponderados pelo Risco Operacional. A Caixa utiliza os dados internos das perdas operacionais, os quais são elementos para introdução de medidas de mitigação de risco (perdas) e também,

para num futuro próximo, apurar o capital económico de risco operacional baseado no modelo interno.

As medidas de mitigação do risco de fraudes empreendidas pela Caixa refletiram positivamente nas perdas operacionais, registando uma redução de aproximadamente 56% face ao ano passado.

A monitorização do comportamento dos Indicadores Chaves do Risco Operacional e dos limites de exposição leva a concluir que todos os indicadores estão dentro dos limites de tolerância aprovados.

3- Áreas de suporte ao negócio

3.1- Gestão de Recursos Humanos

A rentabilização e otimização dos Recursos Humanos constitui uma das bases para prossecução do objetivo de melhoria da rentabilidade do Banco. A aposta na capacitação e desenvolvimento dos colaboradores, continua a ser o eixo estratégico na Gestão de Recursos Humanos da Caixa. Com a pandemia, as contratações de novos colaboradores foram bem ponderadas, apenas nas situações de reposição de técnicos e necessidade extrema de reforço.

De um modo geral, em 2021, a estrutura do quadro de pessoal, em termos do número total aumentou 4% em relação ao ano de 2020. Registou-se um aumento do número de efetivos em 3%, o número de contratados cresceu em 4% e o número de colaboradores em situação de licença sem vencimento aumentou 30%. Assim terminamos o ano de 2021 com 384 colaboradores, sendo 371 no ativo e 13 em licença sem vencimento.

O número de colaboradores do género feminino aumentou de 216 para 228 em 2021 e em relação ao género masculino houve um aumento de 155 para 156. Assim, o peso das mulheres no total aumentou para 59%, e relativamente aos homens, registamos uma diminuição para 41%. No entanto, relativamente as contratações, registou-se que a maioria dos candidatos são mulheres e que ainda, o melhor resultado no processo de recrutamento/seleção tem recaído sobre as mesmas.

A idade média dos colaboradores manteve-se nos 43 anos, o que continua a refletir um efetivo ainda jovem, mas com alguma experiência acumulada. A idade máxima passou de 67 para 68 anos e a mínima manteve-se nos 23 anos. É de salientar que 67% dos colaboradores encontram-se na faixa etária produtiva, pelo que, registamos o impacto nas ausências de licença maternidade e paternidade. Alguns colaboradores já entraram na idade de reforma, mas preferem continuar no ativo.

O índice de tecnicidade mede o número de técnicos superiores em relação ao total de Colaboradores. Em 2021 este índice aumentou para 66%, o que revela o compromisso da Caixa na valorização dos seus recursos humanos, de modo que os colaboradores continuem a estudar e qualificar-se para os desafios estratégicos da Instituição. Em termos de qualificações, no final de 2021, 66% dos colaboradores possuíam formação superior (Bacharel, licenciatura, pós-graduação e mestrado), sendo que 57% corresponde ao grau de Licenciatura.

A pandemia, levou-nos a revisão do plano e metodologia de formação e as ações de formação foram ministradas, na sua maioria, através do serviço Web – plataformas de formação. Em 2021, destacou-se uma forte aposta na formação externa (79%) e a formação interna representou 19% das ações do plano de formação de 2021, um aumento de 10% em relação a 2020. No total foram realizadas 43 ações de formação, abrangendo um universo de 258 colaboradores e o volume de formação foi de 4.736 horas e o investimento nas ações realizadas em 2021 atingiu o valor de 3.086 contos.

A marca Caixa enquanto entidade patronal, continua a ser reconhecida pelo elevado comprometimento com o bem-estar dos colaboradores evidenciado nas diversas áreas, nomeadamente, cuidados de saúde (colaborador e agregado familiar), habitação (linhas especiais de crédito), subsídios para estudos dos colaboradores, linhas de crédito especiais tanto para formação do trabalhador como dos filhos, subsídio de alimentação, entre outros. A promoção do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal tem sido uma das preocupações ao nível da gestão das pessoas na Caixa. Para além disso em 2021 registou-se a atualização salarial com aumento de 1,5% e ainda os colaboradores foram retribuídos com um prémio de produtividade referente ao ano 2020, que consoante o desempenho foi definido um máximo de 112,5% do salário mensal.

3.2- Recursos Tecnológicos e Informáticos

O ano de 2021, traduziu-se na retoma da atividade normal do banco, embora ainda numa situação atípica. Foi possível retomar os projetos que haviam ficado para segundo plano no ano anterior e foram realizados, embora em andamento, as manutenções preventivas em todas as ilhas, no que toca a equipamentos informáticos e em termos de equipamentos de segurança eletrónica. Do ponto de vista de projetos, destaca-se a conclusão dos termos de referência e o lançamento do projeto de remodelação da arquitetura de redes e segurança da Caixa, com o início do mesmo no último trimestre de 2021. Destaca-se ainda a utilização durante 2021, do Remote Process Automation (RPA) uma ferramenta da Microsoft para robotização de processos que permite, acima de tudo, rapidez, segurança e a possibilidade de alocação de técnicos que estavam a realizar atividades repetitivas em outras atividades.

Durante o ano de 2021 foi possível realização dos seguintes projetos:

- Implementamos o projeto Crédito Digital, solução que permite aos clientes da caixa, de forma cómoda, despoletar um pedido de crédito sem ter de se deslocar às agências da Caixa e todo o workflow é gerido por um BackOffice;
- Desenvolvimento de solução EasyIndex: solução de gestão de normas e documentos internos, que irá ser integrado no novo intranet;
- Desenvolvimento de nova aplicação MarkUP, solução desenvolvida para dar suporte ao Gabinete de Marketing;
- Reativação do Serviço de Caixanet, por meio da leitura e interpretação de emails de clientes;
- Arquivo de processos no DigitalDocs;
- Portal de operações, com backoffice do SGDL, Crédito Digital e Gestão de mensagens no Serviço Caixanet;
- Implementação do SGDL – Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação, projeto do BCV para permitir transações interbancárias em tempo real; Manutenções Gerais a nível dos sistemas de segurança;

Para além disso, a implementação de novos equipamentos de segurança de redes, veio dar mais segurança em termos de cyber segurança. Um dos grandes ganhos, é a automação de processos, com ganhos em termos de eficiência, de rapidez e de inovação.

Em suma destaca-se também a entrada em produção do projeto crédito online, solução disruptiva que veio, mais uma vez, colocar a Caixa na linha da frente em termos de inovação e disponibilização aos clientes das melhores soluções do mercado.

3.3- Gestão de Qualidade

A Caixa promove a gestão de projetos que fomentem a inovação e promovam a qualidade. Procura zelar pela melhoria contínua dos processos, sistemas de informação e respetivos suportes documentais, visando a qualidade do serviço prestado ao Cliente e a sustentabilidade global da instituição. Em linha com a missão de prestar um serviço de qualidade, destacamos a recertificação ISO 9001:2015, que em 2021 registou zero não conformidades na auditoria externa de recertificação.

Assim no âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade, foram ainda desenvolvidas as seguintes atividades:

- Recolha, registo e análise mensal dos dados de indicadores do desempenho dos processos;
- Controlo de documentos e registos Internos/Externos;
- Acompanhamento da implementação e avaliação da eficácia das ações de melhorias (preventivas/corretivas) empreendidas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, visando a melhoria continua dos processos internos e focalização no cliente;
- Suportes documentais, elaboração e revisão de diversas normas internas (Ordens e Instruções de Serviços, Políticas, Manuais), mediante a aprovação da Comissão Executiva/Conselho de Administração. Destacar a elaboração da Instrução de Serviço relativa à validação jurídica de contratos de crédito pelo GAJ

Para garantir a segurança dos processos físicos, em 2021, foi concluída a mudança dos arquivos para o Espaço Maravilha e para o Arquivo Sede.

Ainda no âmbito da segurança dos arquivos, foi implementada a solução arquigest.caixa.cv" para alojamento de uma solução desenvolvida internamente

Gestão das Reclamações

Durante o ano de 2021, no que concerne a gestão das reclamações que deram entradas na Caixa, procedeu-se a identificação, encaminhamento e registo no portal do BCV de 52 processos, representando uma redução de 36% face a 2020. É de salientar igualmente uma diminuição significativa de 63%, de reclamações referentes a fraudes/movimentação indevida de cartões de débito/crédito. Não obstante, com base no Decreto-legislativo nº 8/2018 que estabelece o regime jurídico que regula a prestação de serviços de pagamentos eletrónicos e respostas obtidas aos pedidos chargeback junto à SISP/VISA, foram ressarcidos aos clientes o valor total de 1.015 contos em resultado de reclamações de operações indevidas com cartões;

3.4- Marketing

Em 2021 foi possível uma retoma dos meios tradicionais de comunicação e marketing, designadamente da TV Interativa da Caixa e dos Aeroportos e do canal de televisão TCV. A Caixa voltou a estar presentes em eventos físicos, com a participação na Feira Caetano Auto e o TEDx Praia. Contudo, continuou-se a apostar na notoriedade da marca Caixa, nomeadamente, no posicionamento da sua marca como o Banco mais Digital de Cabo Verde, com estratégias de comunicação transversal em todos os meios digitais da Instituição – o Facebook (Caixa Mobile), o site (www.caixa.cv) e o canal de Youtube. Através das ações de comunicação, incentivou-se o uso das plataformas digitais para a realização de transações bancárias e como estratégia, além de promover os canais digitais, apostou-se em criar conteúdos que demonstraram aos clientes como utilizar e retirar o máximo proveito das diversas funcionalidades disponíveis nestes canais. Através de uma comunicação contínua, em todas as nossas redes – com destaque, no

Facebook, com duas publicações semanais – viu-se o número de utilizadores do Caixanet e do Caixa Mobile aumentar a cada trimestre.

A nível do setor bancário, a estratégia global foi a mesma e consistiu em incentivar o uso das ofertas digitais por parte dos clientes e na utilização das plataformas digitais para tanto para a comunicação das ofertas de produtos/serviços como também para ações e campanhas institucionais.

A Caixa, por seu lado, continuou, igualmente, a apostar na sua estratégia para diminuir o fluxo de clientes nas agências, através de uma comunicação assertiva, tanto para o público externo como para o interno, através de ações que continuamente, contribuíram para o aumento do número de clientes que hoje utilizam os canais digitais. E continuou a inovar na oferta digital, com atualizações permanentes nos canais digitais e o lançamento da plataforma para pedido de crédito online, o Crédito Digital da Caixa.

Conforme referido acima, destaca-se a estratégia de promover a Caixa como "O banco digital de Cabo Verde", tendo como foco principal a presença nas redes digitais. Pretende-se posicionar a marca Caixa no mercado cabo-verdiano como o banco que oferece aos seus clientes a possibilidade de fazerem a gestão da sua vida financeira sem terem de se deslocar a uma agência. O objetivo é facilitar o acesso dos clientes aos diferentes serviços, dando-lhes a opção de efetuar as suas operações e transações bancárias através dos produtos digitais em carteira.

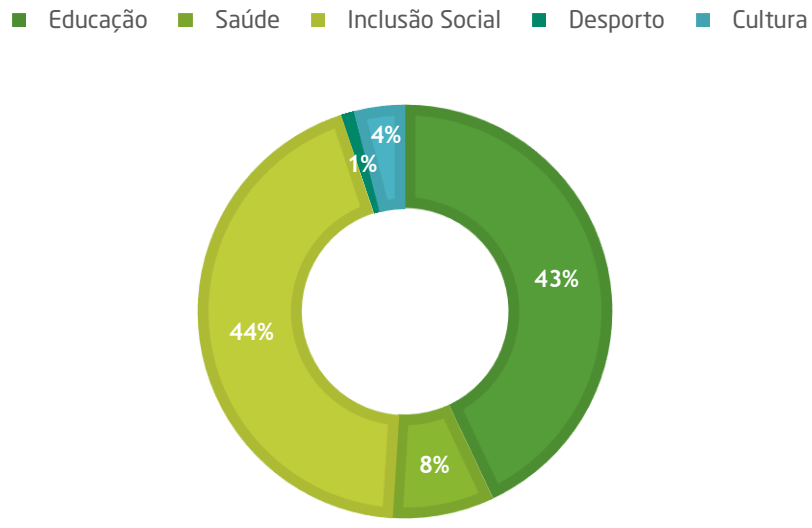
A página Caixa Mobile tem sido o canal de destaque nas comunicações efetuadas pela Caixa. Embora inicialmente, a intenção era de apenas comunicar a app Caixa Mobile, com o aumento de seguidores, o alcance das comunicações e a boa aceitação do público, viu-se uma oportunidade de comunicar, também, os outros canais digitais e eletrónicos da Caixa (Caixanet, site, cartões ATM e POS), sendo mais um meio disponível para alcançar o objetivo de aumentar as transações e operações efetuadas através dos canais digitais. De realçar que a página Caixa Mobile, quando comparado com as páginas oficiais dos outros bancos da praça, foi a que mais aumentou o número de seguidores em 2021, terminou o ano com 12 377 seguidores (mais 3 221 relativamente a 2020).

A estratégia para o site da Caixa – www.caixa.cv – foi de aumentar o número de acessos e, consequentemente, o tráfego, com o objetivo de aumentar a visibilidade da marca. Para isto, foi criada uma estratégia conjunta com o Facebook, onde os conteúdos publicados na página Caixa Mobile, incentivassem os seguidores a conhecerem os seus conteúdos, através de links com acesso direto e, através de publicações que promovessem diretamente os conteúdos existentes no site da Caixa.

4- Caixa Sustentável

Com a preocupação de promover uma sociedade mais sustentável e mais inclusiva, a Caixa através da sua Política de Responsabilidade Social (RS), pôs em evidência o seu propósito de desenvolver um modelo de negócio eficiente, sustentável e responsável, caracterizado por um forte compromisso social, económico e ambiental.

Nessa perspetiva, diante da conjuntura adversa que vivemos, a maioria dos apoios concedidos em 2021 foram essencialmente para fazer face ao contexto de pandemia, tendo sido priorizadas as áreas de Educação, Saúde, Inclusão Social e os apoios concedidos totalizaram o valor de **3.025 contos**.



Para além dos apoios concedidos, anualmente a Caixa procura patrocinar iniciativas e programas que contribuem para um crescimento inclusivo e sustentável, bem como, para o bem-estar da comunidade. Em 2021 o valor realizado em Patrocínios foi de **6.313 contos**, com realce aos vários patrocínios concedidos na área do desporto, nomeadamente, à Federação Caboverdiana de Basquetebol e a Federação Caboverdiana de Andebol que atraíram grande visibilidade a nível de África. Foram concedidos também patrocínios nas áreas Empresarial, Educação, Cultura e Social, e no total foram atribuídos 19 patrocínios. Em comparação com o ano de 2020, foram concedidos mais 10 patrocínios.



Projetos e Eventos no âmbito da Responsabilidade Social da Caixa

A Caixa, enquanto instituição financeira e com um forte compromisso social, em 2021, desenvolveu e procedeu ao lançamento da página Educação Financeira, com o propósito de transmitir informações pertinentes sobre a educação financeira aos clientes e o público em geral e, por conseguinte, contribuir para que tenham uma vida financeira mais saudável, prosseguindo um dos grandes objetivos estratégicos da Caixa, que é promover da inclusão e literacia financeira.

No mês alusivo às crianças, foi feito o lançamento do Livro "A Poupança do Zito" (versão on-line), além de ter sido dedicado e divulgado um capítulo específico às crianças, intitulado "As crianças e o mundo financeiro "na página Educação Financeira, para incentivar e mostrar a importância de ensinar as crianças a gerir o seu próprio dinheiro, desde muito cedo.





Ainda no âmbito da política responsabilidade social e compreendendo a importância da temática de prevenção do suicídio, com ênfase maior no mês de setembro, a Caixa promoveu uma palestra sobre o assunto para os colaboradores, em parceria com o Projeto **SÊ KEL K BO Ê.** O projeto SÊ KEL K BO Ê é uma iniciativa dos artistas Djam Neguin & Batchart que juntaram as vozes para a campanha de prevenção do suicídio - setembro Amarelo, em Cabo Verde, colocando em pauta temas como autoaceitação, autoestima e amor próprio para inspirar as pessoas a terem uma postura positiva na vida.



No mês de outubro, foi levado a cabo a campanha Poupança, combina comigo, com diversas atividades para assinalar o Dia Mundial da Poupança | 31 de outubro. Entre as atividades destacam-se o desenvolvimento de Campanha nos canais digitais, com divulgação de Spot, banner´s e websérie na Pág. Educação Financeira, além de encontros de sensibilização com aos alunos do EBI da Praia - ilha de Santiago e concelhos do Porto Novo, Paúl e Ribeira Grande – Ilha de Santo Antão, tendo em vista a promoção da educação Financeira na infância, *target* este escolhido para a campanha 2021.



Outro evento foi a Oferta Portátil e Cartão Pré-Pago à melhor aluna da Escola Secundária de Achada Grande Trás, um incentivo aos jovens a apostarem nos estudos, como ferramenta de transformação pessoal e social.

Microcrédito

A Caixa Económica de Cabo Verde, vem desempenhando um papel importante no domínio das microfinanças, comprometida em reduzir a pobreza e as desigualdades. Neste âmbito, faz a gestão de várias linhas de microcrédito destinadas a beneficiar camadas populacionais de baixo rendimento e sem acesso ao crédito bancário tradicional. A mais relevante das linhas de microcrédito gerida pela Caixa é o Programa de Formação e Empréstimos a Microempresas (PFEME).

A Caixa Microcrédito, carateriza por pequenos empréstimos concedidos aos microempresários, destinados a promover as suas atividades geradoras de rendimento, abrangendo maioritariamente, clientes do concelho da Praia. A Caixa Microcrédito, promove sessões de esclarecimentos, entrevistas e recolha de dados dos clientes e durante as sessões são abordados temas relacionados com a educação financeira bem como as condições de acesso, procedimentos e responsabilidades inerentes ao crédito, responsabilidade solidária, poupança garantia, gestão de negócios, entre outros.

O montante total de créditos concedidos durante o ano 2021 foi de 506.712 contos, dos quais 85.860 contos foram créditos a clientes particulares no âmbito produto Microcrédito-Caixa, com um peso de 16,9% e o remanescente foram créditos concedidos a micro e pequenas empresas no âmbito Protocolo Linha Microempresas Prógarante, assinado entre a Caixa, a Próempresa e a Prógarante, registando assim um crescimento exponencial, de **953%**, devido ao grande volume de operações de créditos concedidos no âmbito do referido Protocolo.

Em relação à distribuição de créditos por género, os clientes de sexo feminino continuam representando a maioria, em **71%** e isto justifica-se em grande parte pela natureza das atividades financiadas, o pequeno negócio, levado a cabo maioritariamente por mulheres microempresárias e chefes de famílias. Constitui um dos objetivos do programa contribuir para melhoria da situação socioeconómica de agregados familiares liderados por mulheres, através de financiamentos microcrédito, incentivando a criação e melhoria dos seus negócios, criação de autoemprego, além de promover a inclusão financeira das populações de baixo rendimento.



Energias Renováveis, Transição Verde

A Caixa, no âmbito da sua atividade, tem particularmente presente a preocupação com o meio ambiente e as mudanças climáticas. Nesse sentido, incentivando a transição verde, disponibiliza aos seus clientes a Linha de Crédito Energias Renováveis para a aquisição de equipamentos que reduzem o consumo energético e protegem o meio ambiente. Esta linha é destinada a contribuir para a redução da dependência energética do país, e de fomentar a utilização de fontes de energias alternativas.
E ainda no âmbito da parceria com Associação de Táxis da Praia, foi disponibilizada a Linha de Crédito Renovação Frota de Táxi, com taxas mais atrativas para viaturas elétricas ou mistas.

5- Análise Económica e financeira

O desempenho da Caixa no ano de 2021 esteve em linha com o dos anos anteriores, tendo registado algumas melhorias que contribuíram para o reforço da robustez dos seus indicadores.

5.1- Resultados

Produto Bancário

O Resultado Líquido do Exercício ascendeu a 967.854 contos, mais 265.543 contos comparativamente ao montante conseguido em 2020, o que representa um acréscimo de 37,81%. Esta evolução é grandemente explicada pela redução do reforço de imparidades, atendendo o nível satisfatório da cobertura do risco de crédito por imparidades.



A Margem Financeira, principal componente do Produto Bancário com um peso de 91,70%, situou-se nos 2.789.763 contos, com um decréscimo 124.290 contos (4,27%) face ao ano anterior, explicado pela redução dos Juros e Rendimentos Similares, com destaque para os juros de carteira de crédito,

titulado e não titulado, que diminuíram 153.986 contos (4,15%), na medida que os Juros e Encargos Similares registaram um decréscimo de 65.725 contos (5,50%).

Na sequência, o Produto Bancário registou uma evolução negativa de 2,71% (84.784 contos), em relação a 2020, tendo atingido os 3.042.124 contos em dezembro de 2021, parcialmente compensada pela da Margem Complementar que cresceu 18,56% (39.506 contos), em relação ao período homólogo, totalizando 252.360 contos.

Esta evolução deveu-se sobretudo ao aumento dos Resultados em Operações Financeiras no valor de 50.153 contos explicado essencialmente pelas operações em USD, fortemente impactadas em 2020 pela pandemia de COVID-19.

Custos Operativos

Os Gastos Administrativos que englobam os Gastos Gerais Administrativos e Custos Com Pessoal, aumentaram 1,67% (22.679 contos), totalizando 1.378.712 contos, absorvendo assim 45,32% do Produto Bancário. Esta evolução é explicada quer pelo aumento dos Gastos Gerais Administrativos em 0,52% (2.668 contos), em grande medida devido ao acréscimo de algumas rúbricas destacando-se os Encargos com ATM, Seguros e Impressos e Consumíveis, entre outras, como pelos Gastos com Pessoal que evidenciaram um agravamento de 2,39% (20.011 contos), situando-se nos 858.168 contos, decorrente essencialmente do aumento da remuneração dos empregados, na sequência de recrutamentos e aumento salarial. As Amortizações, por sua vez, também aumentaram 6,42% (7.321 contos), situando nos 121.322 contos.

Em consequência, os Custos Operativos aumentaram 2,04% (30.000 contos), resultando numa degradação do Cost to Income que registou mais 2,30p.p. comparativamente ao ano anterior, situando-se nos 49,31%.

Provisões e Imparidades Líquidas

As Provisões e Imparidades Líquidas do exercício totalizaram 465.990 contos, menos 438.244 contos (48,47%) face 2020, na medida que atingimos um nível satisfatório de cobertura de crédito por imparidades de 116,75%.

Os Resultados das Participações em Empresas Associadas, ainda que de forma pouco expressiva, contribuíram positivamente para o Resultado Líquido do exercício ao registarem 19.820 contos, mais 11.528 contos (139,03%) em relação 2020.

A diminuição dos juros e rendimentos similares e o aumento dos gastos operativos conduziram a uma redução do Cash Flow do Exercício na ordem dos 165.380 contos (9,61%), fixando-se nos 1.555.166 contos.

Evolução dos Resultados (contos)

RUBRICAS	2021	2020	Variação 2021	
	Valor	Valor	Absoluta	Relativa
Juros e rendimentos similares	3 919 028	4 109 044	-190 015	-4,62%
Juros e encargos similares	1 129 265	1 194 991	-65 725	-5,50%
Margem Financeira	**2 789 763**	**2 914 053**	**-124 290**	**-4,27%**
Rendimentos de serviços e comissões (liq.)	95 451	100 752	-5 301	-5,26%
Resultados em operações financeiras	87 983	37 830	50 153	132,58%
Resultados de alienação de ativos	3 975	11 124	-7 149	-64,26%
Outros resultados de exploração	64 951	63 149	1 803	2,85%
Margem Complementar	**252 360**	**212 854**	**39 506**	**18,56%**
Produto Bancário	**3 042 124**	**3 126 908**	**-84 784**	**-2,71%**
Gastos com Pessoal	858 168	838 157	20 011	2,39%
Gastos Gerais Administrativos	520 544	517 876	2 668	0,52%
Gastos Administrativos	1 378 712	1 356 033	22 679	1,67%
Amortizações	121 322	114 000	7 321	6,42%
Total Custos Operativos	1 500 034	1 470 033	30 000	2,04%
Provisões e Imparidade (liq.)	465 990	904 234	-438 244	-48,47%

Resultado de Exploração	**1 076 100**	**752 640**	**323 460**	**42,98%**
Resultados em Empresas Associadas	19 961	8 292	11 669	140,73%
Resultado antes de impostos	**1 096 061**	**760 932**	**335 129**	**44,04%**
Impostos correntes	128 206	84 097	44 109	52,45%
				-
Impostos diferidos	0	-25 476	25 476	100,00%
Imposto sobre lucros	128 206	58 621	69 586	118,71%
Resultado Líquido	**967 854**	**702 311**	**265 543**	**37,81%**
- Cash Flow do Exercício	1 555 166	1 720 546	-165 380	-9,61%

5.2- Balanço

Ativo Líquido

O **Ativo Líquido** registou um decréscimo de 2,30% (1.838.007 contos) em relação a dezembro de 2020 atingindo 78.085.322 contos, explicado sobretudo pela diminuição de Aplicações em Instituições de Crédito em 47,25% (8.777,514 contos) situando nos 9.800.223 contos.

O **Crédito Total Líquido**, representando 66,6% do ativo líquido, por sua vez, registou um assinalável crescimento de 5,46% (2.702.313 contos), atingindo 52.228.102 contos em dezembro 2021, contra 49.525.789 contos em dezembro 2020.

As **Imparidades de Créditos** situaram nos 4.283.418 contos, menos 1.417.631 contos do valor acumulado em 2020, em grande medida devido ao "write off" efetuado no montante de 1.777.012 contos, e porque se encontravam quase 100% coberto por imparidades não impactaram o crédito líquido. Com objetivo de elevar o nível de cobertura, num cenário de maiores riscos decorrentes da crise da COVID-19, foram registadas imparidades líquidas do exercício no montante de 423.655 contos.

Os **Outros Ativos** que incorpora os bens recebidos em recuperação de crédito próprio (60%) e as Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde (30%), registaram uma redução de 6,67% (123.274 contos), em grande medida justificada pelos devedores por bonificações a receber que diminuíram 76.213 contos e outras operações por regularizar 147.113 contos.

Passivo e Capitais Próprio

Igualmente, o **Passivo** registou uma evolução desfavorável de 3,79% (2.805.861 contos) em relação a 2020, situando nos 71.324.388 contos, justificado pelo significativo decréscimo dos Recursos de Clientes.

Os **Recursos de Clientes e Empréstimos**, representando 98,7% do Passivo, alcançaram o montante de 70.369.243 contos, registando uma redução de 4,15% (3.043.722 contos), na sequência de mobilização de recursos decorrente do contexto adverso, embora na sua maioria de um cliente bem identificado.

Por sua vez, os **Recursos de Outras Instituições de Crédito** no valor de 252.539 contos, registou um aumento de 180,36% (162.462 contos) face ao período homólogo, na sua maioria derivado da constituição de Depósitos à Prazo;

Os **Capitais Próprios** aumentaram em 16,71% correspondente a 967.854 contos derivados da evolução do Resultado Líquido do exercício.

5.3- Indicadores Económicos, Financeiros e Prudenciais

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Os principais indicadores de rendibilidade refletem em certa medida o desempenho da Caixa em 2021, nomeadamente, a Rendibilidade do Ativo (ROA) passou de 0,89%, em 2020, para 1,23%, em 2021 (+0,34p.p.) e a Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) atingiu 15,42%, em 2021, contra 12,91%, em 2020, (+2,51p.p.).

Por sua vez, rácio *Cost to Income*, indicador da eficiência da instituição, degradou em 2021, tendo passado de 47,01% para 49,31%, em consequência do aumento dos Custos Operativos em 2,04% (30.000 contos), enquanto o Produto Bancário decresceu 2,71% (84.784 contos).

A Produtividade dos colaboradores, medida pelo rácio Produto Bancário/ Nº médio de colaboradores ativos, registou uma evolução negativa, passando de 8.710 contos para 8.300

contos, explicado sobretudo pelo decréscimo do Produto Bancário, por um lado, e por outro aumento do nº de trabalhadores.

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2021	2020	Variação 2021	
			Absoluta	Relativa
Resultado do Exercício/ Recursos Próprios Médios **(ROE) (%)**	15,42	12,91	2,51	
Resultado do Exercício/ Ativo Líquido Médio **(ROA) (%)**	1,23	0,89	0,34	
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	24,78	31,62	-6,84	
Cash Flow do Exercício/ Ativo Líquido Médio (%)	1,97	2,18	-0,21	
Margem Complementar/Custo Com Pessoal (%)	29,41	25,40	4,01	
Custos Operativos/ Produto Bancário (Cost to Income) (%)	49,31	47,01	2,30	
Produto Bancário/ Nº Médio Trabalhadores (contos)	8 300	8 710	-410	-4,70%
Cash Flow do Exercício/ Nº Médio Trabalhadores (contos)	4 243	4 793	-549	-11,46%

Rácios Prudenciais

No que respeita à solidez e à sustentabilidade financeira, a Caixa tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios a situar acima dos mínimos exigidos, mesmo enfrentando os impactos da crise da COVID-19.

Os Fundos Próprios da instituição atingiram 6.491.871 contos, em 2021, exibindo um acréscimo de 980.375 contos (17,79%) comparativamente ao período homólogo, explicado sobretudo, pelo Resultado Líquido que rondou os 967.854 contos.

O Rácio de Solvabilidade situou-se nos 21,33%, em dezembro de 2021, ressaltando uma margem de 9,33p.p. sobre o mínimo exigido de 12%, evidenciando um acréscimo assinalável em relação a dezembro de 2020 quando alcançou 18,89%, não obstante, decorrente das medidas excecionais para atenuar os efeitos da Covid-19 na economia nacional e no sistema financeiro, BCV decidiu reduzir, até 31 de dezembro de 2021, o mínimo estabelecido para 10%. O Rácio de Cobertura de Imobilizado, por sua vez, alcançou 306.89%, situando-se igualmente acima do limite mínimo definido (100%).

Rácios Prudenciais

Rácios Prudenciais	2021	2020	Variação 2021	
			Absoluta	Relativa
Fundos Próprios (contos)	6 491 871	5 511 496	980 375	17,79%
Rácio de Solvabilidade (%)	21,33	18,89	2,44	
Rácio Fundos Próprios/Imobilizado Líquido (%)	306,89	257,06	49,83	

Qualidade de Crédito

Em 2021, a qualidade da carteira de crédito evidenciou uma melhoria do rácio Crédito Vencido/Crédito total de 4,75p.p., tendo diminuído de 13,04% para 8,30%, em grande medida justificado pelo abate de créditos vencidos, bem como, pelas moratórias aprovadas no quadro das medidas excecionais da COVID-19, que de certa forma favoreceram o aumento da carteira, por via da capitalização dos juros.

A cobertura de Crédito e Juros vencidos por Imparidade registou melhoria tendo o rácio passado de 101,73% para 115,74%, em 2020, e de 106,29% para 122,82% ao considerarmos os títulos.

Créditos vencidos, Imparidade e rácios de créditos vencidos

Créditos e Juros vencidos	2021	2020	Variação 2021	
			Absoluta	Relativa
Créditos e Juros vencidos*	3 474 260	5 350 503	-1 876 242	-35,07%
Imparidade para Créditos e Juros vencidos**	4 020 957	5 443 262	-1 422 305	-26,13%
Créditos vencidos / Crédito Total	8,30%	13,04%	-4,75%	
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total***	7,96%	12,50%	-4,54%	
Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	10,28%	10,31%	-0,03%	
Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	14,79%	13,58%	1,21%	
Imparidade Créditos e Juros venc/Créditos e Juros venc	115,74%	101,73%	14,00%	

*não inclui as despesas vencidas
** não inclui imparidade para títulos
*** Títulos Corporate incluídos

Provisões e Imparidade

As Provisões e Imparidades Líquidas do Exercício, que em 2020 somaram 904.234 contos, atingiram 465.990 contos em 2021, registando uma expressiva redução de 438.244 contos (48,47%), explicado pela diminuição do reforço das imparidades da carteira de crédito em 446.456 contos (51,31%) na sequência do abate de créditos vencidos no montante de 1.777.269 contos, quase 100% cobertas.

Provisões e Imparidades Líquidas

Provisões e Imparidade Líquidas	2021		2020		Variação	
	valor	%	valor	%	Absoluta	Relativa
Crédito a Clientes	423 655	90,92%	870 111	96,23%	-446 456	-51,31%
Imóveis	42 000	9,01%	0	0,00%	42 000	-
Diversos	335	0,07%	34 123	3,77%	-33 788	-99,02%
Total	**465 990**	**100,00%**	**904 234**	**100,00%**	**-438 244**	**-48,47%**

6- Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando:

i) que o Resultado Líquido do exercício de 2021 ascendeu ao valor de **967.854.272$00**;

ii) que a Instituição se encontra cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da política de dividendos como sinal para o mercado;

iii) a necessidade de o Banco manter um nível de Fundos Próprios adequado para fazer face às necessidades de capital resultantes do seu plano de expansão de negócio, das novas exigências regulamentares em termos de Rácio de Solvabilidade e suportar o eventual impacto dos ativos recebidos em pagamento;

iv) O impacto espectável da crise económica sem precedente, causada pela pandemia do Covid-19 e agravado pelos efeitos da guerra na Ucrânia,

v) os indicadores económicos e financeiros do Banco;

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta afetação dos resultados

Reservas Obrigatórias (10%)	96.785.427$00
Resultados Transitados (40%)	386.652.845$00
Dividendos (348$00 por ação)	484.416.000$00
Total	**967.854.272$00**

7- Notas Finais

O ano 2021 ficará marcado pelos sinais encorajadoras da retoma económica a nível global, após a grande contração verificada em 2020 devido à grande crise sanitária e económica provocada pela pandemia do Covid-19.

A manutenção das medidas de proteção tomadas a nível mundial pelos Governos e pelos bancos centrais permitiram o adiamento do impacto da crise económica no sistema bancário para o período após a moratória.

O desempenho da Caixa no exercício económico 2021 esteve em linha como o dos anos anteriores, tendo contribuído para o reforço da sua robustez como instituição de referência no sistema financeiro nacional.

A maioria dos objetivos mais críticos fixados para 2021 foram ultrapassados, nomeadamente em termos de crescimento da carteira de crédito, rácio de crédito vencido, rácio de eficiência, etc.

Os resultados alcançados, devem-se, essencialmente, à confiança dos nossos clientes e Parceiros, que inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da instituição, para o seu engrandecimento e a consolidação da sua posição no sistema financeiro, na economia e sociedade cabo-verdiana, pelo que manifestamos o nosso agradecimento.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

Às autoridades oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do seu sistema financeiro, num contexto particularmente difícil e grandes incertezas;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo profissionalismo, competência, rigor, compreensão no exercício da sua atividade de supervisão e pela manutenção das medidas excecionais tomadas no contexto da crise económica enfrentada;

Aos senhores acionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela ação engajada e atenta desenvolvida no acompanhamento da atividade da instituição;

A todos os colaboradores, pelo empenho e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício, contribuindo decisivamente para os resultados alcançados.

8- Demonstrações Financeiras

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(contos)

ATIVO	2021			2020	Variação	
	Ativo Bruto	Prov., Imparid. e Amort.	Ativo líquido	Ativo líquido	Absoluta	Relativa
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9 749 912	0	9 749 912	6 000 826	3 749 085	62,48%
Disponibilidades em outras instit.de crédito	2 296 144	0	2 296 144	1 711 940	584 204	34,13%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 023	200	3 823	3 823	0	0,00%
Aplicações em instituições de crédito	9 800 223	0	9 800 223	18 577 737	-8 777 514	-47,25%
Crédito Clientes	56 511 520	4 283 418	52 228 102	49 525 789	2 702 313	5,46%
Propriedades de investimento	7 272	2 581	4 692	4 811	-120	-2,48%
Outros ativos tangíveis	4 031 718	2 039 928	1 991 790	2 040 452	-48 662	-2,38%
Ativos intangíveis	320 057	319 342	715	3 294	-2 579	-78,30%
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjunto	119 767	0	119 767	99 807	19 961	20,00%
Ativos por impostos correntes	93 697	0	93 697	35 119	58 578	166,80%
Ativos por impostos diferidos	70 412	0	70 412	70 412	0	0,00%
Outros ativos	2 533 175	807 129	1 726 046	1 849 320	-123 274	-6,67%
TOTAL DO ATIVO	85 537 919	7 452 597	78 085 322	79 923 329	-1 838 007	-2,30%

PASSIVO	2021	2020	Variação	
			Absoluta	Relativa
Recursos de outras instituições de crédito	252 539	90 077	162 462	180,36%
Recursos de clientes e outros empréstimos	70 369 243	73 412 965	-3 043 722	-4,15%
Provisões	66 335	66 000	335	0,51%
Passivos por impostos correntes	128 206	84 097	44 109	52,45%
Outros passivos	508 064	477 109	30 955	6,49%
TOTAL DO PASSIVO	71 324 388	74 130 249	-2 805 861	-3,79%
Capital	1 392 000	1 392 000	0	0,00%
Outras reservas e resultados transitados	4 401 080	3 698 768	702 311	18,99%
Resultado do exercício	967 854	702 311	265 543	37,81%
TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS	6 760 934	5 793 080	967 854	16,71%
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	78 085 322	79 923 329	-1 838 007	-2,30%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DEZEMBRO DE 2021

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2021	2020	Variação	
			Absoluta	Relativa
Juros e rendimentos similares	3 919 028	4 109 044	-190 015	-4,62%
Juros e encargos similares	1 129 265	1 194 991	-65 725	-5,50%
Margem financeira	2 789 763	2 914 053	-124 290	-4,27%
Rendimentos de serviços e comissões	205 718	206 357	-639	-0,31%
Encargos com serviços e comissões	110 267	105 605	4 662	4,41%
Resultados de reavaliação cambial	87 983	37 830	50 153	132,58%
Resultados de alienação de outros ativos	3 975	11 124	-7 149	-64,26%
Outros resultados de exploração	64 951	63 149	1 803	2,85%
Produto bancário	3 042 124	3 126 908	-84 784	-2,71%
Custo com pessoal	858 168	838 157	20 011	2,39%
Gastos gerais administrativos	520 544	517 876	2 668	0,52%
Amortizações do exercício	121 322	114 000	7 321	6,42%
Provisões líquidas de reposições e anulações	335	34 123	-33 788	-99,02%
Imparidade outros activos financ. liq. rever. e recup.	423 655	870 111	-446 456	-51,31%
Imparidade outros activos liq. reversões e recuperaç	42 000	0	42 000	0,00%
Resultados em empresas associadas	19 961	8 292	11 669	140,73%
Resultado antes de impostos	1 096 061	760 932	335 129	44,04%
Impostos				
Correntes	128 206	84 097	44 109	52,45%
Diferidos	0	-25 476	25 476	-100,00%
Resultados após impostos	967 854	702 311	265 543	37,81%

O Conselho de Administração

Presidente - Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira

Vice-Presidente – Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira

Vogal – António Carlos Moreira Semedo

Vogal - Antão Miguel de Morais Lima Chantre

Vogal – Célia Maria Barreto dos Santos

Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

Vogal - Domingos Veiga Mendes

9- Anexos, Relatórios e Pareceres às Contas

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Relatório da Atividade do Conselho Fiscal

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dos Estatutos e dos Normativos do Banco de Cabo Verde, cumpre ao Conselho Fiscal emitir o relatório sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e dar parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, incluindo a Proposta de aplicação de resultados, e as Demonstrações Financeiras da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos possível e adequada, a evolução da atividade da Caixa, nomeadamente:

(i) tomámos conhecimento das principais decisões do Conselho de Administração, lavradas em atas de reuniões desse órgão, com vista a garantir a observância da lei e dos estatutos;
(ii) verificámos a razoabilidade dos registos e documentação contabilística relevante numa base regular, com especial atenção para o processo de cálculo de imparidade e impacto da pandemia de COVID-19;
(iii) verificámos o cumprimento das obrigações fiscais e parafiscais;
(iv) analisámos o processo de controlo orçamental e de execução do plano de atividades;
(v) procedemos a uma análise de alto nível da razoabilidade e eficácia do sistema de controlo interno relevante;
(vi) analisámos os relatórios emitidos pelo Gabinete de Auditoria Interna e Gabinete de Função Compliance;
(vii) participámos da reunião do Conselho de Administração que apreciou o Relatório e Contas referente ao exercício de 2021;
(Viii) analisámos a troca de correspondência com o Banco de Cabo Verde no âmbito do processo de supervisão;
(ix) acompanhámos os trabalhos realizados pelos auditores externos;
(x) verificámos a independência dos auditores externos;
(xi) em resultado de encontros com a Comissão Executiva, Direção Financeira e Internacional, Direção de Gestão de Riscos, Direção de Informática, Comunicação e Segurança, Gabinete de Função Compliance, Gabinete de Auditoria Interna e com os auditores externos, obtivemos todos os esclarecimentos que entendemos necessários e relevantes.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório do Conselho de Administração, incluindo a Proposta de aplicação de resultados, e as Demonstrações Financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Não obstante o contexto económico sensível, constatámos um desempenho animador da Caixa em 2021, destacando-se:

(i) um resultado líquido de 967.854 milhares de escudos positivos em 2021, um aumento significativo de 38% face a 2020, influenciado sobretudo pela redução do reforço das imparidades do crédito. O nível de cobertura do risco de crédito por imparidades continua, no entanto, a ser considerado satisfatório;
(ii) diminuição da Margem Financeira e do Produto Bancário face a 2020 de 4% e 3%, respetivamente;
(iii) ligeiras reduções do Ativo Líquido e dos Depósitos face a dezembro de 2020;
(iv) Diminuição da liquidez geral, mantendo-se, entretanto, a um nível confortável;
(v) ligeira deterioração do indicador cost to income (custos operativos / produto bancário) que aumentou de 47% para 49%;
(vi) melhoria dos principais rácios prudenciais, nomeadamente os Fundos Próprios que registaram um aumento de 18%, comparativamente ao ano de 2020 e a Solvabilidade que aumentou de 19% para 21%.

Entendemos, no entanto, que a incerteza quanto ao impacto da pandemia, e mais recentemente, quanto à evolução da inflação em virtude das tensões geopolíticas e instabilidade na Europa, mantém-se significativas e continuam a merecer especial atenção e acompanhamento.

Apreciámos ainda o relatório de auditoria emitido pelos auditores externos, Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., com o qual concordamos. Verificámos que apresenta duas matérias relevantes de auditoria relativas à (a) Imparidade para Crédito de clientes que devido à materialidade e ao grau de subjetividade e complexidade dessa estimativa (complexidade dos modelos e o facto de requerer o tratamento de um volume significativo de dados cuja disponibilidade e qualidade podem ser condicionadas) e (b) valorização dos imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito que é baseado em metodologias que requerem a utilização de pressupostos e julgamentos.

No desenvolvimento da nossa função fiscalizadora, verificámos que:

(i) as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
(ii) as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados são adequados;
(iii) o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Caixa, evidenciando os aspetos mais significativos;
(iv) a proposta de aplicação de resultados encontra-se em conformidade com as disposições legais e estatutárias, bem como as recomendações da autoridade de supervisão.

Entendemos que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressar o nosso parecer sobre os documentos a serem apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral.

Nestes termos, somos do parecer que:

(i) seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;
(ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
(iii) seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados.

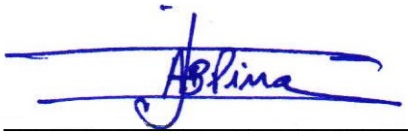
Cidade da Praia, 8 de junho de 2022

O Presidente do Conselho Fiscal



Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes

O Vogal do Conselho Fiscal



João Augusto Barros de Pina

A Vogal do Conselho Fiscal



Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Edifício Santa Maria – Complexo Atlântico
Apartamento 305 – 3º andar
Avenida Cidade de Lisboa
Praia – Santiago
Tel: + 238 3561351

Relatório do Auditor Independente

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (a "Caixa"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 78.085.322 milhares de escudos de Cabo Verde (CVE) e um total de capital próprio de 6.760.934 milhares de CVE, incluindo um resultado líquido de 967.854 milhares CVE), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes da Caixa de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2021, a Caixa tem registadas perdas acumuladas por imparidade sobre a carteira de crédito no montante de 4.283.418 milhares de CVE, representando 8% do valor do crédito. O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.2, 9 e 18). A imparidade representa a melhor estimativa do órgão de gestão da Caixa sobre a perda esperada nas exposições de crédito concedido a clientes com referência a 31 de	A nossa abordagem de auditoria para a imparidade para crédito a clientes incluiu (i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida e (ii) uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ► entendimento, avaliação do desenho e teste à eficácia operacional dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para crédito a clientes;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
dezembro de 2021. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e dados históricos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas da Caixa na avaliação de risco de crédito e o conhecimento da realidade e situação financeira dos clientes e das garantias associadas às operações em questão. Para além da complexidade dos modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados, cuja disponibilidade e qualidade podem estar condicionadas. Adicionalmente, os efeitos da pandemia COVID-19 poderão não estar totalmente ultrapassados, nem integralmente materializados, sendo ainda incerta a sua extensão total. A pandemia diminuiu a previsibilidade da evolução da economia, pelo que a determinação dos cenários e ponderações usadas para calcular a perda esperada da carteira de crédito a clientes é mais incerta, aumentando o julgamento inerente à identificação de devedores com aumento significativo do risco de crédito. Neste contexto, o registo da imparidade de crédito deve ponderar os potenciais impactos na qualidade dos ativos. Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que, juntamente com a materialidade do seu valor, faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.	▸ testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expetativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ▸ seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais, assim como indagações aos especialistas da Caixa para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados. Apreciámos os julgamentos considerados para refletir os impactos da pandemia COVID-19 em devedores ou sectores individuais; ▸ através do envolvimento dos nossos especialistas em matéria de gestão de risco, testámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade coletiva, destacando-se: i) o entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) a apreciação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) a análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) o seguimento das medidas corretivas de deficiências anteriormente identificadas no modelo de imparidade coletiva; e v) o teste por amostragem à classificação das operações nos *stages* 1, 2 e 3; e vi) avaliação da razoabilidade dos ajustamentos realizados, em particular aqueles para responder às áreas de julgamento adicionais resultantes das moratórias e apreciação do processo de gestão associado a esses ajustamentos. ▸ análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

2. Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2021, a imparidade acumulada registada para os imóveis recebidos por recuperação de crédito, registados na rubrica de Outros Ativos, ascende a 804.640 milhares de CVE, representando 53% do valor daqueles ativos (Nota 15). Estas perdas por imparidade são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2.). Periodicamente, a Caixa solicita a peritos avaliadores externos, registados no Banco Central de Cabo Verde ("BCV"), avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor da avaliação, deduzido de custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor do balanço, são registadas perdas por imparidade. A avaliação dos imóveis considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia da Caixa para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante. Devido à pandemia Covid-19, a incerteza sobre a estimativa do justo valor aumentou devido (i) às transações de referência de ativos semelhantes e comparáveis, (ii) aos prazos para concluir os ativos imobiliários em construção, (iii) aos fluxos de caixa decorrentes de bens arrendados, (iv) às taxas de desconto consideradas, (v) à capacidade de arrendar ativos desocupados e (vi) ao risco de prémio exigido por potenciais investidores. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o facto do uso de diferentes técnicas de valorização e pressupostos poder originar diferentes estimativas de justo valor.	A nossa abordagem de auditoria sobre a imparidade de imóveis recebidos por recuperação de crédito incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ► entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de mensuração dos imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido; ► testes de revisão analítica sobre o valor dos imóveis incluídos em "Outros ativos", comparando-o com o período homólogo e com a expetativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas e alterações dos pressupostos e metodologias; ► para uma amostra de imóveis, apreciação da razoabilidade da metodologia e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores externos e confirmação do seu registo no BCV. Para estes imóveis, analisámos, quando aplicável, contratos promessa de compra e venda ou ofertas vinculativas recebidas e certidões de teor da conservatória do registo predial; e ► análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Caixa de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector segurador e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Caixa se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar a Caixa ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Caixa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Caixa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Caixa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Caixa descontinue as suas atividades; e
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

7 de junho de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Representada por:

Assinado por : **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto**
Num. de Identificação: BI08539023
Data: 2022.06.07 20:09:01 GMT Daylight Time

CHAVE MÓVEL

Ana Salcedas
Diretora Geral

Filipe Brás
Partner

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

ATIVO	Notas	dez/2021	dez/2020
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	9 749 912	6 000 826
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	2 296 144	1 711 940
Ativos Financeiros ao JV através de outro rendimento integral	7	3 823	3 823
Aplicações em instituições de crédito	8	9 800 223	18 577 737
Crédito a clientes	9	52 228 102	49 525 789
Propriedades de investimento	10	4 692	4 811
Outros ativos tangíveis	11	1 991 790	2 040 452
Ativos intangíveis	12	715	3 294
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	13	119 767	99 807
Ativos por impostos correntes	14	93 697	35 119
Ativos por impostos diferidos	14	70 412	70 412
Outros ativos	15	1 726 046	1 849 320
Total do activo		**78 085 322**	**79 923 329**
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
Recursos de outras instituições de crédito	16	252 539	90 077
Recursos de clientes e outros empréstimos	17	70 369 243	73 412 965
Provisões	18	66 335	66 000
Passivos por impostos correntes	14	128 206	84 097
Outros passivos	19	508 064	477 109
Total do passivo		**71 324 388**	**74 130 249**
Capital	20	1 392 000	1 392 000
Outras reservas e resultados transitados	21	4 401 080	3 698 768
Resultado do exercício	21	967 854	702 311
Total do capital próprio		**6 760 934**	**5 793 080**
Total do passivo e do capital próprio		**78 085 322**	**79 923 329**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	Notas	dez/2021	dez/2020
Juros e rendimentos similares	22	3 919 028	4 109 044
Juros e encargos similares	23	(1 129 265)	(1 194 991)
MARGEM FINANCEIRA		**2 789 763**	**2 914 053**
Rendimentos de serviços e comissões	24	205 718	206 357
Encargos com serviços e comissões	24	(110 267)	(105 605)
Resultados de reavaliação cambial	25	87 983	37 830
Resultados de alienação de outros activos	26	3 975	11 124
Outros resultados de exploração	27	64 951	63 149
PRODUTO BANCÁRIO		**3 042 124**	**3 126 908**
Custos com pessoal	28	(858 168)	(838 157)
Gastos gerais administrativos	29	(520 544)	(517 876)
Amortizações do exercício	10/11/12	(121 322)	(114 000)
Provisões liquidas de reposições e anulações	18	(335)	(34 123)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	18	(423 655)	(870 111)
Imparidade outros ativos financeiros líquidos reversão e recuperação	18	(42 000)	
Resultados em empresas associadas	13	19 961	8 292
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**1 096 061**	**760 932**
Impostos			
Correntes	14	(128 206)	(84 097)
Diferidos	14	-	25 476
		(128 206)	(58 621)
Resultado e rendimento integral do exercício		**967 854**	**702 311**
Número médio de acções ordinárias emitidas		1 392 000	1 392 000
Resultado por acção		0,70	0,50

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	dez/21	dez/20
Recebimento de juros e comissões	4 124 746	4 315 401
Pagamento de juros e comissões	(1 239 532)	(1 300 596)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	152 934	100 978
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(1 378 712)	(1 356 033)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(189 806)	(148 063)
Pagamentos relativos a locações	(15 029)	(15 029)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	**1 454 601**	**1 596 659**
Aplicações em instituições de crédito	8 777 514	(761 245)
Créditos sobre clientes	(2 744 313)	(2 436 733)
Outros ativos	80 939	(175 626)
Total	**6 114 140**	**(3 373 604)**
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	162 462	(64 058)
Recuros de clientes	(3 043 722)	1 362 772
Outros passivos	(311 512)	(844 446)
	(3 192 773)	454 268
Total	**4 375 968**	**(1 322 677)**
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(19 961)	4 120
Dividendos de associadas e empreendimentos conjuntos	19 961	8 292
Ativos intangíveis	-	(1 119)
Outros ativos tangíveis	(46 653)	(40 714)
Receitas de venda de ativos tangíveis	3 975	11 124
Total	**(42 678)**	**(18 297)**
	4 333 290	(1 340 974)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	7 712 765	9 053 739
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	12 046 055	7 712 765

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**1 392 000**	**621 044**	**2 136 884**	**(943 717)**	**940 840**	**4 147 051**
Aplicação do resultado do exercício de 2019:						
Incorporação em reservas		94 084	846 756	-	(940 840)	(940 840)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	702 311	702 311
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**1 392 000**	**715 128**	**2 983 640**	**-**	**702 311**	**5 793 079**
Aplicação do resultado do exercício de 2020:						
Incorporação em reservas		70 231	632 080		(702 311)	(702 311)
Distribuição de dividendos	-					
Rendimento integral do exercício	-				967 854	967 854
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**1 392 000**	**785 359**	**3 615 720**	**-**	**967 854**	**6 760 933**

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa) é uma instituição bancária e de crédito transformada em sociedade anónima pelo Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de agosto. No âmbito do processo de privatização das instituições financeiras e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de setembro, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Económica Montepio Geral S.A., pela IMPAR – Companhia Cabo-verdiana de Seguros, S.A.R.L. e por um Grupo Local, constituído por um conjunto de 51 empresários e quadros nacionais, deteve a maioria do capital social da Caixa até setembro de 2009. A partir desta data, a Geocapital, Gestão de Participações, S.A., adquiriu as participações da Caixa Económica Montepio Geral S.A. e Montepio Geral – Associação Mutualista. Em 2017, o Instituto Nacional de Previdência Social adquiriu as participações da IMPAR – Companhia Cabo-verdiana de Seguros, S.A.R.L. e de um grupo de acionistas privados, num total 200.211 ações, passando a deter 47,21% do capital da Caixa (Nota 20).

Em dezembro de 2019 o Estado de Cabo Verde adquiriu, através do Ministério das Finanças, a totalidade de ações da Geocapital, Gestão de Participações, S.A., passando assim o Estado a assumir, direta, ou indiretamente o controlo acionista da instituição.

A Caixa tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 35 agências para a realização das suas operações. O capital da Caixa está representado por 1.392.000 ações, 100% das quais se encontram admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Caixa tem por objeto o exercício de todas as atividades bancárias e operações legalmente autorizadas aos bancos, podendo ainda adquirir participações em sociedades com objeto diferente do acima referido, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

As demonstrações financeiras da Caixa em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2022, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

- As demonstrações financeiras da Caixa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde, baseados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) exceto no que se refere ao cálculo da imparidade para crédito a clientes, a qual não poderá ser inferior ao que for estabelecido por aviso ou instrução específica do Banco de Cabo Verde, em cada momento, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao fixing do BCV no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como ao justo valor através de outro rendimento integral, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.
Nos exercícios de 2021 e 2020, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o câmbio (fixing) face ao Dólar Norte-Americano (USD) era de 97,554 e 89,785, respetivamente.

c) Ativos financeiros

A IFRS 9 prevê a classificação dos ativos financeiros segundo três critérios:
(1) O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
(2) O tipo de instrumentos financeiros isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
(3) As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas na IFRS 9 resumem-se da seguinte forma:
• Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (2) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida – deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "Hold to Collect".

• Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (2) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral ("FVTOCI"), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "Hold to Collect & Sale".

• Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados ("FVTPL").

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Os instrumentos de dívida detidos pela Caixa são mensurados ao custo amortizado dado que são geridos sob um modelo de negócio de "Hold to Collect" e que apresentam fluxos de caixa que representam apenas capital e juros.

Ativos financeiros ao custo amortizadoSão ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros ativos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pela Caixa essencialmente para detenção

até à maturidade, e que não existe mercado secundário ativo.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados ao custo, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito e vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos são anulados no próprio dia da data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, exceto em circunstâncias excecionais se existirem evidências concretas quanto ao seu recebimento, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor na Caixa, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificado em crédito vencido 30 dias após o seu vencimento, com exceção de operações em que as prestações em atraso sejam apenas de juros.

Periodicamente, a Caixa abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros Resultados de Exploração".

Ativos ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos ao *justo valor através de outro rendimento integral*, que correspondem a ações de empresas, deverão ser mensurados ao justo valor. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas "Resultados de ativos *justo valor através de outro rendimento integral*" ou "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos ao justo valor através de outro rendimento integral correspondem a ativos não cotados, e cujo justo valor não foi possível de ser mensurado com fiabilidade, pelo que a Caixa manteve o valor existente.

Os dividendos e outros rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito da Caixa ao seu recebimento.

d) Imparidade de ativos financeiros

Empréstimos e contas a receber

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral. Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, locações financeiras, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Os ativos financeiros sujeitos a imparidade são classificados por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de reporte;
- *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("*lifetime*");
- *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage 3* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Principais drivers no cálculo das perdas esperadas

Para os ativos financeiros classificados em *stages* 1 e 2, a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a probabilidade de *default* (PD) do instrumento financeiro, (ii) a perda dado o *default* (LGD) e (iii) a exposição na data do *default* (EAD), descontado à taxa de juro efetiva do contrato até à data de reporte. Para os ativos financeiros classificados em *stage* 3, a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a LGD do instrumento financeiro e (ii) a EAD.

Como mencionado anteriormente, a principal diferença entre as perdas de imparidade mensuradas para ativos financeiros classificados nos *stages 1* e *2* é o respetivo horizonte temporal no cálculo da PD. As perdas esperadas para os ativos financeiros em *stage 1* são calculadas com recurso a uma PD a 12 meses enquanto que as perdas esperadas em *stage 2* utilizam uma PD *lifetime*.

As PD utilizadas na mensuração das perdas esperadas da carteira de crédito são estimadas com recurso a informação histórica da ocorrência de *defaults* (*through-the-cycle*) e são ajustadas de modo a refletir o ponto atual do ciclo económico (*point-in-time*).

AS LGD utilizadas na mensuração das perdas esperadas da carteira de crédito são estimadas com recurso a informação histórica de perdas nos eventos de *default*.

Na mensuração das perdas esperadas da carteira de títulos mensurados ao custo amortizado são utilizadas PD e LGD de mercado disponibilizadas por agências de notação de risco internacionais.

Aumento significativo do risco de crédito e definição de default

A avaliação do aumento significativo do risco de crédito requer a aplicação de uma forte componente de julgamento. A passagem dos ativos financeiros do *stage 1* para *o stage 2* ocorre no momento em que o seu risco de crédito aumenta significativamente quando comparado com o risco de crédito na data do seu reconhecimento inicial. O aumento significativo do risco de crédito é determinado através da análise de indicadores quantitativos e qualitativos internos utilizados pela Caixa na gestão de risco de crédito, verificando-se assim o alinhamento dos requisitos

contabilísticos com as políticas de gestão de risco de crédito instituídas pela Caixa.

A IFRS 9 assume como pressuposto refutável que os ativos financeiros com pelo menos 30 dias de atraso devem estar classificados em *stage 2*, isto é, evidenciando a ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. A Caixa não refuta este pressuposto.

A Caixa identifica o aumento significativo do risco de crédito através dos seguintes critérios:

- Atraso superior a 30 dias;
- Reestruturações por dificuldades financeiras;
- Saldos irregulares na Central de Risco de Crédito do Banco de Cabo Verde;
- Contágio de operações;
- Saída de *stage* 3.

Na carteira de títulos mensurados ao custo amortizado a Caixa identifica o aumento significativo do risco de crédito através de degradações significativas do rating da contraparte entre a data de originação e a data de reporte dos títulos.

As transições de ativos financeiros do *stage 2* para o *stage 3* ocorrem quando estes se encontrem em *default*.

A IFRS 9 não apresenta uma definição objetiva de *default*, contudo, assume um pressuposto refutável de que o *default* ocorre no momento em que uma exposição apresenta mais de 90 dias de atraso. A Caixa não refuta este pressuposto, sendo que a definição de *default* do Caixa contempla os seguintes critérios:

- Atraso superior a 90 dias;
- Capital abatido;
- Múltiplas reestruturações;
- Contágio de operações.

Informação Forward-looking

A mensuração das perdas de crédito esperadas para cada *stage* e a avaliação do aumento significativo do risco de crédito deve considerar não só informação sobre acontecimentos passados, mas também as condições atuais e previsões fundamentadas e razoáveis sobre eventos e condições económicas futuras (i.e. informação *forward-looking*).
Não existe estudo pelo facto de apenas terem sido identificadas variáveis macroeconómicas de Cabo Verde com informação anual, não existindo assim informação com uma periodicidade que permita realizar uma análise robusta (e.g. mensal ou trimestral)

Contabilidade de cobertura
O novo modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A nova norma ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de macro-hedging, sendo que estas se encontram a ser definidas pelo IASB. Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de macro-hedging pelo IASB.

A Caixa não aplica contabilidade de cobertura, pelo que nesta componente os novos requisitos da IFRS 9 não irão originar qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Caixa.

Governance
No exercício de 2018 decorreu um projeto de implementação da norma de modo a dar resposta

aos requisitos da IFRS 9 e às exigências do Banco de Cabo Verde.

No decorrer do projeto foram realizadas reuniões periódicas entre as equipas responsáveis por assegurar o desenvolvimento e implementação dos novos modelos, nomeadamente as direções de Risco, Financeira, Tecnologia e Operações. Foram também realizadas reuniões com o Conselho de Administração da Caixa com o objetivo de definir e/ou aprovar os principais pressupostos dos novos modelos.

Operações de Recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do Balanço.
O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar.
A diferença entre o valor da renda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

e) Passivos financeiros

No que respeita à mensuração dos passivos financeiros a IFRS 9 não vem introduzir grandes alterações face aos requisitos já previstos na IAS 39, com exceção da exigência do reconhecimento das variações de justo valor dos passivos financeiros resultantes de alterações no risco de crédito da própria entidade, a serem reconhecidas em capitais próprios, ao invés de resultados tal como requerido pela IAS 39, com exceção dos casos em que este tratamento contabilístico gere "*accounting missmatch*". Não são permitidas reclassificações subsequentes destas variações para resultados, nem mesmo no momento da recompra destes passivos.

Conforme análise realizada pela Caixa com referência a 1 de janeiro de 2018 não foram identificados impactos da adoção da IFRS 9, uma vez que os passivos financeiros da Caixa são mensurados ao custo amortizado.

f) Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respetivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica "Outros ativos".

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Até 2013 para imóveis adquiridos na determinação da imparidade, a Caixa considerava ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros proveitos e custos de exploração".

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas e registadas como custo em "Amortizações do exercício" ao longo de uma vida útil estimada de 60 anos.

h) Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Adquiridos até 2015	Adquiridos após 2015
Imóveis de serviço próprio	50	33-60
Equipamento:		
Mobiliário e Material de Escritório	8	8
Máquinas e ferramentas	5-6	5
Equipamento informático	5	3-5
Instalações interiores	4-5	5-8
Material de transporte	5-6	7
Equipamento de segurança	5-12	5-10
Outros equipamentos	6	8

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Nas situações em que existem indícios, sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

A Caixa avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus ativos tangíveis.

i) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Caixa.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

Locações

a. Contratos de locação – identificação dos ativos

No início do contrato, avalia-se se um contrato é ou contém uma locação. De forma a que um contrato seja considerado como uma locação, o mesmo deverá verificar cumulativamente com três condições fundamentais:

1. o contrato identifica um, ou mais, bens locados;
2. a entidade obtém a maioria dos benefícios económicos decorrentes da utilização do ativo locado; e
3. a entidade detém o direito de controlar o ativo subjacente, durante o período de vigência do contrato, por contrapartida do pagamento.

b. Como Locatário

Enquanto locatário, a Caixa procede ao registo de um ativo de direito de uso e um passivo de locação na data de início da respetiva operação:

O passivo de locação - é mensurado pelo valor presente do das rendas futuras a incorrer com o contrato, descontando os pagamentos pela taxa de desconto implícita no contrato, caso a mesma seja determinável. Quando a taxa implícita não esteja disponível ou possa ser mensurada, deverá ser utilizada uma taxa de juro incremental.
Os pagamentos considerados no apuramento do passivo de locação são: (i) pagamentos fixos, (ii) pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (caso os pagamentos considerados variáveis não dependam de um índice ou taxa, os mesmos devem ser reconhecidos na demonstração de resultados no momento em que são incorridos), e (iii) o montante relativo ao exercício da opção de compra, caso seja razoavelmente certo que a Caixa o irá exercer.
O passivo é remensurado sempre que ocorra a alteração de uma das seguintes variáveis: (i) alteração do valor dos pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (unicamente para o período em questão), (ii) alteração da avaliação quanto à decisão de exercer, ou não, a opção de compra sobre o ativo subjacente, (iii) alteração do valor residual do ativo, ou (iv) alteração do termo do contrato. Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração da avaliação do exercício da opção de compra (pontos (ii) e (iv)), uma nova taxa de desconto deverá ser apurada para a remensuração do passivo.
Quando o passivo de locação é reavaliado, a respetiva diferença proveniente da reavaliação é efetuada por contrapartida do ativo de direito de uso, ou é registado em resultados se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

Ativo de direito de uso - O ativo relativo ao direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, ajustado por eventuais pagamentos ocorridos até a data de início, adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o local no qual está localizado, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

Posteriormente o ativo de direito de uso é depreciado usando o método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado caso sejam efetuadas remensurações ao passivo de locação.

c. Expedientes práticos – Locações de curto prazo, baixo valor e separação de componentes

Estão previstos na norma um conjunto de expedientes práticos, nomeadamente para locações de baixo valor ou de curto prazo, os quais não implicam o reconhecimento do respetivo passivo de locação e direito de uso.

d. Como Locador

Como locador, as operações de locação são classificadas entre financeiras e operacionais com base na avaliação quanto à transferência, ou não, dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que a Caixa tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, a Caixa faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva da Caixa nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Estes ativos são sujeitos a testes periódicos de imparidade. As perdas por imparidade são registadas na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações" da demonstração de resultados.

k) Impostos sobre lucros

A Caixa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) à taxa de 22% e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade da Caixa.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados".

Os benefícios de curto prazo, incluindo os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Adicionalmente, a Caixa não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus empregados, os quais se encontram abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

3. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Caixa incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral. Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, locações financeiras, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Os ativos financeiros sujeitos as imparidades são classificados por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de reporte;
- *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("*lifetime*");
- *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage 3* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Imparidade de ativos recebidos em recuperação de crédito

As perdas por imparidade em ativos recebidos em recuperação de crédito são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. f). Deste modo, a determinação da imparidade nestes ativos resulta de uma avaliação efetuada pela Caixa com base no conhecimento do mercado imobiliário e na informação prestada por peritos avaliadores internos e externos.

4. Adoção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021	Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada 'Concessões relacionadas com a COVID-19' foi emitida, tendo Introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a Covid-19 é uma modificação de locação. Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16. Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021. Em suma, o expediente prático pode ser aplicado deste que estejam cumpridos os seguintes critérios: ▪ a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ▪ qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; e ▪ não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.
Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguro Diferimento da aplicação da IFRS 9	Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em concreto, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 1 de janeiro de 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17. A isenção temporária referida é de aplicação facultativa e apenas disponível para entidades cujo as suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguros.
Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência - fase 2	Estas alterações fazem parte da segunda fase do projeto "IBOR reform" do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência, por uma taxa de juros alternativa (*Risk Free Rate* (RFR)). As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

	▪ Um expediente prático que requeira mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente exigidas pela reforma, sejam tratadas da mesma forma que uma alteração de taxa de juro flutuante, equivalente a um movimento na taxa de juros de mercado; ▪ Permitir que as mudanças exigidas pela reforma sejam feitas para designações de cobertura e documentação de cobertura sem que a relação de cobertura seja descontinuada; ▪ Fornecer alívio operacional temporário às entidades que tenham de cumprir o requisito identificável separadamente quando um instrumento RFR é designado como cobertura de um componente de risco.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Caixa.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Alterações à IFRS 3 - Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro	1-jan-2022	Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais. A alteração é de aplicação prospetiva.
Alterações à IAS 16 - Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	1-jan-2022	Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.
Alterações à IAS 37 - Contratos onerosos - custos de cumprir com um	1-jan-2022	Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do

contrato		contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
Alterações à IFRS 1 - Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-2022	Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.
Alterações à IFRS 9 - Desreconhecimento de passivos financeiros - Comissões a incluir no teste dos '10 por cento' de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-2022	Esta melhoria vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.
Alterações à IAS 41 - Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-2022	Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 - Justo valor.
IFRS 17 - Contratos de Seguro	1-jan-2023	A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

A Caixa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações à IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos correntes e não correntes	Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "*covenant*". No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo e é de aplicação retrospetiva.
Alterações à IAS 8 - Definição de estimativas contabilísticas	A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contabilísticas.
Alterações à IAS 1 - Divulgação de políticas contabilísticas	Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas 'materiais', anteriormente designadas por políticas 'significativas'. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito "materialidade", um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras. Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.
Alterações à IAS 12 - Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única	As alterações esclarecem que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo. De acordo com estas alterações, a exceção de reconhecimento inicial não é

	aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.
Alterações à IFRS 17 - Contratos de seguro - Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação comparativa	Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17. A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um '*overlay*' na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O '*overlay*' permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.

Estas normas não foram ainda adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Caixa no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Caixa	3 905 043	3 065 517
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde	5 844 869	2 935 309
	9 749 912	**6 000 826**

Relativamente aos valores em Caixa, importa realçar os valores em moeda estrangeira que tem atingido *stocks* elevado em 2021 e 2020, respetivamente, nos valores mCve 3.073.814 e mCve 2.306.963, dada a fraca procura. Por seu turno os depósitos no Banco Central também têm conhecido níveis elevados devido à precariedade de instrumentos financeiros rentáveis.
Relativamente à moeda estrangeira referir que a solução adotada para atenuar o nível do *stock* tem sido a exportação de moeda junto dos correspondentes.

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa, bem como os compromissos com a compensação interbancária. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 10% (medida de mitigação dos efeitos da pandemia) da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes, não residentes e emigrantes.

Os depósitos à ordem junto do Banco de Cabo Verde não são remunerados.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

		2021	2020
Depósitos à ordem:			
	Em instituições de crédito no país		
	. BCA	2 635	2 641
	Em instituições de crédito no estrangeiro		
	. Novo Banco SA	117 128	256 913
	. Montepio Geral	1 556 992	356 149
	. Caixa Geral de Depósitos	168 335	50 176
	. Natexis Banques Populaires	46 068	182 102
	. Banck of China, Macau Branch	6 748	5 387
	. BPI	338 574	786 264
	. Outras	8 981	33 687
		2 245 461	**1 673 319**
	Sobre o país	40 714	31 713
	Sobre o estrangeiro	9 367	6 373
Valores a cobrar:		**50 081**	**38 087**
Outras disponibilidades		601	534
		2 296 144	**1 711 940**

Os valores a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as disponibilidades em instituições de créditos, por moeda, têm a seguinte de composição:

Depósitos à ordem:

Dólares Norte-Americanos	404 675	19 797
Libras esterlinas	11 585	2 862
Escudos de Cabo Verde	2 635	2 641
Coroa Sueca	5 856	6 281
Dolar Canadiano	4 649	3 020
Franco Suiço	16 447	34 649
Euros	1 793 111	1 597 197
Outras divisas	6 504	6 873
	2 245 461	**1 673 319**
Escudos de Cabo Verde	40 714	31 713
Euros	8 109	2 115
Dólares Norte-Americanos	1 756	4 695
Valores a cobrar e outras disponibilidades:	104	97
	50 683	38 620
	2 296 144	**1 711 940**

As disponibilidades em EUR em instituições de crédito no exterior, em 31 dezembro de 2021 ascendem mCve 1.793 e em 31 de dezembro 2020 ascendem mCve 1.597, estão bastante condicionadas pelas medidas adotadas pelos correspondentes nos últimos anos, resultando na necessidade de otimização das mesmas em virtude da redução permanente do *threshold* a partir do qual são cobrados juros negativos.
Face à conjuntura de liquidez confortável na zona Euro os bancos adotam medidas que penalizam os depositantes com fundos imobilizados a partir de certos limites, limites esses que tendem a baixar. Os juros negativos aplicam-se tanto aos depósitos à ordem, como a prazo.
Para além de juros negativos vários correspondentes também introduziram o chamado *Liquidity Management* Fee, aplicável aos saldos em EUR.
Em consequência, tem sido prática a venda permanente dos excedentes em euros ao mercado nacional, principalmente ao BCV.

7. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os instrumentos de capital e de dívida classificados na categoria de ativos ao justo valor através de outro rendimento integral apresentam a seguinte composição:

Título	Custo de aquisição	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico			
Fundo de Garantia Regional para a África Ocidental (Fundo G.A.R.I.)	3 823	-	3 823
	3 823	**-**	**3 823**

A participação no Fundo G.A.R.I., face à dificuldade em determinar o seu justo valor, foi mantida à valorização inicial como a melhor aproximação ao justo valor.

8. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Aplicações em instituições de crédito no país:		
No Banco de Cabo Verde		
A Prazo	7 100 000	16 800 000
Títulos de intervenção monetária	2 652 000	1 733 000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos para caução	49 557	45 611
Juros acrescidos	55	165
Proveitos diferidos	(1 389)	(1 039)
	9 800 223	**18 577 737**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos de caução" corresponde a colaterais, na forma de depósitos, constituídos pela Caixa junto de outras instituições de crédito, como caução pela emissão de garantias, ou créditos documentários de importação por essas entidades. Na prática esses depósitos são feitos sob forma de aplicações (contratos de depósitos a prazo) nas salas de mercado. Somente existem depósitos de cauções e garantias remunerados em dólar, sendo reembolsados aquando da liquidação da respetiva garantia bancária associada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em instituições de crédito no estrangeiro apresentam a seguinte composição por instituição de crédito:

	2021	2020
Banco BPI	49 557	45 611
	49 557	**45 611**

9. CRÉDITOS A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Crédito interno a curto prazo:		
Descontos comerciais	564 000	1 983 287
Empréstimos	669 075	292 823
Descobertos em depósitos à ordem	173 212	241 042
Crédito interno a médio e longo prazo:		
Empréstimos	33 291 717	29 795 749
Outros créditos	1 605 437	1 404 180
Crédito ao Pessoal	1 359 057	1 335 790
	37 662 497	35 052 871
Crédito Não Residente	410 633	381 830
Outros créditos e valores a receber (titulados):		
Títulos de dívida pública	12 696 794	12 212 355
Outros títulos de rendimento fixo	2 082 304	2 011 501
	52 852 228	49 658 557
Juros a receber	426 031	464 402
Custos diferidos	874	1 014
Receitas diferidas	(291 430)	(296 834)
Crédito Vencido	3 444 013	5 314 901
Juros Vencidos	79 804	84 798
	56 511 520	55 226 838
Imparidade		
Crédito a Clientes	(4 020 957)	(5 443 262)
Outros Créditos a receber	(262 461)	(257 787)
	52 228 102	**49 525 789**

A rúbrica Crédito ao Pessoal refere-se aos empréstimos aos colaboradores em 31 de dezembro de 2021 e 2020 que são remunerados a taxas de juro reduzidas, de acordo com a política de empréstimos a colaboradores da Caixa.

A rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados) - Títulos de dívida pública" refere-se a obrigações do Tesouro de Cabo Verde, remunerados a taxa de juro fixa.

Em dezembro 2021 e 2020, o crédito total atingiu os montantes de mCve. 41.517.144 e mCve. 40.749.623, com destaque para o crédito a Empresas que cresceu 4,61% e 17,14% em 2021 e 2020, respetivamente, cujos totais absolutos foram de mCve. 19.830.413 e mCve. 18.956.540, respetivamente.

Crédito às Empresas e aos Particulares (contos)

Créditos	dez-21		dez-20		Variação 2021		
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa	
Particulares	**21 686 732**	**52,24%**	**21 793 062**	**53,48%**	**-106 331**	**-0,49%**	**-13,85%**
Habitação	14 930 130	35,96%	14 658 595	35,97%	271 535	1,85%	35,38%
Outros Fins	6 756 602	16,27%	7 134 468	17,51%	-377 866	-5,30%	-49,23%
Empresas	**19 830 412**	**47,76%**	**18 956 540**	**46,52%**	**873 872**	**4,61%**	**113,85%**
Investimento	15 222 646	36,67%	15 514 709	38,07%	-292 063	-1,88%	-38,05%
Tesouraria	4 607 766	11,10%	3 441 831	8,45%	1 165 935	33,88%	151,91%
Total Créditos	**41 517 143**	**100,00%**	**40 749 602**	**100,00%**	**767 541**	**1,88%**	**100,00%**

O quadro crédito por segmento está dividida em: Particulares- Residentes, não Residentes, Emigrantes e outros Particulares, e Empresas- Residentes, não Residentes e Outras empresas.

Créditos por Segmento (contos)

Créditos por Segmento	2020	2021	Var 2020/2021	%
Particulares				
Residentes				
Habitação	11 680 562	11 763 686	83 124	0,71%
Outros fins	6 545 322	6 335 543	-209 779	-3,21%
Total Residentes	**18 225 884**	**18 099 229**	**-126 655**	**-0,69%**
Não Residentes				
Habitação	163 980	141 331	-22 649	-13,81%
Outros fins	46 853	36 231	-10 622	-22,67%
Total Não Residentes	**210 832**	**177 562**	**-33 271**	**-15,79%**
Emigrantes				
Habitação	2 813 569	3 025 113	211 545	7,52%
Outros fins	542 777	384 828	-157 950	-29,10%
Total Emigrantes	**3 356 346**	**3 409 941**	**53 595**	**1,60%**
Outros Particulares				
Habitação	14 658 110	14 930 130	272 020	1,86%
Outros fins	7 134 952	6 756 602	-378 350	-5,30%
Total Particulares	**21 793 062**	**21 686 732**	**-106 331**	**-0,49%**
Empresas				
Empresas Residentes				
Investimento	15 017 253	14 699 017	-318 236	-2,12%
Tesouraria	3 059 275	4 197 133	1 137 857	37,19%
Total Empresas Residentes	**18 076 528**	**18 896 149**	**819 621**	**4,53%**
Empresas Não Residentes				
Investimento	497 297	523 629	26 332	5,30%
Tesouraria	382 715	410 633	27 918	7,29%
Total Empresas Não Residentes	**880 011**	**934 262**	**54 251**	**6,16%**
Outros Empresas				
Investimento	15 514 550	15 222 646	-291 904	-1,88%
Tesouraria	3 441 990	4 607 766	1 165 776	33,87%
Total Empresas	**18 956 540**	**19 830 412**	**873 872**	**4,61%**
Total Créditos	**40 749 602**	**41 517 143**	**767 541**	**1,88%**

De realçar que o quadro acima representa o total da carteira dos créditos da Caixa, aonde aos Particulares representa 52,24% e as Empresas 47,76% do total dos créditos. Os créditos aos particulares teve uma variação negativa em relação ao ano 2020 em mcve 106.311 (0,49%) e os créditos às Empresas uma variação positiva em mCve 873.872 (4,61%),.A variação total do crédito de ano de 2021 é positiva no montante de mCve 767.541 (1.88%).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados) - Outros títulos de rendimento fixo" inclui o valor de obrigações de empresas nacionais, classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber". Em 31 de dezembro de 2021, estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2021				Maturidade
Outros títulos de rendimento fixo					
	Valor Bruto (Capital+Juros)	Imparidade	%	Valor Líquido	
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	640 655	9 075	1,42%	631 580	14/06/2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L - Tranche E	379 548	5 303	1,40%	374 245	14/06/2025
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	15 330	15 301	99,81%	29	18/02/2014
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, SA Tranche I e II	209 485	2 959	1,41%	206 526	14/09/2022
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	46 717	35 038	75,00%	11 679	14/10/2017
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, SA Serie G	365 859	5 133	1,40%	360 725	24/12/2019
ASA - Agência de Segurança Aeronautica - Tranche D	189 814	2 687	1,42%	187 127	25/08/2027
ANMCV	233 186	3 339	1,43%	229 847	02/11/2026
RTC- Radio-Televisão de Cabo Verde	55 060	792	1,44%	54 268	23/12/2029
	2 135 654	**79 627**		**2 056 027**	

As obrigações emitidas pela Electra - Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., têm aval do Estado de Cabo Verde. A Caixa económica de Cabo Verde subscreveu em junho de 2017 obrigações da Electra serie E no montante de mCve 369.293 com maturidade em junho de 2025, e dispõe em carteira desde junho de 2007 um total de mCve 630.227 da Electra C, com vencimento em junho do ano 2027.

As obrigações da CVFF - Cabo Verde Fast Ferry (CVFF) e Sociedade Gestão de Investimentos, Lda. encontram-se com algumas prestações em incumprimento desde agosto de 2014. Em 31 de dezembro de 2021, os juros vencidos e não pagos das obrigações da CVFF - Cabo Verde Fast Ferry (CVFF) e Sociedade Gestão de Investimentos, Lda. ascendiam a mCve. 11.525 e mCve. 2.982, respetivamente. Os próximos cupões de juros vencem-se em janeiro e fevereiro de 2022.

No final do ano 2021, a Caixa, incrementou a sua carteira de títulos corporate, com a subscrição de obrigações da RTC- Radiotelevisão Cabo-verdiana, SA e da ANMCV – Associação nacional dos Municípios Cabo-verdianos, no montante de mCve 55.000 (taxa 5%, maturidade:23/12/2029) e mCve 231.863 (taxa 3,5%, maturidade: 02/11/2026), respetivamente. . Os primeiros cupões serão pagos em maio de 2022 para as obrigações da ANMCV e junho de 2022 para as obrigações da RTC.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber (titulados)", e juros corridos e receitas diferidas, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	2021			2020		
	Crédito Normal	**Crédito Vencido**	**Total**	**Crédito Normal**	**Crédito Vencido**	**Total**
Empresas:						
Comércio	805 966	214 330	1 020 296	614 625	357 625	972 250
Construção e obras públicas	1 868 859	74 079	1 942 938	1 682 613	161 605	1 844 218
Transportes	5 473 169	52 766	5 525 935	5 237 092	293 297	5 530 389
Indústria	748 407	83 276	831 683	635 445	468 327	1 103 772
Hotelaria	1 016 373	251 775	1 268 148	716 469	292 524	1 008 993
Energia	2 746 946	17	2 746 963	2 073 912	1 081	2 074 993
Outros	6 195 698	298 751	6 494 449	5 647 515	774 409	6 421 924
	18 855 418	**974 994**	**19 830 412**	**16 607 671**	**2 348 868**	**18 956 539**
Particulares:						
Habitação	13 239 663	1 693 251	14 932 914	12 881 411	1 780 157	14 661 568
Outros	5 978 050	775 768	6 753 818	5 945 643	1 185 873	7 131 516
	19 217 713	**2 469 019**	**21 686 732**	**18 827 054**	**2 966 030**	**21 793 084**
	38 073 131	**3 444 013**	**41 517 144**	**35 434 725**	**5 314 898**	**40 749 623**

Quanto ao Credito por Sector ou Finalidade, em termos gerais realce para o Credito a Habitação (Particular) e o Credito ao Sector dos Transportes, com valores em 2021 de mCve. 14.932.914 e mCve. 5.525.935, respetivamente, e com a soma dos saldos dessas duas rubricas a representar cerca de 49,28% e 49,55% do Credito Total em 2021 e 2020, respetivamente.
Quanto ao Credito Vencido por Sector, destacam-se os Creditos para o Sector do Comércio, Transportes, da Industria e para Particulares Outros Fins, com reduçoes em termos absolutos, relativamente ano anterior, em mCve. 143.295 (-40,07%), mCve. 240.531 (-54,16%), mCve. 475.658 (-61,42%) e mCve. 410.105 (-34,58%), respetivamente.

10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é apresentado como se segue:

Custo Aquisição	**Terrenos**	**Imoveis**	**Total**
Saldo em 31-12-2019	3 683	3 923	7 606
Saldo em 31-12-2020	3 683	3 923	7 606
Abates/Vendas	-	(334)	(334)
Saldo em 31-12-2021	**3 683**	**3 589**	**7 272**

Amortizações	**Terrenos**	**Imoveis**	**Total**
Saldo em 31-12-2019	-	2 764	2 764
Amortizações do exercício	-	31	31
Saldo em 31-12-2020	-	2 795	2 795
Amortizações do exercício	-	29	29
Abates/Regularizações	-	(244)	(244)
Saldo em 31-12-2021	**-**	**2 580**	**2 580**
Saldo Líquido em 31-12-2020	3 683	1 128	4 811
Saldo Líquido em 31-12-2021	3 683	1 009	4 692

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o justo valor das propriedades de investimento foi determinado com base em avaliações preparadas pelo Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária da Caixa e era:

	2021		**2020**	
	Valor Líquido	Valor de Avaliação	Valor Líquido	Valor de Avaliação
Terrenos	3 683	18 640	3 683	18 640
Edifícios	1 008	8 299	1 128	8 891
	4 691	26 939	4 811	27 531

Nos exercícios de 2021 e 2020, os rendimentos provenientes do arrendamento destes imóveis ascenderam a mCve. 54 e mCve. 66, respetivamente.

11. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" durante os exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2020			Adições	Vendas / Abates		Amortizações do exercicio	Saldos em 31-12-2021		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Imóveis	1 827 734	(204 802)	1 622 932	4 669	-	-	(36 802)	1 832 403	(241 604)	1 590 799
Obras em edifícios arrendados	52 748	(43 340)	9 408	12	-	-	(293)	52 760	(43 633)	9 127
Património artístico	5 127	-	5 127	-	-	-	-	5 127	-	5 127
Equipamento:								-	-	
Mobiliário e material	253 953	(221 664)	32 289	1 301	(681)	671	(6 984)	254 573	(227 977)	26 596
Máquinas e ferramentas	291 104	(266 119)	24 985	12 474	(3 826)	3 826	(10 474)	299 752	(272 767)	26 985
Equipamento informático	397 015	(355 603)	41 412	4 530	(1 676)	1 676	(18 611)	399 869	(372 538)	27 331
Instalações interiores	592 894	(566 555)	26 339	1 026	(2 726)	2 726	(4 274)	591 194	(568 103)	23 091
Material de transporte	184 056	(115 866)	68 190	49 270	(14 303)	14 054	(20 848)	219 023	(122 660)	96 363
Equipamento de segurança	161 336	(137 961)	23 375	250	(413)	411	(6 922)	161 173	(144 472)	16 701
Outro equipamento	7 243	(6 062)	1 181	144	(33)	33	(184)	7 354	(6 213)	1 141
Ativos sob direiro de uso:										
Imóveis	105 116	(26 640)	78 476		-		(13 320)	105 116	(39 960)	65 156
	3 878 326	(1 944 612)	1 933 714	73 676	(23 658)	23 397	(118 712)	3 928 344	(2 039 927)	1 888 417
Imoblilizado em curso	106 739	-	106 739	6 464	(9 830)	-	-	103 373	-	103 373
	3 985 065	(1 944 612)	2 040 453	80 140	(33 488)	23 397	(118 712)	4 031 717		1 991 790

Em 31 de dezembro de 2021 houve uma variação positiva de mCve 28.173 (41%) em relação ao ano 2020, justificado essencialmente pela renovação da frota de viaturas.

	Saldos em 31-12-2019			Adições	Vendas / Abates		Amortizações do exercicio	Saldos em 31-12-2020		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Imóveis	1 621 301	(171 267)	1 450 034	209 688	(3 255)	63	(33 598)	1 827 734	(204 802)	1 622 932
Obras em edifícios arrendados	49 237	(43 021)	6 216	3 511	-	-	(319)	52 748	(43 340)	9 408
Património artístico	5 127	-	5 127	-	-	-	-	5 127	-	5 127
Equipamento:										
Mobiliário e material	247 981	(208 567)	39 414	5 972	-	-	(13 097)	253 953	(221 664)	32 289
Máquinas e ferramentas	282 448	(255 271)	27 177	9 721	(1 066)	1 066	(11 913)	291 104	(266 119)	24 985
Equipamento informático	362 600	(342 267)	20 332	34 416	-	-	(13 336)	397 015	(355 603)	41 412
Instalações interiores	577 297	(564 290)	13 007	15 938	(341)	270	(2 535)	592 894	(566 555)	26 339
Material de transporte	178 487	(139 911)	38 576	46 610	(41 041)	39 809	(15 763)	184 056	(115 866)	68 191
Equipamento de segurança	155 532	(131 223)	24 309	5 804	-	-	(6 738)	161 336	(137 961)	23 374
Outro equipamento	6 575	(6 118)	457	837	(169)	169	(113)	7 243	(6 062)	1 181
Ativos sob direiro de uso:										
Imóveis	105 116	(13 320)	91 795	-	-	-	(13 320)	105 116	(26 640)	78 475
	3 591 702	(1 875 257)	1 716 444	332 497	(45 872)	41 377	(110 732)	3 878 326	(1 944 613)	1 933 713
Imoblilizado em curso	352 649	-	352 649	18 038	(263 948)	-	-	106 739	-	106 739
	3 944 350	(1 875 257)	2 069 093	350 534	(309 820)	41 377	(110 732)	3 985 064	(1 944 613)	2 040 452

A rubrica Ativos sob direito de uso é composta basicamente por imóveis (edifícios arrendados), sendo depreciados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, decorrente da aplicação da IFRS 16.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Imobilizado em curso" inclui despesas com a instalação de novas agências e obras nas agências existentes e aquisições de novos equipamentos, nos montantes de mCve. 103.373 e mCve. 106.739, respetivamente.

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica ativos intangíveis regista o software da Caixa. Os movimentos ocorridos nos "Ativos intangíveis" nos exercícios de 2021 e 2020 foram os seguintes:

Custo Aquisição	**Software**	**Total**
Saldo em 31-12-2019	318 938	318 938
Adições	1 119	1 119
Saldo em 31-12-2020	320 057	320 057
Adições	-	-
Saldo em 31-12-2021	320 057	320 057

Amortizações	**Software**	**Total**
Saldo em 31-12-2019	313 526	313 526
Amortização do exercício	3 237	3 237
Saldo em 31-12-2020	316 763	316 763
Amortização do exercício	2 579	2 579
Saldo em 31-12-2021	319 342	319 342
Saldo Líquido em 31-12-2020	3 294	3 294
Saldo Líquido em 31-12-2021	715	715

13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

2021

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios	Valor de Balanço
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, SA	17,86%	12 500	(33 755)	5 820	1 039
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	10,00%	10 000	199 608	1 183 967	118 728
		22 500			**119 767**

2020

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios	Valor de Balanço
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, SA	17,86%	12 500	(33 755)	5 820	1 039
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	10,00%	10 000	83 008	987 676	98 768
		22 500			99 807

A Caixa classificou as participações na SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL (SISP) e Imotur – Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A. (Imotur) como Investimentos em associadas, não obstante a sua participação ser inferior a 20%, dado que a Caixa faz parte do órgão de direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade destas entidades, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2021 e 2020 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras da Caixa pode ser demonstrado da seguinte forma:

Movimento nas associadas	**2021**		
	IMOTUR	**SISP**	**TOTAL**
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	**102 888**	**103 927**	**103 927**
Dividendos		(12 412)	(12 412)
Resultados em participadas		7 960	7 960
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**1 039**	**98 768**	**99 807**
Dividendos			
Resultados em participadas		19 961	19 961
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**1 039**	**118 729**	**119 767**

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021, a Caixa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) à taxa de 22% e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 eram os seguintes:

	2021	2020
Ativos por impostos correntes		
. IRPC a recuperar	93 697	35 119
	93 697	35 119
Passivos por impostos correntes		
. Estimativa de imposto do exercício	122 936	83 678
. Tributação autónoma	1 077	419
	124 013	84 097
Ativos por imposto diferidos		
.Imparidade de Crédito	70 412	70 412
	70 412	70 412

A rubrica "Ativos por impostos correntes - IRPC a recuperar" corresponde aos pagamentos fracionados efetuados no exercício de 2021.

O movimento dos ativos por impostos diferidos nos exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021		
	Saldo em 31-12-2020	Variação em resultados	Saldo em 31-12-2021
Imparidade de Crédito	70 412	-	70 412
	70 412	-	70 412

	2020		
	Saldo em 31-12-2019	Variação em resultados	Saldo em 31-12-2020
Imparidade de Crédito	44 936	25 476	70 412
	44 936	25 476	70 412

Em 2021, não foi registada a variação da imparidade dos créditos hipotecária nem o imposto correspondente.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto, nos exercícios de 2021 e 2020 pode ser demonstrada como se segue:

	2021		2020	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes do imposto		1 096 061		760 932
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,44%	245 956	22,44%	170 753
Benefícios Fiscais:				
.Rendimentos de titulos de Dívida Publica	-8%	-20 120	-12,9%	-22 077
colocados em mercado secundário	-1,5%	-3 665	-7,8%	-13 333
.Rendimentos de obrigações	-42,3%	-104 020	-49,92%	-85 240
.Outros	-0,5%	-1 151	-1,7%	-2 843
Imparidade e provisões não aceites como custo fiscal	3,9%	9 500	4,5%	7 657
Aplicação do métedo de equivalência patrimonial	-1,8%	-4 448	-1,1%	-1 861
Encargos não aceites fiscalmente	2,3%	5 692	3,1%	5 266
Tributação Autónoma	0,1%	242	0,1%	94
Menos-valias contabilistico	0,0%	2	0,0%	3
Mais valias contabilisticas	-0,4%	-894	-1,5%	-2 499
Correção relativas a exercícios anteriores	0,1%	308	1,4%	2 374
Perdas por imparidade seguradoras ou instituições bancárias	0,0%	0	15,0%	25 594
Imposto sobre o lucro do exercicio	11,7%	128 206	11,05%	84 097

Os rendimentos das obrigações ou produtos de natureza análoga, incluindo os títulos de dívida pública, com colocação pública e cotados na Bolsa de Valores de Cabo Verde, são tributados em sede de imposto sobre o rendimento a uma taxa liberatória de 5% e 10%, respetivamente. A taxa só se aplica relativamente aos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2025.

Em julho de 2011, a Caixa recebeu uma notificação da DGCI fixando o imposto sobre o rendimento do exercício de 2010 em mCve. 74.640. Esta notificação tinha implícito um conjunto de correções ao imposto apurado pela Caixa que foram objeto de reclamação. Em janeiro de 2012, a Caixa recebeu uma nova notificação corrigindo os valores anteriormente fixados e apurando um montante de imposto de mCve. 40.644. A Caixa procedeu à liquidação do montante de mCve. 16.145 e à reclamação do valor remanescente, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela DGCI.

A 31 de dezembro de 2020 a Caixa foi notificada, através da nota n.º 263/DGCI-REGC/2020, datada de 30 de dezembro de 2020, da confirmação da matéria tributável relativo ao exercício de 2015 e da consequente liquidação adicional de IRPC para ano de 2020.
Na mesma data, a Caixa foi igualmente notificada do relatório de Procedimento de Inspeção – Ano 2015, através da nota n.º 262/DGCI-REGC/2020, datada de 30 de dezembro de 2020.
A Caixa discorda das correções feitas pela REGC na determinação da matéria coletável e liquidação corretiva, nas rúbricas:

(i) Correções de deduções do rendimento de títulos colocados no mercado secundário e,

(ii) Retenção na fonte sobre Juros de Obrigações Pagos, na qual enviou uma nota de reclamação n/ref.DFI.030.2021 datada de 18 de fevereiro de 2021, aonde concorda a pagar somente o valor de mCve 34.123.

A 24 de junho de 2021, através da nota n. º110/DGCI-REGC/2021 de 23 de junho de 2021, a Caixa foi notificada para exercer o direito de audição às conclusões do projeto de relatório ao exercício de 2015, em que a Administração Fiscal discorda da alegação da Caixa, indeferindo a pretensão da Caixa relativamente a correção da dedução do rendimento de títulos do primário colocado no mercado secundário.
A 09 de julho de 2021 sob a nota N/ref.CE.015.2021, a Caixa exerceu o direito de audição aonde continua defendendo a deduções do rendimento de títulos colocados no mercado secundário.
A 06 de Setembro de 2021, através da nota n.º ref. nº206/DGDC/REGC/2021, a AF indeferiu a reclamação feita pela Caixa.
A Caixa em 06 de outubro de 2021 sob. n/Ref.CE.027.2021, entrepôs o recurso hierárquico do indeferimento da reclamação ao procedimento de inspeção referente ao exercício económico de 2015.

A Caixa a aguarda o despacho deste do processo.

A 13 de Dezembro de 2021, a Caixa foi notificada através da nota Nª REF. Nº 396/DCI-REG/2021 – Direito Audição - Análise Interna referente 2016. Para este ano em análise a Caixa concordou com a correção.

A 29 de dezembro de 2021 a Caixa foi notificada, através da nota n.º 420/DCI-REGC/2021, datada de 29 de dezembro de 2021, da confirmação da matéria tributável relativo ao exercício de 2016 e da consequente liquidação adicional de IRPC para ano de 2016, no valor de mCve7.378. A Caixa concordou com a liquidação e fez o pagamento do montante corrigido, no início de janeiro de 2022 e deste modo assim foi concluído o processo.

Nos termos do Código Geral Tributário, aprovado pela Lei 47/VIII/2013, de 20 de dezembro, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correção seja significativa para as demonstrações financeiras da Caixa em 31 de dezembro de 2021.

15. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Outros ativos:		
Ativos recebidos por recuperação de crédito	1 515 346	1 515 346
Numismática e medalhística	86	86
	1 515 432	1 515 432
Devedores:		1 515 432
Valores a receber do Estado de Cabo Verde		
. Bonificações	775 696	851 909
. Outros	48	48
Devedores por remessas cambiais	16 405	5 255
Devedores diversos	49 066	38 563
	841 215	895 775
		895 775
Despesas com encargo diferido:		
Seguros	900	821
Outros	36 137	30 982
	37 037	31 803
Operações ativas a regularizar:	139 409	171 439
Ativo Bruto	2 533 175	2 614 448
Imparidade de outros ativos (Nota 18):		
Ativos recebidos por recuperação de crédito	(804 640)	(762 640)
Outros ativos	(2 489)	(2 489)
Imparidade Acumulada	(807 129)	(765 129)
Ativo Líquido	1 726 046	1 849 320

A rubrica "ativos recebidos por recuperação de crédito" corresponde aos valores dos ativos recebidos por recuperação de creditos, detidos para venda, e em 2021 e 2020 o total da carteira ascende a mCve. 1.515.346. A imparidade associada no ano 2021 ascende a mCve. 804.640 e em 2020 a mCve. 762.640.

A rubrica "valores a receber do Estado de Cabo Verde", nos anos de 2021 e 2020 inclui os montantes de mCve. 775.696 e mCve. 851.909, respectivamente. São valores referentes aos creditos à habitação e outros fins de acordo com os preceitos legais aplicáveis aos creditos bonificados.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos recebidos por recuperação de crédito correspondem a imóveis e outros ativos recebidos em dação e apresentam a seguinte composição de acordo com a data da sua aquisição pela Caixa:

	2021				2020			
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	%	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	%
Anteriores a 2012	4 682	(4 682)	-	100%	4 682	(4 682)	-	100%
2013	251 348	(134 638)	116 710	54%	251 348	(134 638)	116 710	54%
2014	628 771	(316 580)	312 191	50%	628 771	(274 580)	354 191	44%
2015	147 219	(113 477)	33 742	77%	147 219	(113 477)	33 742	77%
2016	342 350	(184 472)	157 878	54%	342 350	(184 472)	157 878	54%
2017	76 246	(23 087)	53 159	30%	76 246	(23 087)	53 159	30%
2018	30 076	(22 073)	8 003	73%	30 076	(22 073)	8 003	73%
2019	19 071	(5 631)	13 440	30%	19 071	(5 631)	13 440	0
2020	15 583	-	15 583	0%	15 583	-	15 583	-
Total	1 515 346	(804 640)	710 706	53%	1 515 346	(762 640)	752 706	50%

A Caixa não registou nenhum imóvel em dação em pagamento no ano 2021.

16. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

		2021	2020
Depósitos à ordem:			
	De instituições de Crédito no Pais	94 724	88 393
		94 724	88 393
Depósitos a prazo:			
	De instituições de Crédito no Pais	155 000	-
		155 000	-
Juros:			
	De depósitos	2 815	1 684
		2 815	1 684
		252 539	90 077

O Depósito a Prazo, constituído no valor de mCve 155.000, pertence à Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Cabo Verde.

17. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Depósitos de poupança:		
Particulares - cadernetas	12 050 224	10 579 354
Depósitos à vista:		
De residentes	21 706 961	26 193 734
De emigrantes	1 369 794	1 218 499
	23 076 754	27 412 233
Depósitos a prazo:		
De residentes	17 923 133	17 771 017
De emigrantes	16 677 118	16 304 623
	34 600 251	34 075 640
Outros recursos:		
Títulos cedidos com acordo de recompra (Notas 2.3 e) e 7))	-	600 000
Empréstimos obtidos de residentes	280 301	313 634
Cheques e ordens a pagar	(2 472)	(38 950)
	277 829	874 684
Juros:		
De depósitos	359 954	455 640
De títulos cedidos com acordo de recompra	-	10 643
De empréstimos obtidos de residentes	4 231	4 770
	364 185	471 054
	70 369 243	73 412 965

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Outros recursos - Empréstimos obtidos de residentes" corresponde a uma linha de crédito obtida junto do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o qual vence juros a uma taxa fixa de 2.5% ao ano, a reembolsar em 15 prestações anuais. A última tranche vence em maio de 2032. Esta linha de crédito, visa a concessão de créditos aos trabalhadores do INPS para aquisição de habitação própria.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o saldo da rubrica "Cheques e ordens a pagar" inclui mCve. 52.065 e mCve. 38.950, respetivamente, referentes a transferências recebidas via Western Union cuja compensação financeira apenas ocorreu nos primeiros dias de 2021 e 2022.

18. PROVISÕES, IMPARIDADE E CONTINGÊNCIAS

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade da Caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é o seguinte:

	2021					
	Saldos em 31/12/2020	Dotações	Utilizações	Anulações e Reposições	Transfe-rências	Saldos em 31/12/2021
Imparidade						
Imparidade de crédito a clientes	5 701 048	1 779 681	(1 841 285)	(1 356 026)	-	4 283 418
Imparidade de bens Arrematados	762 639	42 000	-			804 640
Devedores, Outras Aplicações	2 489	-	-	-	-	2 489
	6 466 376	1 821 681	(1 841 285)	(1 356 026)	-	5 090 746
Outras provisões	-	335			-	335
Contingências fiscais	66 000				-	66 000
	6 532 376	1 822 016	(1 841 285)	(1 356 026)	-	5 157 081

Em 31 de dezembro de 2021, encontra-se reconhecida na conta provisão para contingências fiscais o montante de mCve. 66.000, a qual na maior parte do seu valor, alocada ao processo respeitante ao exercício de 2010 e 2015 que aguardar conclusão dos processos pela REGC.

	2020					
	Saldos em 31/12/2019	Dotações	Utilizações	Anulações e Reposições	Transfe-rências	Saldos em 31/12/2020
Imparidade						
Imparidade de crédito a clientes	4 842 004	6 372 743		(5 502 632)	(11 067)	5 701 048
Imparidade de bens Arrematados	762 639		-			762 639
Devedores, Outras Aplicações	2 489	-	-	-	-	2 489
	5 607 332	6 372 743	-	(5 502 632)	(11 067)	6 466 376
Contingências fiscais	31 877	34 123			-	66 000
	5 639 209	6 406 866	-	(5 502 632)	(11 067)	6 532 376

As Provisões e as Imparidades Líquidas do Exercício atingiram em 2021 mCve 465.990, comparativamente com o ano 2020 que registou mCve 904.234, refletindo um decréscimo de mCve 438.244 (48%). Este decréscimo explica-se principalmente pelas Imparidades líquidas de Crédito (dotações líquidas em resultado) que registaram mCve 446.456 (51%).

19. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Recursos:		
SPA - retenção na fonte impostos	49 965	42 520
Passivo de Locação (IFRS 16)	67 675	80 494
Outros	20 338	15 570
	137 978	138 584
Custos com pessoal:		
Férias e subsídio de férias	83 101	83 024
Prémio de produtividade (Nota 28)	47 302	40 603
Subsídio de falha	13 259	15 063
Outros	1 400	2 373
	145 062	141 063
Outros custos administrativos:		
Encargos com ATM	2 582	12 945
Água, gás e eletricidade	10 844	7 742
Comunicações	35 646	31 923
SPA - retenção na fonte impostos	26 626	6 700
Outros	34 614	48 434
	110 313	107 744
Receitas com proveito diferido:		
De operações extrapatrimoniais	2 072	2 228
Outras contas de regularização	112 639	87 490
Outros Passivos	**508 064**	**477 109**

A rubrica "Recursos - SPA retenção na fonte impostos" é composta essencialmente por impostos retidos sobre rendimentos de trabalhadores (mCve. 13.285), de prestadores de serviços (mCve. 3.168) e rendimentos de capitais (mCve. 26.505), e impostos sobre o valor acrescentado (mCve. 6.857) de dezembro de 2021, por liquidar em janeiro de 2022.

Quanto a rubrica "Passivo de Locação" corresponde, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, ao valor dos passivos de locação reconhecidos no âmbito da IFRS 16, e considera os contratos de locação de bens imoveis (balcões e edifícios centrais).

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica "Outros custos administrativos - Outros" inclui sobretudo os valores de mCve. 9.193 de encargos a pagar de Serviços Especializados de Auditoria Externa, mCve. 5.773 de Serviços Especializados de Segurança Policial e mCve. 11.186 de Encargos com os Serviços da SISP - Tarifários Interbancários RV4.

20.CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital da Caixa encontra-se representado por 1.392.000 ações com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a estrutura acionista da Caixa é a seguinte:

	2021		2020	
Entidade	Número de acções	%	Número de acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	657 200	47,21%	657 200	47,2%
Estado de Cabo Verde	381 904	27,44%	381 904	27,4%
Correios de Cabo Verde	210 749	15,14%	210 749	15,14%
Outros subscritores e trabalhadores	142 147	10,21%	142 147	10,21%
	1 392 000	**100,00%**	**1 392 000**	**100,00%**

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

	2020	Incorporação Reservas	Resultado do Exercício	2021
Outras reservas e resultados transitados				
. Reserva legal	715 128	70 231		785 359
. Outras reservas	2 983 640	632 080		3 615 720
Total	3 698 768	702 311		4 401 079
Lucro do exercício	702 311		967 854	967 854
	4 401 079	**702 311**	**967 854**	**5 368 933**

Na reunião da Assembleia Geral realizada em 02 de julho de 2021, foi deliberada a não distribuição de dividendos tendo em conta, a necessidade de manter um nível adequado de Fundos Próprios, o impacto espectável da crise económica sem precedente, causada pela pandemia do Covid-19, sobre os indicadores económicos e financeiros do Banco e tendo em consideração as recomendações da autoridade de supervisão em matéria de distribuição de dividendos. O Resultado de 2020 foi distribuído de seguinte forma: incorporação em reserva legal e outras reservas nos montantes de mCve. 70.231 e mCve. 632.080, respetivamente.

22.JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Juros de crédito de clientes		
Crédito interno	2 914 934	3 042 662
Recuperação de juros anulados	115 923	107 156
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)		
Obrigações do Tesouro	555 076	572 610
Outros títulos de rendimento fixo	89 661	98 384
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
Títulos de regularização monetária	35	55
Títulos de intervenção monetária	5 781	17 693
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	341	1 184
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	3 929	7 847
Juros de Ativos Financeiros - Títulos	39 711	72 278
Outros juros e rendimentos similares	18	-
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	193 619	189 175
	3 919 028	**4 109 044**

Os Juros e Rendimentos Similares diminuíram no montante mCve 190.015 (5%) em relação ao ano 2020, explicado essencialmente, pela diminuição dos juros das aplicações no BCV (Overnigt, TIM e TRM), reflexo da diminuição nas Taxas de Cedência do BCV para (0,25%), e redução dos juros das obrigações de Tesouro e Corporate.
De realçar ainda que o justifica a diminuição dos Juros de Ativos Financeiros são, os proveitos com os juros do plano de dívida negociada entre a Caixa e o Estado e os juros de bilhetes de Tesouro no montante de mCve 32.567 (45%).

23.JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Depósitos de poupança		
Cadernetas	182 199	233 576
Depósitos à ordem		
De emigrantes	23 068	19 524
De residentes	209	-
Depósitos a prazo		
De emigrantes	264 613	371 103
De residentes	384 054	493 451
Empréstimos		
De residentes	6 961	7 810
Operações de venda com acordo de recompra		
Obrigações do Tesouro	16 332	59 414
Juros anulados de crédito de Clientes		
Crédito Interno	249 479	7 391
Juros por compromissos de locação (aplicação IFRS 16)	2 209	2 583
Outros	140	140
	1 129 265	**1 194 991**

Os Juros e Encargos Similares diminuíram mCve 65.725 (6%), explicado por um lado pelo aumento de juros anulados de crédito de clientes em mCve 242.088 e pela diminuição dos juros pagos dos depósitos, causado pela redução da taxa de juros das operações passivas.

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões Western Union	55 293	55 432
Comissões sobre operações cambiais	66 159	60 053
Garantias e avales prestados	17 322	14 161
Comissões de antecipação		
Comissões VISA	31 165	28 879
Créditos documentários	0	393
Comissões de manutenção de contas	3 802	19 843
Outros serviços bancários prestados	10 581	10 159
Outras comissões	21 396	17 438
	205 718	**206 357**
Encargos com serviços e comissões:		
Comissões sobre operações cambiais	(24 188)	(22 634)
Comissões VISA	(44 718)	(45 020)
Outras comissões e encargos	(41 361)	(37 951)
	(110 267)	**(105 605)**

A rúbrica Rendimentos de Serviços e Comissões decresceu mCve 639 (0.3%%) em comparação ao ano 2020, enquanto a rúbrica Encargos com Serviços e Comissões teve uma variação contraria, um ligeiro aumento em (4%) mCve 4.662 comparativamente ao ano 2020.

25. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021			2020		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	105 434	(82 613)	22 821	205 076	(138 235)	66 841
Resultados em notas e moedas	157 282	(92 121)	65 161	174 038	(203 050)	(29 011)
	262 716	(174 733)	87 983	379 115	(341 285)	37 830

Verificou-se um aumento no resultado de reavaliação cambial de 133%, ou seja, em um total de mCve 50.153, em relação a 2020, dado sobretudo à valorização do câmbio das principais moedas, nomeadamente, USD, CHF e GBP. O USD, por exemplo, iniciou o ano com um câmbio de 89,785 CVE e a 31/12/2021 este era de 97,554CVE, representando um aumento de 9%, ou seja 7,73 pontos percentuais. Por sua vez, o GBP e CHF sofreram uma valorização de 7% e 5%, respetivamente, do início até ao final do ano.

26.RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica pode ser analisada como segue:

Resultados de alienação de outros ativos	**2021**
Ganhos e perdas na alienação de outros ativos tangíveis	3 975
	3 975

Em 2021, os resultados de alienação de outros ativos fixos tangíveis correspondem maioritariamente às mais-valias geradas pela venda de viaturas da Caixa e imóveis registados em propriedade de investimento- Edifícios Apartamento Rosa e Verde situados no Bairro Craveiro Lopes, ascendem o valor de mCve 3.986.

27.OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 202, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	**2020**
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços		
Taxas de serviço	24 284	25 596
Cartões de crédito	11 382	8 641
Venda de cheques e cadernetas	5 732	5 415
Locação de imóveis (Nota 8)	54	66
Recuperação de créditos incobráveis	47 928	60 991
Outros proveitos de exploração	29 557	22 953
	118 936	123 662
Outros custos de exploração:		
Outros impostos	(42 934)	(42 907)
Donativos	(672)	(180)
Quotizações	(1 591)	(1 583)
Fundo Garantia Depósitos	(5 256)	(5 263)
Outros	(3 532)	(10 580)
	(53 985)	(60 514)
Outros Resultados de exploração	**64 951**	**63 149**

Em 2021 a rubrica "Outros resultados de exploração" registou uma variação positiva de mCve 1.803 relativamente ao exercício anterior, apesar da diminuição registada nos "Outros proveitos de exploração" em mCve 4.725, provocada essencialmente pela quebra nos proveitos com a "Recuperação de créditos incobráveis" em mCve 13.063 (-21,42%) relativamente ao registo de 2020.

A variação positiva da rubrica "Outros resultados de exploração" deveu-se principalmente a diminuição dos "Outros custos de exploração", em mCve 6.529, mais especificamente na rubrica "Outros" encargos operacionais que teve uma diminuição significativa em mCve 7.048.

28.CUSTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Remunerações de empregados	657 613	641 646
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	27 784	29 409
Encargos sociais		
Previdência social	103 220	101 865
Despesas médicas	7 164	6 311
Outros	10 390	10 555
Prémios de produtividade (Nota 19)	47 302	40 603
Outros	4 694	7 768
	858 168	**838 157**

O aumento dos Gastos com Pessoal decorre essencialmente do aumento das Remunerações Mensais, da Atualização de Salários (promoção e progressões), do aumento do número de colaboradores efetivo, bem como do aumento da Contribuição para Previdência Social.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Caixa dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	2021	2020
Administradores executivos	3	3
Direção Geral e Coordenação	33	33
Gerência e chefias	34	33
Técnicos	150	144
Administrativos	109	103
Apoio Geral e auxiliar	55	55
	385	**370**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os números apresentados acima incluem 29 e 27 colaboradores, com contrato de trabalho a termo certo respetivamente, e 1 administrador em comissão de serviço.

29.GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Serviços especializados	196 622	200 860
Encargos com ATM	120 842	110 746
Água, gás e eletricidade	41 692	46 691
Publicidade	20 052	33 084
Comunicações	40 898	38 230
Deslocações, estadas e representação	10 830	9 710
Material de consumo corrente	28 819	22 600
Seguros	16 184	8 190
Conservação e reparação	23 088	25 787
Rendas e alugueres	32	204
Combustíveis	9 254	7 339
Transportes	678	1 267
Encargos com formação do pessoal	2 328	1 812
Material informático	2 039	826
Contencioso e notariado	612	359
Outros	6 575	10 171
	520 544	**517 876**

Os Gastos Gerais Administrativos em dezembro 2021 tiveram um aumento, na ordem de 2.668 mCve, (0.5%) em relação ao período homólogo do ano de 2020, essencialmente justificado pelo acréscimo da rúbrica Encargos com ATM em mCve 10.096 (9%), Seguros mCve 7.995 (98%), Material de Consumo Corrente mCve 6.216 (28%).

Não obstante, é de realçar algumas rúbricas com redução, nomeadamente, Publicidade mCve 13.032 (39%), Água, gás e eletricidade mCve 4.999 (11%) e Serviços Especializados mCve 4.238 (2%).

30. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2021	2020
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	718 579	750 021
	718 579	750 021
Depósito e guarda de valores	49 108 523	44 850 412
Crédito gerido p/conta terceiros	769 194	204 446
	49 877 716	**45 054 858**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Depósitos e guarda de valores" corresponde a títulos depositados na Caixa pelos clientes.

Na sequência da Resolução do Novo Banco e da passagem de ativos financeiros deste para o INPS e BCV, a Caixa assinou com estas duas instituições acordos de cessão e gestão das respetivas carteiras de crédito, a saber:

Com o INPS – Contrato de 06/07/17 entre Novo Banco, INPS e Caixa, de cessão à Caixa para efeitos de gestão de carteira de crédito proveniente do Novo Banco, cujo saldo em 31/12/2021 é de 469.672mCve.

Com o BCV – Contrato de 26/09/17 entre o BCV e Caixa, onde esta toma para efeitos de gestão uma carteira de crédito, cujo saldo em 31/12/2021 é de 29.811mCve.

No âmbito desses acordos, as atribuições da Caixa consistem concretamente na recuperação das carteiras, ou seja, na gestão e cobrança das prestações, devendo para o efeito desenvolver todas as diligências de forma criteriosa que caracteriza a atividade de acompanhamento, cobrança e recuperação, típicas dos bancos, no âmbito da sua atividade creditícia.

Em compensação à Caixa pelos serviços prestados, ambos os contratos preveem um s*uccess fee* mensal de 20% sobre os juros cobrados, bem como uma comissão anual de gestão de 2% do valor de capital em dívida apurado a 31/12 do ano anterior, sendo que o total dos valores recebidos pela Caixa, (juros mensais + comissão anual de gestão) não deverá ultrapassar 50% do total dos juros efetivamente cobrados no ano em questão.

31. RELATO POR SEGMENTOS

Para finalidade de gestão, a Caixa está organizada em dois segmentos, designados de "Negociação e Vendas" e "Banca Comercial".

O segmento de Negociação e Vendas está relacionado com a gestão de tesouraria, gestão de carteira de títulos e outras operações de mercados. No segmento de Banca Comercial, destaca-se a atividade de crédito e depósitos, de prestações de serviços a clientes e outros.

Em 31 de dezembro de 2021, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	2021		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Negociação Total
Juros e rendimentos similares	694 211	3 224 818	3 919 028
Juros e encargos similares		(1 129 265)	(1 129 265)
MARGEM FINANCEIRA	694 211	2 095 553	2 789 763
Rendimentos com serviços e comissões		205 718	205 718
Encargos com serviços e comissões		(110 267)	(110 267)
Resultados de reavaliação cambial		87 983	87 983
Resultados de alienação de outros activos	3 975		3 975
Outros resultados de exploração	64 951		64 951
PRODUTO BANCÁRIO	763 137	2 278 986	3 042 124
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações			(465 990)
	763 137	2 278 986	2 576 134
Outros custos e proveitos			(1 608 279)
Resultado após impostos			**967 854**
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais		9 749 912	9 749 912
Disponibilidades em outras instituições de Crédito		2 296 144	2 296 144
Activos Financeiros disponiveis para Venda	3 823		3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	49 557	9 750 666	9 800 223
Crédito a Clientes	14 778 258	41 733 262	56 511 520
Recursos de Outras Instituições de Crédito		252 539	252 539
Recursos de Clientes e outros empréstimos	284 532	70 084 711	70 369 243

Em 31 de dezembro de 2020, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	2020		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Negociação Total
Juros e rendimentos similares	743 273	3 365 771	4 109 044
Juros e encargos similares		(1 194 991)	(1 194 991)
MARGEM FINANCEIRA	743 273	2 170 781	2 914 053
Rendimentos com serviços e comissões		206 357	206 357
Encargos com serviços e comissões		(105 605)	(105 605)
Resultados de reavaliação cambial		37 830	37 830
Resultados de alienação de outros ativos	11 124		11 124
Outros resultados de exploração	63 149		63 149
PRODUTO BANCÁRIO	817 546	2 309 362	3 126 908
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações			(904 234)
	817 546	2 309 362	2 222 673
Outros custos e proveitos		-	(1 520 362)
Resultado após impostos			**702 311**
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais		6 000 826	6 000 826
Disponibilidades em outras instituições de Crédito		1 711 940	1 711 940
Ativos Financeiros disponíveis para Venda	3 823		3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	1 777 737	16 800 000	18 577 737
Crédito a Clientes	14 148 282	35 377 507	49 525 789
Recursos de Outras Instituições de Crédito		90 077	90 077
Recursos de Clientes e outros empréstimos	318 404	73 094 561	73 412 965

A totalidade da atividade da Caixa é desenvolvida na República de Cabo Verde.

32. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa os seus acionistas, empresas associadas e os órgãos sociais. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações financeiras da Caixa incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	dez-21			
	Accionistas			
	Estado de Cabo Verde	Instituto Nacional de Previdência Social	CORREIOS CV	Associadas
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	9 752 000			
Crédito a clientes	12 696 794			68 735
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				119 627
Imparidade				36 594
Outros activos	775 744			
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	155 000			106 067
Recursos de clientes e outros empréstimos		15 109 243	60 855	
Extrapatrimoniais:				
Garantias recebidas				
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	571 211			
Custos:				
Juros e encargos similares	17 676	6 961		

	dez-20			
	Accionistas			
	Estado de Cabo Verde	Instituto Nacional de Previdência Social	CORREIOS CV	Associadas
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	18 533 000			
Crédito a clientes	12 212 355			65 469
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				99 807
Imparidade				34 254
Outros activos	851 958			
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito				70 212
Recursos de clientes e outros empréstimos		23 197 475	143 632	
Extrapatrimoniais:				
Garantias recebidas				
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	696 588			
Custos:				
Juros e encargos similares	369	7 844		

Órgãos Sociais

Nos anos 2021 e 2020, não foram concedidos créditos aos membros do Conselho de Administração.

33.DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Caixa Económica de Cabo Verde

A Caixa Económica de Cabo Verde está sujeita a riscos diversos no âmbito do desenvolvimento da sua atividade. A gestão de riscos apoia na constante identificação e análise da exposição aos diferentes riscos, tais como o risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, e na adoção da estratégia de controlo, dentro dos parâmetros previamente definidos.

A gestão é complementada pela análise *a posteriori* dos indicadores de performance.

Risco cambial

O risco cambial é calculado sobre a posição global em divisas da instituição, determinada conforme definido no Aviso nº 3/2000, do Banco de Cabo Verde e respetivas instruções técnicas. Considerando o acordo juridicamente vinculativo que estabelece a paridade do escudo cabo-verdiano com o euro, a posição em euros não é computada para o efeito do cálculo do total das posições abertas longas e curtas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de ocorrência de incapacidade de cumprir com as obrigações e compromissos financeiros assumidos bem como de obter recursos e fazer aplicações a taxas e prazos apropriados.

A avaliação do risco na Caixa é feita tendo em consideração os indicadores estabelecidos pela entidade de supervisão e pelo Conselho de Administração e consiste no respeito permanente do rácio de cobertura das responsabilidades.

O acompanhamento nos diferentes prazos é feito com base nas projeções de entradas e saídas de fundos, permitindo a gestão eficiente das necessidades.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2021						
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo:							
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	9 749 912						9 749 912
Disponibilidades em Outras Instituições de Créd	2 296 144						2 296 144
Aplicações em Instituições de crédito	7 700 000	794 680	1 306 878	0	0	-1 334	9 800 223
Crédito a Clientes	1 436 972	912 489	4 082 383	16 799 077	29 621 307	3 659 293	56 511 520
	21 183 027	**1 707 169**	**5 389 261**	**16 799 077**	**29 621 307**	**3 657 958**	**78 357 799**
Passivo:							
Recursos de Bancos Centrais							0
Recursos de outras instituições de crédito	-249 724	0	0	0	0	-2 815	-252 539
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-38 510 284	-4 639 065	-20 411 671	-6 163 738	-266 667	-377 818	-70 369 243
	-38 760 008	**-4 639 065**	**-20 411 671**	**-6 163 738**	**-266 667**	**-380 633**	**-70 621 782**
Gap de Liquidez	**-17 576 981**	**-2 931 896**	**-15 022 410**	**10 635 339**	**29 354 640**	**3 277 325**	**7 736 017**

	2020						
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo:							
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	6 000 826						6 000 826
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	1 711 940						1 711 940
Aplicações em Instituições de crédito	17 001 000	849 122	728 489			-874	18 577 737
Crédito a Clientes	1 064 188	1 705 582	4 475 810	15 316 188	27 096 788	5 568 280	55 226 838
	25 777 954	**2 554 704**	**5 204 300**	**15 316 188**	**27 096 788**	**5 567 407**	**81 517 341**
Passivo:							
Recursos de Bancos Centrais							0
Recursos de outras instituições de crédito	-88 393	0	0	0	0	-1 684	-90 077
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-41 148 603	-5 649 060	-19 455 459	-6 375 155	-313 634	-471 054	-73 412 965
	-41 236 997	**-5 649 060**	**-19 455 459**	**-6 375 155**	**-313 634**	**-472 738**	**-73 503 043**
Gap de Liquidez	**-15 459 042**	**-3 094 357**	**-14 251 159**	**8 941 033**	**26 783 154**	**5 094 669**	**8 014 298**

Os prazos apresentados são contratuais, mas na realidade os Depósitos à ordem incluídos na rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos apresentam um caráter de estabilidade e prazos mais alargados, permitindo à Caixa cumprir os rácios de liquidez exigidos pelo Banco de Cabo Verde.

A coluna "Indeterminado" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e o crédito vencido.

Risco de taxa de juro

A gestão do risco de taxa de juro visa proteger o valor patrimonial, assim como a otimizar a margem financeira da Caixa.

A Caixa assume o risco de taxa de juro sempre que nas operações contratadas existem fluxos financeiros futuros sensíveis a variações de taxas de juro.

A metodologia adotada para a medição deste risco consiste no agrupamento dos ativos e passivos sensíveis em intervalos de tempo, de acordo com as respetivas datas de revisão de taxas de juro. São calculados, em cada intervalo, os cash flows ativos e passivos assim como o correspondente gap de risco de taxa de juro.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como o risco de perda nas contas extrapatrimoniais em decorrência de uma variação nos preços do mercado, como os instrumentos relativos a riscos de taxas de câmbio em todos os elementos patrimoniais e extrapatrimoniais e instrumentos relativos a riscos de taxas de juro que compõem a carteira de negociação.

O risco de taxas de câmbio é calculado sobre a posição global em divisas em conformidade com a Lei nº 3/V/96 de 1 de julho e com o Decreto-Lei nº 12/2005 de 7 de fevereiro.

O valor dos fundos próprios mínimos afetos a cobertura do risco de mercado relativo a taxas de câmbio é de 10% da posição global em divisas.

Risco de crédito

O risco de crédito traduz a possibilidade de ocorrências de perdas caso a contraparte ou seu garante não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, nomeadamente o reembolso do empréstimo.

A Caixa aplica uma estratégia de gestão de risco que se apoia em normas e procedimentos e numa política de provisionamento tendo por base a análise coletiva e individual dos créditos. Para o efeito são definidos os conceitos, princípios e regras a serem observadas durante a vida do crédito, incluindo na fase de recuperação. A avaliação de risco das operações ativas e extrapatrimoniais está suportada na análise da qualidade de operação proposta, nomeadamente da sua finalidade, prazo, garantia, entre outros. São ainda considerados na avaliação específica do risco a concentração da exposição, os limites aos grandes riscos na perspetiva prudencial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber titulados", juros corridos ou garantias prestadas e créditos documentários a empresas, apresentava a seguinte decomposição:

	2021	2020
Aplicações em Instituições de crédito	9 800 223	18 660 148
Crédito a Clientes (Líquido de Imparidade e Provisões)	52 228 102	49 575 545
	62 028 325	**68 235 693**
Outros Compromissos:		
Garantias e avales (Líquido de provisões)	718 579	750 021
Créditos documentários abertos	0	6 579
Crédito Gerido por Conta de Terceiros	769 194	204 446
	1 487 773	**961 047**

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, o crédito concedido a clientes por stage apresenta-se como segue:

	31/12/2021			
	Créditos Staging 1	**Créditos Staging 2**	**Créditos Staging 3**	**Total Crédito**
Particulares - Habitação				
Vincendo	11 173 092 205	1 231 793 540	2 101 410 610	14 506 296 355
Vencido*	2 523 494	5 000 510	470 338 631	477 862 636
	11 175 615 699	1 236 794 050	2 571 749 242	**14 984 158 991**
Particulares - Consumo_Rendas				
Vincendo	4 494 890 042	768 494 734	691 563 923	5 954 948 699
Vencido*	2 342 568	7 968 231	118 882 616	129 193 415
	4 497 232 610	776 462 965	810 446 539	**6 084 142 114**
Particulares - Revolving				
Vincendo	146 845 891	35 869 813	47 161 984	229 877 688
Vencido*	860 687	3 821 330	115 634 842	120 316 859
	147 706 579	39 691 143	162 796 826	**350 194 547**
Empresas				
Vincendo	3 808 794 962	2 198 326 822	6 663 431 779	12 670 553 563
Vencido*	389 793	7 027 897	505 091 942	512 509 632
	3 809 184 755	2 205 354 718	7 168 523 722	**13 183 063 195**
Produtores Individuais				
Vincendo	157 710 407	220 321 735	335 693 560	713 725 701
Vencido*	56 927	448 542	47 435 838	47 941 307
	157 767 334	220 770 276	383 129 398	**761 667 008**
Instituições_Financeiras				
Vincendo	241 091	0	0	241 091
Vencido*	0	0	0	0
	241 091	0	0	**241 091**
Sector_Público				
Vincendo	2 381 422 290	3 730 745 699	306 331 541	6 418 499 530
Vencido*	188 952	1 044	2 550	192 546
	2 381 611 242	3 730 746 743	306 334 091	**6 418 692 075**
Outros				
Vincendo	0	0	0	0
Vencido*	0	0	49 598 280	49 598 280
	0	0	49 598 280	**49 598 280**
Total crédito vincendo	22 162 996 890	8 185 552 342	10 145 593 397	40 494 142 629
Total crédito vencido	6 362 421	24 267 553	1 306 984 701	1 337 614 674
Total de crédito	22 169 359 310	8 209 819 895	11 452 578 097	**41 831 757 302**

* - Capital e juros com atraso igual ou superior a 1 dia

	31/12/2020			
	Créditos Staging 1	**Créditos Staging 2**	**Créditos Staging 3**	**Total Crédito**
Particulares - Habitação				
Vincendo	10 769 690 780	1 751 480 481	1 749 827 539	14 270 998 799
Vencido*	2 887 804	4 260 206	424 169 374	431 317 385
	10 772 578 584	1 755 740 687	2 173 996 913	**14 702 316 184**
Particulares - Consumo_Rendas				
Vincendo	3 995 099 416	937 829 242	598 784 644	5 531 713 302
Vencido*	2 522 766	6 704 848	278 544 009	287 771 623
	3 997 622 182	944 534 090	877 328 653	**5 819 484 925**
Particulares - Revolving				
Vincendo	197 469 353	44 264 455	45 655 249	287 389 057
Vencido*	1 711 866	4 462 746	132 743 310	138 917 921
	199 181 219	48 727 200	178 398 558	**426 306 978**
Empresas				
Vincendo	7 483 145 343	5 689 771 494	2 084 874 012	15 257 790 848
Vencido*	410 153	16 220 841	1 780 921 657	1 797 552 651
	7 483 555 496	5 705 992 334	3 865 795 669	**17 055 343 499**
Produtores Individuais				
Vincendo	135 564 274	382 231 362	242 368 819	760 164 455
Vencido*	29 797	1 204 422	151 100 568	152 334 786
	135 594 071	383 435 784	393 469 386	**912 499 241**
Instituições_Financeiras				
Vincendo	246 854	0	0	246 854
Vencido*	0	0	0	0
	246 854	0	0	**246 854**
Sector_Público				
Vincendo	1 879 318 312	260 688 048	10 200 000	2 150 206 360
Vencido*	432 021	1 044	114 262	547 327
	1 879 750 334	260 689 092	10 314 262	**2 150 753 687**
Outros				
Vincendo	0	0	0	0
Vencido*	0	0	49 209 391	49 209 391
	0	0	49 209 391	**49 209 391**
Total crédito vincendo	24 460 534 333	9 066 265 080	4 731 710 261	38 258 509 675
Total crédito vencido	7 994 408	32 854 106	2 816 802 571	2 857 651 085
Total de crédito	24 468 528 741	9 099 119 187	7 548 512 832	**41 116 160 760**

*- Capital e juros com atraso igual ou superior a 1 dia

A Caixa ao adotar a IFRS 9 define que os ativos financeiros sujeitos à imparidade sejam classificados por diferentes stages consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte. Assim sendo,

• Stage 1, agrega os ativos financeiros que são classificados em stage 1 sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de reporte;

• Stage 2: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("lifetime");

• Stage 3: os ativos classificados neste stage 3 apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Os indicadores de qualidade do crédito em 31 de dezembro de 2021 e 2020 calculados de acordo com os critérios definidos na Circular Série A, n.º 199 de 01 de janeiro de 2019, com referência a 31-12-2019, emitida pelo Banco Central de Cabo Verde, são apresentados da seguinte forma:

	2021	2020
Crédito em incumprimento/crédito total	5,69%	9,36%
Crédito em incumprimento líquido/crédito total liquido	-1,90%	-1,00%

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021				
	Saldos Analisados			Saldos Não Analisados	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor de Balanço Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades e Bancos Centrais	9 749 912	9 749 912	0	0	9 749 912
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 296 144	2 296 144	0	0	2 296 144
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3 823	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	9 800 223	9 800 223	0	0	9 800 223
Crédito a Clientes	52 228 102	50 761 366	-1 466 736	4 283 418	56 511 520
	74 078 204	**72 611 467**	**-1 466 736**	**4 283 418**	**78 361 621**
Passivo:					
Recursos de Outras instituições de crédito	-252 539	-252 567	28	0	-252 539
Recursos de clientes e outros empréstimos	-70 369 243	-70 741 243	-372 000	0	-70 369 243
	-70 621 782	**-70 993 811**	**-372 029**		**-70 621 782**

	2020				
	Saldos Analisados			Saldos Não Analisados	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor de Balanço Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades e Bancos Centrais	6 000 826	6 000 826	0	0	6 000 826
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 711 940	1 711 940	0	0	1 711 940
Ativos Financeiros ao justo valor através de Outro Rendimento Integral	3 823	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	18 577 737	18 577 737	0	0	18 577 737
Crédito a Clientes	49 525 789	52 369 570	2 843 781	5 701 049	55 226 838
	75 820 115	**78 663 896**	**2 843 781**	**5 701 049**	**81 521 163**
Passivo:					
Recursos de Outras instituições de crédito	-90 077	-90 077	0		-90 077
Recursos de clientes e outros empréstimos	-73 412 965	-73 839 205	-426 239		-73 412 965
	-73 503 043	**-73 929 282**	**-426 239**		**-73 503 043**

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda:

  - As obrigações de dívida pública portuguesa foram registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade no valor total da aplicação, mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

  - A participação no Fundo G.A.R.I, face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento e taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente o crédito vencido de créditos e títulos.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2021, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2021					
	-200bp	**-100bp**	**-50bp**	**+50bp**	**+100bp**	**+200bp**
Activo	-1 605 056	-1 754 804	-1 829 470	-1 978 400	-2 052 668	-2 200 824
Total	-1 605 056	-1 754 804	-1 829 470	-1 978 400	-2 052 668	-2 200 824
Passivo	552	-206	-585	-1 343	-1 722	-2 479
Total	552	-206	-585	-1 343	-1 722	-2 479
Total Ganho/Perda	**-1 605 608**	**-1 754 598**	**-1 828 886**	**-1 977 058**	**-2 050 947**	**-2 198 344**

	2020					
Justo Valor	**-200bp**	**-100bp**	**-50bp**	**+50bp**	**+100bp**	**+200bp**
Ativo	-4 383 599	-4 501 365	-4 544 597	-4 722 789	-4 796 250	-4 942 673
Total	-4 383 599	-4 501 365	-4 544 597	-4 722 789	-4 796 250	-4 942 673
Passivo	589	-347	-814	-1 749	-2 217	-3 152
Total	589	-347	-814	-1 749	-2 217	-3 152
Total Ganho/Perda	**-4 384 188**	**-4 501 019**	**-4 543 783**	**-4 721 039**	**-4 794 033**	**-4 939 521**

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2021 e 2020, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

PROJECÇÃO MARGEM FINANCEIRA

	2021					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Exercício 2020	-12 604,54	-6 302,27	-3 151,14	3 151,14	6 302,27	12 604,54
Exercício 2021	-12 604,54	-6 302,27	-3 151,14	3 151,14	6 302,27	12 604,54

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2021 e 2020, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "*spread*" médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Esses impactos correspondem exclusivamente a obrigações *corporate* detidas pela Caixa.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o crédito a clientes foi maioritariamente concedido a taxa fixa, o qual ascendia a mCve 42.228.096 e a mCve. 35.978.628, respetivamente.

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2021				
	Moeda				
	CVE	Euros	Dolar USD	Outras	Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	6 675 725	2 828 740	192 541	52 906	9 749 912
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	43 349	1 801 220	406 431	45 144	2 296 144
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	9 750 666	0	49 557	0	9 800 223
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	52 186 100	2	0	0	52 186 102
Outros Ativos (valor Líquido)	1 709 465	2 947	6 020	7 615	1 726 046
	70 365 305	**4 636 731**	**654 549**	**105 664**	**75 762 250**
Passivo					
Recursos de Outras Instituições de crédito	-239 303	-10 478	-2 758	0	-252 539
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-69 007 618	-783 816	-565 190	-12 619	-70 369 243
Outros Passivos	3 511 543	-3 838 615	-86 602	-93 045	-506 719
Outras reservas e resultados transitados	-4 397 257	-3 823	0	0	-4 401 080
	-69 893 332	**-4 626 253**	**-654 549**	**-105 664**	**-75 529 580**
Exposição Líquida	**471 973**	**10 478**	**0**	**0**	**482 451**

	2020				
	Moeda				
	CVE	Euros	Dólar USD	Outras	Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3 693 484	1 732 618	489 184	85 540	6 000 826
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	34 354	1 599 312	24 492	53 781	1 711 940
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	18 614 537	0	45 611	0	18 660 148
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	49 575 449	5	0	0	49 575 454
Outros Ativos (valor Líquido)	1 676 728	3 102	2 336	9	1 682 174
	73 594 553	**3 338 859**	**561 623**	**139 330**	**77 634 365**
Passivo:					
Recursos de Outras Instituições de crédito	-61 494	-24 071	-2 832	0	-88 397
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-72 267 040	-685 534	-433 837	-12 835	-73 399 246
Outros Passivos	2 380 940	-2 625 431	-124 953	-126 495	-495 940
Outras reservas e resultados transitados	-3 694 946	-3 823	0	0	-3 698 768
Exposição Líquida	**-73 581 046**	**-3 314 788**	**-561 623**	**-139 330**	**-77 682 351**
Exposição Líquida	**13 507**	**24 071**	**0**	**0**	**37 578**

34.GESTÃO DE CAPITAL

Em conformidade com as regras prudenciais, a Caixa Económica está sujeita ao respeito do rácio de solvabilidade, dos rácios sobre a liquidez, a divisão de riscos e do equilíbrio do balanço.

A gestão dos Fundos Próprios da Caixa é conduzida de forma a respeitar os níveis de Fundos Próprios prudenciais nos termos do Aviso nº 3/2007 de 19 de novembro do Banco de cabo Verde "Fundos Próprios das Instituições de Crédito, Instituições Parabancárias e Instituições Financeiras Internacionais", a fim de dar cobertura aos riscos ponderados de crédito, aos riscos operacionais e aos riscos de mercado.

O Aviso nº 3/2007 do Banco de Cabo Verde define as exigências de Fundos Próprios aplicáveis às Instituições de Crédito e as modalidades do cálculo do rácio de solvabilidade.

Os Fundos Próprios são divididos em duas categorias:

- Os Fundos Próprios de base determinados a partir dos capitais próprios deduzidos dos ganhos e perdas latentes; e

- Os Fundos próprios complementares que são limitados a 100% do montante dos fundos próprios de base e compostos principalmente por empréstimos subordinados.

As deduções relativas às participações em outras instituições de crédito diminuem o total dos fundos próprios.

Em aplicação da regulamentação, a Caixa deve respeitar em permanência um rácio de solvabilidade de 10%.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Caixa Económica de Cabo Verde cumpriu as exigências regulamentares, tal como segue:

	Fundos próprios	Solvabilidade	Limite imobilizações
2021	6 491 871	21,33%	306,89%
2020	5 511 496	18,89%	257,06%

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a decomposição do capital regulamentar do Capital próprio:

	31/12/2021	31/12/2020	Variação
Fundos Próprios de Base	**6 760 934**	**5 793 080**	**967 854**
Capital Social	1 392 000	1 392 000	0
Reservas e Prémios	4 401 080	3 698 768	702 311
Resultado Líquido	967 854	702 311	265 543
Resultados Transitados e outros	0	0	0
Provisões adicionais	0	0	0
Fundos Próprios Complementares	**715**	**3 294**	**-2 579**
Obrigações subordinadas	0	0	0
Deduções aos Fundos Próprios completamentares	715	3 294	-2 579
Deduções aos Fundos Próprios Totais	**268 348**	**278 289**	**-9 942**
Participações em Instituições de Crédito	0	0	0
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	268 348	278 289	-9 942
Excesso na concentração de risco	0	0	0
Total dos Fundos Próprios Elegíveis	**6 491 871**	**5 511 496**	**980 375**

Rácios	31/12/2021	31/12/2020
Rácio Fundos Próprios de Base	6 760 934	5 793 080
Rácio Fundos Próprios Complementares	6 760 219	5 789 785
Rácio Deduções aos Fundos Próprios totais	4%	5%
Rácio de Solvabilidade	21,33%	18,89%

35.EVENTOS SUBSEQUENTES

As consequências da invasão russa à Ucrânia estão a chegar a Cabo Verde aos poucos, impactando a vida dos cabo-verdianos, nomeadamente através do aumento do preço dos bens de primeira necessidade e dos combustíveis. O Governo de Cabo Verde pretende implementar algumas medidas de mitigação para atenuar os efeitos desta crise, nomeadamente através da estabilização dos preços dos combustíveis e dos bens de primeira necessidade. Para o efeito será reforçada a fiscalização para evitar a especulação de preços dos bens de primeira necessidade. Além disso, no âmbito do Programa de Retoma criou-se linhas de créditos abrangentes e em condições muito favoráveis, contemplando também a agrícola e pesca. No domínio do emprego, a retoma das obras de infraestruturas a nível nacional, com vista a dinamizar o setor da construção civil, com impacto no emprego, nomeadamente da população de baixa renda. No que diz respeito ao turismo, setor mais atingido pela crise da pandemia, mereceu já uma diferenciação positiva em termos da extensão adicional de moratórias até 30 de setembro 2022 e de condições facilitadas de reestruturação dos créditos e das dívidas junto à Banca.